

MEMÓRIAS

CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA

DO FUTURO





VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA
10 de Novembro de 2003
10 ANOS DISTANTE NEMOS
10/11/2003

10 ANOS DISTANTE NEMOS
10/11/2003

10 ANOS DISTANTE NEMOS
10/11/2003

LAÇAMENTO DE CINTURA PARA VÍTIMAS DE RACISMO
PROCURADORA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
18/11/2003

E OS DIREITOS HUMANOS
Dias 4, 5 e 6 de Novembro de 1998
18.30 Hs

SOWETO: Organização Negra
MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

FEEL THE ZUMBI
Educação - Terra - Trabalho
Nossos Caminhos

120 ANOS DE ABOLIÇÃO?
COMUNIDADE NEGRA
LUTA E ALTERNATIVAS

ZUMBI
10 DE NOVEMBRO
100 ANOS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

WOMEN
violence against
DIALOGUE not GUNS

20 DE NOVEMBRO
FERRADO MUNICIPAL EM SP

Harlem Désir
TIRA MÃO DO MEU CHEGADO

Todos unidos pela igualdade de oportunidades.

PRO-SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

PRO-SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

PREVENÇÃO DE GOVERNADOR
PRESENCIA DE EXPERTS
AMAR A VIDA

PREVENÇÃO DE GOVERNADOR
PRESENCIA DE EXPERTS
AMAR A VIDA

PELA ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

NAO A PENNA DE MORTE

Geledés: a Discussão da Condição do Negro no Brasil

1º SEMINÁRIO DO MOVIMENTO NEGRO DE CARAPICUÍBA

IX Festeira

Ato Público Nacional
Programa de Ações Educativas
a partir das 10:00h

MANDELA, TUA LIBERDADE É A NOSSA LUTA.
VAMOS TODOS PARA CAFUNDO

ATIVO... PASSIVO? POSITIVO... NEGATIVO?

PRESERVATIVO!
Grupo Gay da Bahia

Violência contra a Mulher: Uma Questão de Saúde Pública

20 DE NOVEMBRO
FERRADO MUNICIPAL EM SP

MULHERES NEGROS

MULHERES NEGROS

ES PRISÕES: ATÉ QUANDO?

ANEMIA FALCIFORME

NEGRO CIDADÃO

Consciência Negra

O Brasil que o negro quer

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

VAMOS SUBIR A SERRA DA BARRIGA

DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SAÚDE

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma Questão de Saúde Pública

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma Questão de Saúde Pública

27 de abril - Dia Nacional da Empregada Doméstica

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma Questão de Saúde Pública

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Uma Questão de Saúde Pública

VIOLÊNCIA RACIAL

COMUNIDADES DOS QUILOMBOS

COMUNIDADE NEGRA

A ESCOLA TAMBÉM PODE SER NEGRA

REFLEXÃO

O Brasil que o negro quer

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

VAMOS SUBIR A SERRA DA BARRIGA

DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SAÚDE

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO BRASIL

25 ANOS

ZUMBI

LOS LIBROS NO MUERDEN EL FEMINISMO TAMPOCO

REFLEXÃO

Movimento Negro Unificado

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

PARTICIPE!

PARTICIPE!

PARTICIPE!

MARÇA ZUMBI DOS PALMARES

Mulher Proteja quem você ama.

8 de março
Dia Internacional da Mulher

TAKE AFFIRMATION ACTION

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS

SEMINÁRIO EDUCAÇÃO E RACISMO NO BRASIL

GELEDÉS 6º ANO

SEMINÁRIO MULHERES NEGRAS

SEMINÁRIO NACIONAL

SEMINÁRIO NACIONAL

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

25 de julho
DIA DA MULHER NEGRA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

NAO a Violência contra a Mulher

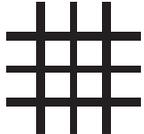
NAO a Violência contra a Mulher

SEMINÁRIO NACIONAL

MEMÓRIAS

CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA

DO FUTURO

 MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

04.06.2022 a 23.07.2023

A FÚRIA NEGRA RESSUSCITA OUTRA VEZ

Trecho de *Capítulo 4*,
Versículo 3, música de
Racionais MC's (1997)



O catálogo **Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência** é uma importante contribuição sobre a história da luta antirracista ao longo do século 20 e início do século 21 no Brasil. A busca por espaço, reconhecimento e representação da população negra é abordada por meio de trajetórias, movimentos e instituições que protagonizaram a disputa na esfera pública e contribuíram para que os direitos políticos e sociais fossem garantidos a todas as pessoas, independente de raça, gênero, religião e outras diferenças.

No entanto, as conquistas presentes no marco institucional nem sempre têm a materialidade necessária na vida das pessoas. Por isso, entre entidades religiosas, grupos culturais e organizações políticas, encontramos em comum a ação de denúncia contra o racismo, a reivindicação para a efetivação plena dos direitos e da cidadania, a afirmação positiva da cultura e da identidade negra e a troca de afetos para continuar reexistindo e lutando. É a experiência racializada comum que produz marginalidades e arregimenta essas pessoas e grupos em torno do ideal de igualdade, que se traduz em textos de jornais, poesias, músicas e imagens.

Essa publicação demonstra, por meio da atuação dos movimentos sociais negros, que o fazer político não é algo cartesiano e definido em salas fechadas. A organização política em defesa dos direitos fundamentais está presente também na ação de uma irmandade

religiosa, nos festejos tradicionais, em clubes recreativos, em rodas de samba e nos mecanismos de comunicação. Essas são, inclusive, demonstrações de que o diálogo e a participação devem acontecer em diversos espaços e de múltiplas formas - não dissociados de outras esferas da vida. Para a população negra, as dimensões do cotidiano dão sentido à frase: viver é um ato político.

Diante disso, é com grande satisfação que a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES) apoia esse projeto. Fundada em 1925, a FES é uma organização alemã regida pelos ideais e valores fundamentais da democracia social - liberdade, justiça e solidariedade. Atua no Brasil desde o final dos anos 70 com foco na defesa e fortalecimento da democracia, na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, na luta pela justiça racial e de gênero, na contribuição da paz e da segurança e na construção de uma globalização solidária.

O trabalho de pesquisa que se materializa na exposição realizada pelo Memorial da Resistência de São Paulo e nesse catálogo aponta para a importante participação dos movimentos sociais negros no processo de consolidação e fortalecimento da democracia brasileira. Uma democracia que, a partir da ação desses sujeitos, se constrói com o enfrentamento das desigualdades e do racismo, na base do que se compreende como justiça social.

Christoph Heuser

Representante da Fundação Friedrich Ebert (FES) no Brasil

Jaqueline Santos

Diretora de Justiça Racial e de Gênero
da Fundação Friedrich Ebert (FES) no Brasil



Manifestação do Movimento Negro Unificado contra a Lei Afonso Arinos e Caminhada por Zumbi nas ruas do centro, São Paulo, 1980

A exposição **Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência** apresenta ao público do Memorial da Resistência de São Paulo um panorama histórico de mais de um século de lutas por direitos da população negra no estado de São Paulo, abrangendo o período de 1888 até os dias de hoje. Ao convidar o sociólogo e escritor Mário Medeiros para fazer a curadoria desta exposição, o Memorial transforma o espaço do museu num lugar de leitura e referência para abrigar uma extensa pesquisa que reúne em fotografias, cartazes, jornais, documentos da repressão, manifestos e manifestações artísticas as lutas lideradas pela população negra brasileira, que constitui, desde suas origens, uma das principais forças contestadoras da repressão e da violação de direitos humanos cometidas na história do nosso país. Como nos lembra Medeiros, “a experiência negra é parte da história da cidadania brasileira e sua luta por direitos, e é necessário contá-la para saber quem somos e o que almejamos ser enquanto sociedade.”

A mostra foi criada em colaboração com organizações e coletivos convidados, como a Coalizão Negra por Direitos, a revista *O Menelick 2º Ato*, a Capulanas Cia de Arte Negra e o Ilú Obá de Min, em parceria com os arquivos e acervos de cultura negra no AEL/Unicamp, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Museu da Imagem e do Som, na Pinacoteca do Estado, no Memorial da Resistência e no CONDEPHAAT, e com a participação de artistas como Bruno Baptistelli, Geraldo Filme, João Pinheiro, Moisés Patrício, No Martins, Renata Felinto, Sidney Amaral, Soberana Ziza, Jesus Carlos e Wagner Celestino. Entre tantas outras vozes, **Memórias do Futuro** traz à tona a continuidade e a persistência do associativismo negro em suas formas de resistência ao longo dos anos.

Como um lugar de memória que tem como missão a luta pela valorização dos princípios democráticos, pelo exercício da cidadania e pela educação em direitos humanos, o Memorial da Resistência entende ser urgente nos indagarmos enquanto cidadãos sobre a nossa responsabilidade na perpetuação do racismo e como podemos nos engajar na luta antirracista para construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Esta exposição é um convite para seguirmos os fios tecidos por mulheres e homens negros em torno de suas memórias e fabulações por um futuro.

Ana Pato
Coordenadora do Memorial da Resistência

Jochen Volz
Diretor-geral da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)

ÍNDICE

**MEMÓRIAS DO FUTURO: CIDADANIA NEGRA,
ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA**
MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

10

**TERRITÓRIOS NEGROS E MEMÓRIAS EM DISPUTA:
A PERSISTÊNCIA NO ESPAÇO**

14

**ASSOCIATIVISMO, CLUBES, ENTIDADES E IRMANDADES:
A FORÇA DO COLETIVO**

34

**IMPrensa NEGRA PAULISTA E CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS:
A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE LUTA**

46

LITERATURA NEGRA: O DIREITO À IMAGINAÇÃO

56

**ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: AS RUAS,
OS SALÕES E OS PALCOS COMO LUGARES DE DIREITOS**

72

REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA, 1930-1980

96

**REDEMOCRATIZAÇÃO E NOVA REPÚBLICA:
A DEMOCRACIA É UMA LUTA NEGRA**

132

**ENFRENTANDO A TRIPLA OPRESSÃO –
O SÉCULO XXI É NEGRO, FEMININO E NOSSO**

148

**PARA SABER MAIS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E AUDIOVISUAIS**

162

ACERVO MEMORIAL: COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS

164

A EXPOSIÇÃO

184

CRÉDITOS

200

MEMÓRIAS DO FUTURO: CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA (CURADOR)

As experiências de vidas negras em São Paulo sempre imaginaram, a partir de seus tempos presentes, futuros melhores. Isso significou, muitas vezes, lutas contra diferentes formas de violências e silenciamentos organizados pelo racismo e pela discriminação. Também significou acima de tudo a afirmação da vida e a busca pelo respeito aos direitos que deveriam ser de todos.

O futuro foi concretizado, materializado em marcas que ainda hoje nos alcançam nas paisagens da cidade e do estado. Além disso, não se trata de um tempo linear e retilíneo. O tempo dessa imaginação é circular e também se dobra sobre si mesmo, espelhando-se, convidando-nos a olhar com atenção as marcas de permanência, as continuidades e as mudanças das vidas negras que o construíram.

As marcas da São Paulo colonial, construídas por mãos negras, por mestres de cantaria como Tebas, conversam com monumentos, edifícios e lugares de memória dos séculos XX e XXI, reivindicados como espaços negros da cidade. A imprensa negra de nossos dias, veiculada pela internet e pelas redes sociais, homenageia e continua projetos iniciados antes da República e em meio à Abolição, que atravessaram o século XX em papel, de mão em mão, em bailes e associações.

As demandas por educação, saúde, moradia digna e direito à cidadania e à cidade, que são palavras de ordem hoje em dia, têm uma longa história de reivindicações, ativismos, projetos e organizações coletivas. "Enquanto houver racismo, não haverá democracia": essa afirmação forte é um desafio de décadas imposto ao país que nega a discriminação e o preconceito racial, seja em períodos autoritários e ditatoriais ou nos intervalos democráticos e de respeito às diferenças. A chama do levante negro por seus direitos é incessante.



Em todos esses períodos, os associativismos e movimentos negros sempre estiveram lá. E é importante reconhecê-los, homenageá-los e aprender com essas vidas negras impressionantes. Elas lutaram para existir em um tempo melhor. Ao fazer isso, pensaram em si e em seus descendentes. Em nós, de maneira ampla, pois isso é a prática do antirracismo. Também é importante nos perguntarmos sobre os apagamentos e invisibilidades históricas contra os quais aquelas experiências negras se bateram. Por que as desconhecemos? Por que nunca ouvimos falar de algumas das histórias, lugares, pessoas, grupos que aparecem aqui? De suas vidas exemplares e suas ações extraordinárias?

A circularidade do tempo não significa que inexistam avanços. Pelo contrário: essa espiral de experiências vitais e de lutas radicais produziu um longo fio da memória coletiva negra, pensada em 8 eixos conectados entre si. Um ato de realização de justiça e de direito à memória social - uma memória viva, radiante e que precisa ser conhecida, debatida e compartilhada por todos nós. A luta por direitos é incessante, justa, pública e encontrará a sua vitória, através de nossas ações e nossos compromissos antirracistas públicos com relação ao passado, o presente e o futuro. Também é desafiadora a arte no painel no exterior do Memorial, inspirada na força das palavras das mulheres negras de Geledés: "Afinal, o século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos."

As **Memórias do Futuro** mostram diferentes experiências coletivas que se organizam nesse fio, formando conexões de lutas por direitos, solidariedade antirracista e afirmação da vida negra como forma de resistência. Mulheres negras e homens negros que dialogam conosco, mostrando seus caminhos criados e imaginados em coletivo, buscando alternativas, lutando ontem, hoje e sempre por dias melhores. Não basta não ser racista: é necessário ser antirracista. Conheçamos um pouco da história da vida negra de São Paulo e suas lutas, vitórias, alegrias e dores. O presente e o futuro exigem muito dessa coragem de todas e todos nós.

Manifestação de fundação
do Movimento Negro
Unificado nas escadarias
do Teatro Municipal,
São Paulo, 7/julho, 1978

TERRITÓRIOS NEGROS E MEMÓRIAS EM DISPUTA: A PERSISTÊNCIA NO ESPAÇO



As marcas da presença negra em São Paulo, desde o período colonial, ainda estão visíveis em edificações e na transmissão de rituais nos nossos dias. A cidade foi construída por várias mãos, muitas delas negras, de africanos escravizados, libertos ou cidadãos negros. Igrejas, paços, chafarizes, calçamentos, prédios e espaços públicos, residências privadas, estradas e caminhos para o interior e para o mar. Construtores da materialidade, numa cidade da qual já se disse, na virada para a modernidade, que não possuía passado nem presente, somente futuro, o que se confirma na rapidez com que muitos espaços são destruídos por interesses públicos e privados e à revelia do bem comum.

Dessa forma, o futuro estaria sempre no horizonte, soterrando aquilo que poderia ser considerado atrasado face ao moderno - e soterrando também, nesse atraso inadequado, a presença negra. Ela, entretanto, vive e pulsa entre nós hoje, nos interpelando através da obra de Joaquim Pinto de Oliveira, o Tebas; de igrejas e irmandades do Rosário dos Homens Pretos, capelas coloniais engolfadas em becos ou por edifícios envidraçados no centro da cidade, em territórios de história negra, como o bairro da Liberdade; pela memória física e intangível de terreiros de candomblé e umbanda, que, apesar das discriminações, do histórico de tentativas de remoção e do racismo, persistem a nos lembrar as referências negras da memória paulista.



Comemorações do 13 de maio, data de aniversário da Lei Áurea, em frente ao Monumento à Mãe Preta, Largo do Paissandu, Centro de São Paulo, 1969

Tais lugares estão em regiões que, antigamente afastadas, hoje pontuam espaços centrais das cidades, tornando-se pontos de encontros e manifestações, da ritualização de memórias familiares, recordando o presente da vida negra ancestral, das injustiças sofridas e da persistência da luta negra. O Largo da Força e o Beco dos Aflitos possuem esses nomes por terem sido locais de torturas e suplícios promovidos pela escravidão em São Paulo. Mas também passaram a ser ressignificados como lugares de memória, devoção, cumprimento de promessas e resistência para a população mais ampla. A disputa pelas memórias dos lugares está no nosso horizonte, com a redefinição da fisionomia de bairros e trocas de denominações. A cultura é viva e dinâmica, mas seu movimento não deve promover o apagamento da história dos lugares, sob pena de dar continuidade a práticas sociais de apagamento.

A persistência dessa presença também é uma ocupação do espaço público. A invisibilidade marcada pelo racismo não conseguiu apagar, no entanto, a fé e as tradições transmitidas por gerações negras.

Paulatinamente e à força de muita luta, houve um reconhecimento tardio desses espaços pelo Estado, por meio das políticas de tombamento e registro de patrimônio cultural. Importa conhecer esses espaços, visitá-los e homenagear o significado de suas experiências.

**TEBAS, NEGRO ESCRAVO
PROFISSÃO: ALVENARIA
CONSTRUIU A VELHA SÉ
EM TROCA PELA CARTA DE ALFORRIA
TRINTA MIL DUCADOS QUE LHE DEU PADRE JUSTINO
TORNOU SEU SONHO REALIDADE
DAÍ SURTIU A VELHA SÉ
QUE HOJE É O MARCO ZERO DA CIDADE
EXALTO NO CANTAR DE MINHA GENTE
A SUA LENDA, SEU PASSADO, SEU PRESENTE
PRAÇA QUE NASCEU DO IDEAL
E BRAÇO ESCRAVO
É PRAÇA DO POVO
VELHO RELÓGIO, ENCONTRO DOS NAMORADOS
ME LEMBRO AINDA DO BONDINHO DE TOSTÃO
ENGRAXATE BATENDO A LATA DE GRAXA
E CAMELÔ FAZENDO PREGÃO
O TIRA-TEIMA DO SAMBISTA DO PASSADO
BIXIGA, BARRA FUNDA E LAVA-PÉS
O JOGO DA TIRIRICA ERA FORMADO
O RUIM CAÍA E O BOM FICAVA DE PÉ
NO MEU SÃO PAULO, OI LELÊ, ERA MODA
VAMOS NA SÉ QUE HOJE TEM SAMBA DE RODA**

TEBAS

Mestre da arte da cantaria, Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), mais conhecido como Tebas, foi um ex-escravizado e arquiteto, responsável por obras de fundamental valor arquitetônico e histórico na cidade de São Paulo. São creditadas a Tebas as fachadas da Igreja do Mosteiro de São Bento, da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, da antiga Igreja Matriz da Sé e da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, além do Chafariz da Misericórdia. Construído nos primeiros anos da década de 1790, o Chafariz é considerado uma das contribuições mais emblemáticas de Tebas, já que, além de funcionar como obra de abastecimento público regular de São Paulo, tornou-se um importante local de socialização para mulheres e homens escravizados.

Apesar da indiscutível importância de Tebas para a arquitetura do Brasil colonial, seu nome só foi incluído no quadro do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo em 2018. Em 20 de novembro de 2020, Dia da Consciência Negra, a cidade de São Paulo instalou na Praça Clóvis Beviláqua um monumento em sua homenagem, feito pelo artista Lumumba Afroindígena e a arquiteta Francine Moura.

*Geraldo Filme, Praça da Sé,
Sua Lenda, Seu Passado,
Seu Presente.
Samba-enredo de 1974
da Escola de Samba
Paulistano da Glória*

CONTRIBUIÇÃO DE TEBAS NO CENTRO DE SÃO PAULO



1. Cartão postal da antiga Igreja do Mosteiro de São Bento, Centro de São Paulo, 1892. Vista para a rua Florêncio de Abreu

2. Igreja da Misericórdia com o Chafariz da Misericórdia ao centro, Centro de São Paulo, 1870 (c.). À esquerda, Igreja e Convento de São Francisco

3. Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, Largo São Francisco, Centro de São Paulo, 1870 (c.). À esquerda, Igreja e Convento de São Francisco

4. Antiga Igreja da Sé, Centro de São Paulo, 1862. Vista da esquina da Rua Direita em direção à Praça da Sé

5. Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Centro de São Paulo, 1874 (c.). Vista para a atual Avenida Rangel Pestana, onde ainda hoje encontra-se a Igreja

1. Igreja da Misericórdia com o Chafariz da Misericórdia ao centro, Centro de São Paulo, 1870 (c.). À esquerda, Igreja e Convento de São Francisco

2. Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, Largo São Francisco, Centro de São Paulo, 1870 (c.). À esquerda, Igreja e Convento de São Francisco

3. Antiga Igreja da Sé, Centro de São Paulo, 1862. Vista da esquina da Rua Direita em direção à Praça da Sé

4. Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Centro de São Paulo, 1874 (c.). Vista para a atual Avenida Rangel Pestana, onde ainda hoje encontra-se a Igreja



Antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Centro de São Paulo, 1904 (c.). Vista da rua Quinze de Novembro, onde hoje encontra-se a Praça Antônio Prado

Largo do Paissandu com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos ao fundo, Centro de São Paulo, 1918 (c.)

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi originalmente construída ainda no século XVIII e estava localizada na atual Praça Antônio Prado, região central de São Paulo. A demolição da igreja ocorreu num contexto de intensas transformações urbanas e de caráter modernizante que tiveram lugar em São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Segundo consta, esse processo chegou ao auge na gestão do prefeito Antônio da Silva Prado, que efetivou a transferência da Igreja em 1904 para o Largo do Paissandu, onde existe até hoje.

A construção do século XX possui uma incontestável importância histórica e arquitetônica para a cidade de São Paulo, inclusive porque desde sua fundação até os dias atuais funciona como local de realização de práticas religiosas, sociabilidade e resistência da comunidade negra. Além do calendário católico, realizaram-se na Igreja e no seu entorno, por exemplo, o concurso Bonequinha do Café, a Festa do Rosário e o culto à Mãe Preta.



MÃE PRETA

O Monumento à Mãe Preta é uma escultura de bronze de 1955 localizada no Largo do Paissandu, nos arredores da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A história do monumento está relacionada ao Clube 220, na figura de Frederico Penteadó Jr., que encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um pedido de construção de um busto à Mãe Preta. Em dezembro de 1953, foi instituído o concurso de maquetes para a execução do monumento. O vencedor foi o escultor Júlio Guerra. Ao longo da década de 1960, o Clube 220, com o auxílio de integrantes do candomblé, passou a celebrar o Dia da Mãe Preta na data de 13 de Maio, por meio da realização de rituais e festividades ao redor da estátua.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA PENHA DE FRANÇA

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França foi construída ainda no século XIX e está localizada desde sua fundação no bairro Penha de França, na Zona Leste de São Paulo. Construída pela Irmandade dos Homens Pretos, a Igreja foi tombada pelo CONDEPHAAT (1982) e pelo CONPRESP (1991). Além do seu inegável valor arquitetônico, a presença da Igreja representa um dos símbolos da resistência negra na cidade de São Paulo. Ao longo das décadas, importantes manifestações culturais foram e ainda são realizadas nela e em seus arredores, como a Festa do Rosário e apresentações do Cordão Carnavalesco Dona Micaela.



Monumento à Mãe Preta, Largo do Paissandu, Centro de São Paulo, 2012

Cordão Carnavalesco da Dona Micaela em frente à Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, São Paulo, 2020

Registro da Irmandade de São Benedito em dias de Festa no Largo do Rosário, São Paulo, 1960

O tempo se esqueceu da velha igreja dos aflitos

ANTIGAMENTE OS CONDENADOS PASSAVAM PELO MESMO BECO ONDE HOJE CORAM AO SOL AS ROUPAS DAS COMADRES

As vezes parece que S. Paulo é apenas a cidade das linhas rígidas dos arranha-céus e da gente que se atropela pelas ruas num frenesi imenso: cidade inimiga de sossego e tradição. Entretanto, perdidos como oasis dentro da "urbs", há certos lugares de

momento poderia chegar, mas que nunca chegava.

Hoje, o tempo se esqueceu da igrejazinha pobre, que repousa no fundo do beco dos Aflitos. Ela mesma parece



O beco dos aflitos, com a igreja ao fundo

que até o paulistano parece que já não se lembra.

A igreja escondidinha lá no fundo do beco dos Aflitos é um deles, dando-nos a impressão de esquecida pelo tempo, descansando de um fadário triste, tentando deslembra-se de episódios letícos.

Antigamente, quando ainda havia forca no local onde se acha situada a capela dos Enforcados, a igreja dos Aflitos era a última casa de Deus visitada pelo condenado que ia morrer na corda do carrasco. Nos dias de enforcamento, a igreja era um só pungente dobrar de almas, clamando aos céus por uma alma pecadora, e aquele tanger chorado do pequeno bronze talvez concorresse ainda mais para a aflicção do pobre condenado. Quantas e quantas vezes passaram, em demanda da velha casa do senhor, dezenas, centenas de pessoas que pelo caminho só tinham um pensamento aflito: — o perdão que a qualquer

tentar esquecer-se de si própria e por isso, suas velhas portas de madeira, lisas e negras do fumo de velas votivas, só de vez em quando se abrem, deixando a claridade penetrar lá dentro, para iluminar Nossa Senhora dos Aflitos.

Entretanto, as pessoas amarguradas por qualquer motivo nunca se esqueceram da antiga igreja dos Aflitos: velas inúmeras, nos dias consagrados, ardem, crepitam, bruxoleiam, junto a porta fechada do velho templo. São preces pedindo algo que só mesmo ali se poderia obter. Por isso é que, sendo o beco dos Aflitos uma esquecida viela, empoeirada em toda a sua extensão, batida pelo sol e tão quieta, tão sossegada, que as velhas comadres estendem em suas calçadas roupas para corar ao sol. — apesar desse sossego, na soleira da casa que guarda Nossa Senhora, há sempre, ardendo, velas de cera e espermacete: — a calçada em derredor é uma crosta só de cera derretida: o fumo de mi-

lhões de velas já tingiu de negro as duas portas quadradas dos Aflitos.

E' que, segundo dizem, muitos milagres já se realizaram ali, junto às negras portas enegrecidas pelo fumo de milhões de velas.

Na rua São Paulo, mais acima, há duas casas especializadas na venda de velas e objetos apropriados à devoção católica. Seus clientes são apenas os devotos que acendem a chama junto a somente duas igrejas: a dos Aflitos e a dos Enforcados. Entretanto, para atestar o progresso do negócio, ali estão ambos os proprietários, rubicundos e gordos.

Suponhamos que alguém caia doente um dia, gaste inutilmente dinheiro em médico e farmacêutico, corra a curandeiros e... nada. Lembra-se, então, da Santa e promete: — "Se eu sarar, lhe acenderei uma vela de comprimento igual à minha altura".

E, se de fato um dia sarar, lá irá acender aos pés da velha igreja uma vela de um metro e noventa centímetros de altura.

Ao entrar no beco, tão esquecido que quasi nem as comadres se dão ao trabalho de olhar para ver quem passa, apenas dona Maria, uma senhora cinquentona, corre para fora, a ver quem virá pedir à santa de sua devoção.

Segundo a opinião de d. Maria, "mas vale uma vela com a santinha de Nossa Senhora dos Aflitos, do que ir a médicos e farmacêuticos, envenenar-se com remédios". E quando só a vela não adianta, quando depois de derretida a cera, ainda o pecador sente a mesma dor, os mesmos sintomas da doença, restam ainda outros recursos.

Quem entra nas casas que vendem velas verá empilhados nas prateleiras bustos de cera, mãos, pés, pernas e até bonecos representando crianças — tudo de cera. Esse é o último recurso quasi: se se está com uma fratura no braço, demorando a soldar-se, há braços de cera nas prateleiras do estabelecimento, braços de cera que deverão ser deixados à porta das igrejas em troca do braço são.

O beco dos Aflitos apesar de tudo é o mais sossegado de S. Paulo. Nêle como mostra o cliché acima, escondem-se dos pais os moleques que gazeiam a escola: — nos mesmos lugares que antigamente palmilhava o pé do condenado, coram hoje ao sol lençóis e roupas brancas.

E lá no fundo a igreja velha parece esquecer-se de que, muitas e muitas vezes, seu sino plançou tristemente, ao chegar o corpo do condenado, justicado lá em cima na forca.

LARGO DA FORÇA E O BECO DOS AFLITOS

Duas construções localizadas no bairro da Liberdade, região central de São Paulo, estão vinculadas à memória negra na cidade. A Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados ou "Igreja das Almas", datada do século XIX, tem sua história relacionada à morte por enforcamento do soldado negro Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas. De acordo com o costume, uma cruz foi erguida no local da morte e velas foram acesas ao redor, no local onde hoje é a Igreja. Apesar das lendas e informações desconstruídas que envolvem esse episódio, documentos depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana indicam que a igreja passou por profundas transformações e descaracterizações ao longo do século XX.

Construída em 1779, a Capela dos Aflitos tem sua história conectada ao Cemitério dos Aflitos, erguido em 1775 e destinado ao sepultamento de indigentes, escravizados e condenados à forca. Com a desativação do cemitério em 1858, a construção, originalmente erguida em taipa de pilão, começou a perder progressivamente sua estrutura original, além de sofrer com o descaso do poder público. Tombada pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP, a Capela dos Aflitos representa um importante registro material da história negra do bairro e da luta contra as muitas tentativas de apagamento.



Matéria do jornal *Correio Paulistano*, publicada em 21/outubro, 1943

Capela dos Aflitos, bairro da Liberdade, Centro de São Paulo, 2016

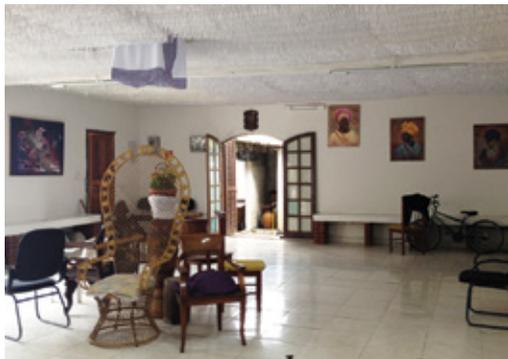
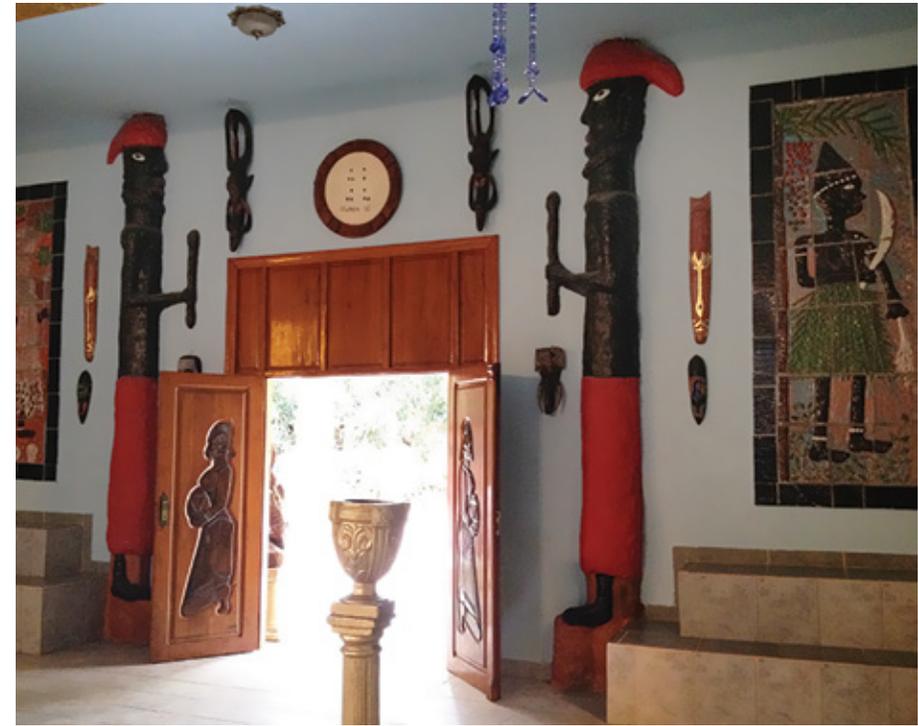
Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, bairro da Liberdade, Centro de São Paulo, 1986

TERREIROS E IRMANDADES NA GRANDE SÃO PAULO



TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA TOMBADOS DE SP

No ano de 2019, o CONDEPHAAT, através da criação do grupo de trabalho "Territórios Tradicionais de Matriz Africana Tombados de SP", efetuou o tombamento de cinco espaços considerados territórios tradicionais de matriz africana, locais de resistência, transmissão de conhecimentos, preservação de identidades e formas de manutenção de atividades culturais. Localizados na cidade de São Paulo e na região metropolitana, são eles: Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein; Templo de Culto Sagrado Tatá Pércio do Battistini Ilê Alákétu Asé Ayrá; Terreiro Ilê Afro-brasileiro Odé Lorecy; Centro Cultural Ilê Olá Omi Ase Opo Araka; e Terreiro de Candomblé Santa Bárbara. Além disso, houve o registro do Santuário Nacional da Umbanda, localizado em São Bernardo do Campo, como patrimônio imaterial do Estado.



Casa de Culto Dambala
Kuere-Rho Bessein,
Santo André, 2018

Templo de Culto Sagrado
Tatá Pércio do Battistini
Ilê Alákétu Asé Ayrú, São
Bernardo do Campo, 2017

Terreiro de Candomblé
Santa Bárbara, Vila
Brasilândia, São Paulo, 2017

Centro Cultural Ilê Olá
Omi Ase Opo Araka, São
Bernardo do Campo, 2017

Terreiro Ilê
Afro-brasileiro Odé Lorecy,
Embu das Artes, 2017

Santuário Nacional da
Umbanda, Santo André, 2017

TERREIRO AXÉ ILÊ OBÁ

O terreiro Axé Ilê Obá foi fundado em 1950 por Caio Egydio de Souza Aranha, o Pai Caio de Xangô. Localizado desde 1975 no bairro do Jabaquara, zona sul de São Paulo, o terreno do terreiro compreende uma área útil de cerca de 400 m², com espaços reservados para cada orixá, um barracão comum para a realização das cerimônias e festividades e salas ligadas ao culto. O Axé Ilê Obá carrega em sua história o fato de ter sido o primeiro terreiro no Estado de São Paulo a ser tombado pelo CONDEPHAAT, em 1990, devido ao reconhecimento do seu valor como um importante espaço de luta, resistência e sociabilidade da comunidade negra.

QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA

O Quilombo de Ivaporunduva está localizado na cidade de Eldorado/SP, sendo considerado a mais antiga das comunidades do Vale do Ribeira. Sua origem remonta ao século XVII e está relacionada à atividade mineradora. Em função do declínio da mineração e do progressivo desinteresse da população branca em permanecer na área, o quilombo logo se tornou região de escravizados alforriados. Reconhecido como quilombo em 1997, destacam-se sua capacidade organizativa, a consciência da condição quilombola e a valorização da memória coletiva e da educação como marcas positivas da estrutura presente em Ivaporunduva. Nele se encontra uma igreja reconhecida pelo CONDEPHAAT como patrimônio cultural do estado. O quilombo de Ivaporunduva faz parte de uma série de outros locais de comunidades quilombolas, no Vale do Ribeira, que têm sido reconhecidos como patrimônio cultural estadual e nacional, bem como reivindicando o direito às suas terras.



Terreiro Axé Ilê Obá,
São Paulo, 2011



Quilombo de
Ivaporunduva, região
do Vale do Ribeira,
Eldorado, 2011

ASSOCIATIVISMO, CLUBES, ENTIDADES E IRMANDADES: A FORÇA DO COLETIVO



A vida negra é perpassada pela associação e pela solidariedade, e isso enfrenta o senso vulgar e preconceituoso, no Brasil, que afirma a desunião entre as pessoas negras em relação a um ideal comum. Isso está muito longe da realidade e do cotidiano histórico da vida negra.

Grêmios recreativos, sociedades beneficentes, clubes de lazer, entidades de mútuo apoio, de ajuda funerária ou hospitalar, locais de poupança e de esforços para adquirir propriedades: no Brasil, há uma história de sociedades negras desse tipo espalhadas por quase todo o território nacional, que são parte do que hoje se denomina “Clubes Sociais Negros”.

Há uma história presente nas cidades paulistas que é contada por sedes de associações com nomes homenageando marcos históricos ou personalidades importantes para a experiência negra, como Treze de Maio, 28 de Setembro (Dia da Mãe Negra e da Lei do Ventre Livre de 1871), Princesa Isabel, José do Patrocínio. São Paulo possui ao menos 20 clubes negros espalhados por 21 cidades do interior e capital.

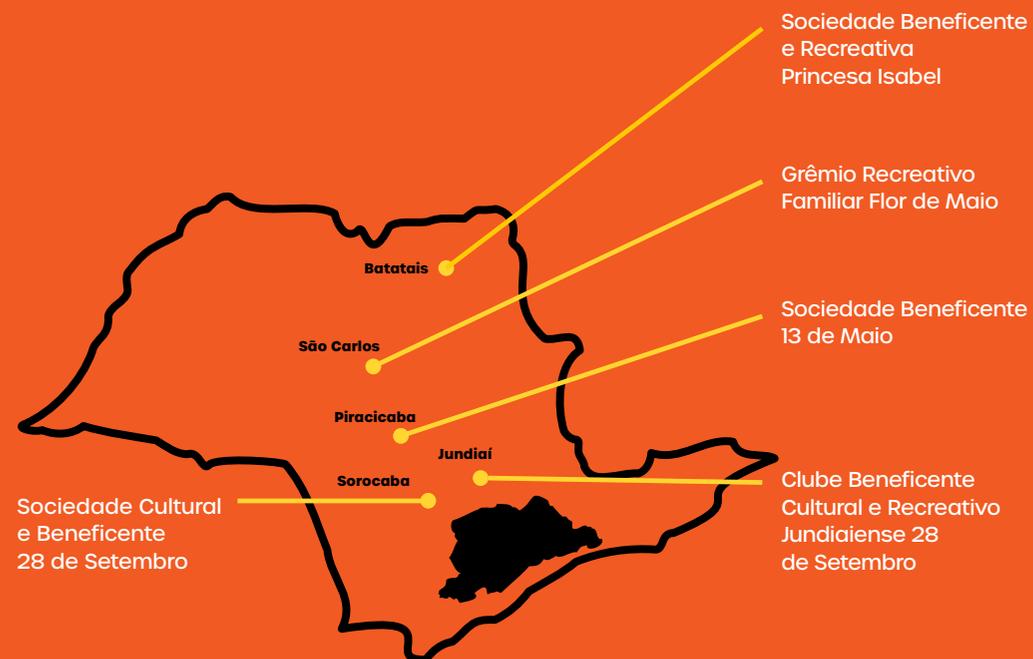
Os nomes mudam com o passar dos anos e das lutas por direitos, como nos casos do Clube Negro de Cultura Social (1928), Associação Jabaquara (anos 1940), Associação José do Patrocínio (1947), Clube 220 (anos 1950 a 1970), Associação Cultural do Negro (1954-1976) ou Aristocrata Clube (criado em 1961), mas os princípios são semelhantes. Solidariedade, trabalho coletivo, direito ao lazer, espaços seguros de sociabilidade e respeito, afetos e valorização familiar, transmissão de experiências, organização de lutas coletivas. E luta contra a discriminação e o racismo histórico da experiência brasileira.

A depender do momento histórico, entidades que inseriram a vida negra na experiência cívica de luta por direitos ou de participação política, como a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a Legião Negra de São Paulo (1932), também são experiências importantes. Todas merecem ser conhecidas e conectam-se com outras semelhantes em diferentes estados do Brasil, formando uma rede que permite contar a história da cidadania brasileira e da luta por direitos civis, sociais e políticos com a participação protagonista negra. Essa história faz parte de um fio da memória que pode alcançar os nossos dias como antepassada dos movimentos negros contemporâneos.



Baile do Clube 220,
São Paulo, 1958

CLUBES NEGROS EM SÃO PAULO



CLUBES NEGROS PAULISTAS

SOCIEDADE BENEFICENTE 13 DE MAIO

Em 1901, foi criada em Piracicaba/SP a Sociedade Beneficente Antônio Bento com o objetivo de comemorar anualmente a Abolição da Escravatura. Em 1908, a associação mudou de caráter e até de nome, passando a se chamar Sociedade Beneficente 13 de Maio, com a finalidade de prestar serviços médicos, farmacêuticos, jurídicos e educacionais aos seus associados. Funcionando em diferentes espaços até a construção da sede, o clube abrigou, entre os anos 1930 e 1950, escolas musicais e de alfabetização de adultos, além de dois jornais da imprensa negra paulista: *O Patrocínio* e *Nosso Jornal*. Entre as décadas de 1930 e 1960, a Sociedade também manteve eventos de futebol, com partidas de “Brancos x Pretos”.

GRÊMIO RECREATIVO FAMILIAR FLOR DE MAIO

O Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio foi fundado em 4 de maio de 1928 na cidade de São Carlos/SP. A associação foi idealizada por Alfredo Gonçalves e um grupo de ferroviários da Companhia Paulista que, discriminados em outros clubes da cidade, sentiram necessidade de um espaço para a sociabilidade negra na cidade. Foi só nos anos 1940 que o então prefeito Luiz Augusto de Oliveira doou o terreno para a construção da sede, tendo o clube funcionado em locais provisórios até aquele momento. Contando com o apoio financeiro da companhia ferroviária, o desenho do piso do Flor de Maio se assemelha ao traçado de trilhos de ferro.

SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA PRINCESA ISABEL

Em julho de 1952, um grupo de pessoas negras se reuniu na cidade de Batatais/SP com o objetivo de criar uma associação beneficente e cultural voltada especialmente para os “homens de cor”. Surgia, assim, a Sociedade Beneficente e Recreativa Princesa Isabel, em oposição ao racismo de outros clubes existentes naquela época. Apesar do cenário adverso à população negra da cidade, a associação fez mais que resistir à invisibilidade e não se limitou a criar sua própria sociabilidade. Os estatutários registraram em Ata que aceitariam “todas as pessoas” em seus bailes, “sem diferença de nacionalidade, raça ou cor”.

SOCIEDADE CULTURAL E BENEFICENTE 28 DE SETEMBRO

A Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro foi criada em 1945, em Sorocaba/SP, atrelada ao desmantelamento da Frente Negra Brasileira durante o Estado Novo. No momento de sua fundação, a associação estava localizada em uma região afastada do centro da cidade. Atualmente, encontra-se em seu perímetro. A construção da sede da associação contou com a doação de tijolos por parte da Companhia Nacional de Estamparia (Cianê). Em atividade há 76 anos, esta entidade tem se destacado na realização de atividades associativas, cujo objetivo é valorizar a cultura afro-brasileira.

LEGIÃO NEGRA

Criada em 1932 por Joaquim Guaraná de Santana, a Legião Negra foi um destacamento militar formado por pessoas negras com o objetivo de reunir combatentes para lutar contra o governo de Getúlio Vargas na chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Sediada na Barra Funda, região central de São Paulo, a Legião Negra conseguiu arregimentar em suas fileiras cerca de 2.000 voluntários civis. Antes de irem para o campo de guerra, havia um treinamento inicial, ainda que precário, durante o qual os voluntários recebiam roupa e munição.

CLUBE BENEFICENTE CULTURAL E RECREATIVO JUNDIAIENSE 28 DE SETEMBRO

O Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaense 28 de Setembro é considerado a entidade associativa negra mais antiga do Estado de São Paulo. Fundado em 1897, alguns documentos trazidos à tona recentemente indicam, segundo seus sócios atuais, a intenção de criá-lo já em 1895. A história do 28 de Setembro está ligada à expansão da ferrovia paulista em Jundiaí e, especialmente, à necessidade de providenciar assistência aos ex-escravizados e libertos. Decorre daí seu caráter beneficente, com auxílio médico, funerário, educacional etc. A sede atual do clube data de 1946. Para sua construção, foi criado um Livro de Ouro com a contribuição dos sócios.

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Fundada em 1931 por Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Benedito Veiga dos Santos, José Correia Leite e Raul Joviano do Amaral, entre outros, a Frente Negra Brasileira é conhecida como uma das principais entidades negras criadas no século XX. Apesar de ter sua origem ligada à cidade de São Paulo, a FNB teve rápido crescimento e contou com filiais em vários estados brasileiros. A atuação da Frente Negra incluía a importância de discutir a inserção do negro no debate nacional, além de promover atividades de caráter cultural e educacional. Em 1937, com o Estado Novo, a Frente Negra foi dissolvida, extinguindo-se junto com ela sua tentativa de se tornar o primeiro partido político negro da história do Brasil.



Coroação da rainha de baile da Sociedade Beneficente 13 de Maio, Piracicaba, sem data



Fachada da Sociedade Cultural e Beneficente 28 de Setembro, Sorocaba, 2018



Fachada da sede do Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio, São Carlos, 2018

Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel | Data de Admissão 25/09/85 | Ficha N.º 411

Nome JOSE CLOVIS FERREIRA

Residência TRAV. MAJOE ANTÃO 977

Nascimento 26/12/65 - BATA TAIS

Estado Civil SOLTEIRO Nacionalidade BRASILEIRA

Profissão SERV. PEDREIRO Categoria CONTRIBUINTE

	NOME DOS DEPENDENTES	PARENTESCO	NASCIMENTO
1	—		
2	—		
3	—		
4	—		
5	—		
6	—		

Ficha de membro da Sociedade Beneficente e Recreativa Princesa Isabel, Batatais, 1985



Atividades do Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiense 28 de Setembro, Jundiá, sem data

Foto tirada em frente à antiga sede da Delegação da Frente Negra Brasileira, na Avenida Liberdade, São Paulo, 1931 a 1937

Registro de membros da Legião Negra em confronto, setembro de 1932

IMPrensa NEGRA PAULISTA E CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS: A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE LUTA



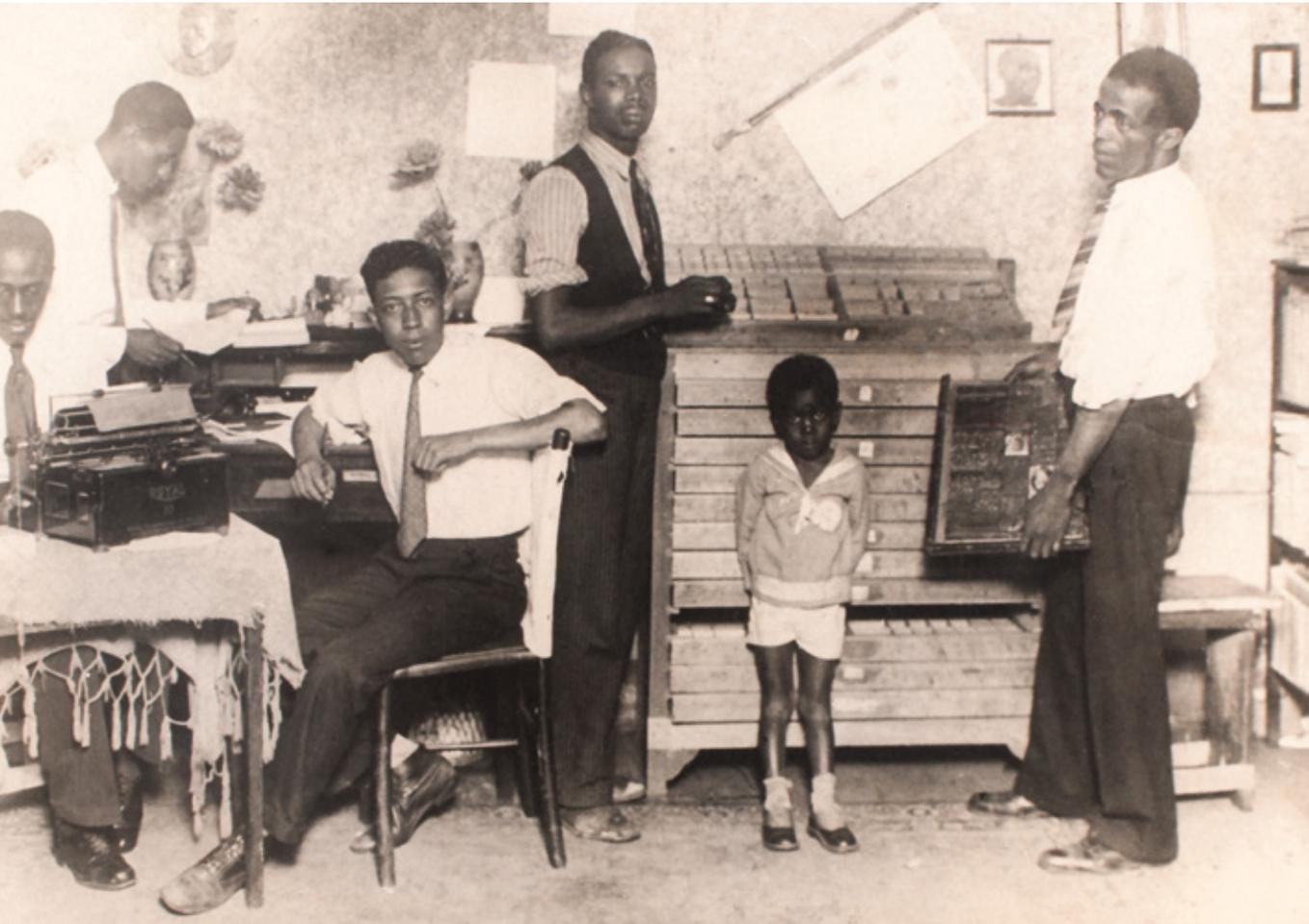
Após a Abolição e no contexto da República, em 1889, já existia uma imprensa negra em São Paulo. Nas suas páginas, reflexões sobre as aspirações e incertezas de homens e mulheres de cor, pretos, pardos e negros com as transformações em curso, nas quais eram protagonistas e interessados diretos. Também há notas sobre a vida cotidiana, a solidariedade e o lazer, a vida familiar, publicação de poemas e contos, correio afetivo, fotografias de personalidades conhecidas e pessoas comuns. Essa imprensa continuou pujante no século XX, com jornais ligados a entidades de bailes, sociedades beneficentes e organizações políticas.

Procuravam informar sobre o contexto local, nacional e internacional, e, assim, podemos verificar uma circulação de ideias da vida negra no espaço transnacional. De alguns jornais temos poucos exemplares ou fragmentos; de outros, edições completas. Em todos, o entendimento da comunicação como meio de luta na modernidade.

Um traço comum em toda a história da imprensa negra paulista, que começa em 1889 e alcança os nossos dias no século XXI, é a narrativa da vida negra por seus protagonistas. É também a reivindicação por direitos, a luta contra o preconceito racial. Denúncias de discriminações em espaços públicos, notas de cobranças a autoridades, chamadas para a união da comunidade em torno de um ideal comum. Também apelos à união por meio de anúncios de comércios e iniciativas tocadas por proprietários negros e negras, incentivando a circulação do dinheiro entre iguais para o fortalecimento em grupo.

A história da imprensa negra paulista é uma história da cidadania impressa, de diferentes momentos da nossa experiência autoritária e democrática, violenta e racista, numa comunidade diversa que constrói um retrato de si mesma conectado pela escrita e pelo direito à livre expressão.

É um fio da memória dos meios atuais de informação e divulgação negra através de canais nas redes sociais e podcasts de comunicadores negros. Sua razão continua a mesma: "A imprensa que sai do viver do negro e tenta, sobretudo, falar para o próprio negro" (Oswaldo de Camargo).



MEMÓRIA IMPRESSA

As muitas edições dos jornais foram, em sua grande maioria, preservadas pela ação de guarda da memória dos próprios jornalistas responsáveis pelos periódicos, bem como de seus familiares. Posteriormente, muito do material da imprensa negra paulista foi divulgado em textos analíticos, exposto ou exibido por intelectuais, cientistas sociais e historiadores como Roger Bastide, José Correia Leite, Clóvis Moura, Miriam Nicolau Ferrara, Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Barone e Flávia Rios, entre outros, com apoio de instituições como a Imprensa Oficial do Estado, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, a USP, a UNESP, a Unicamp e a UFSCar, entre outras.

**Pequena oficina do jornal
O Clarim D'Alvorada,
na residência de José
Correia Leite, São Paulo,
década de 1930. Da
esquerda para a direita:
Átila de Moraes,
Manoel Antônio dos
Santos, Luís Braga,
Henrique Cunha, Raul
(filho de José Correia Leite)
e Gentil de Castro**

C.F.V.
14 JUL 1991
Cidade de Londrina

MNU
JORNAL

JORNAL NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO Nº 19 - maio/junho/julho de 1991 - Cr\$ 200,00

A magia do Reggae: da Jamaica ao Maranhão

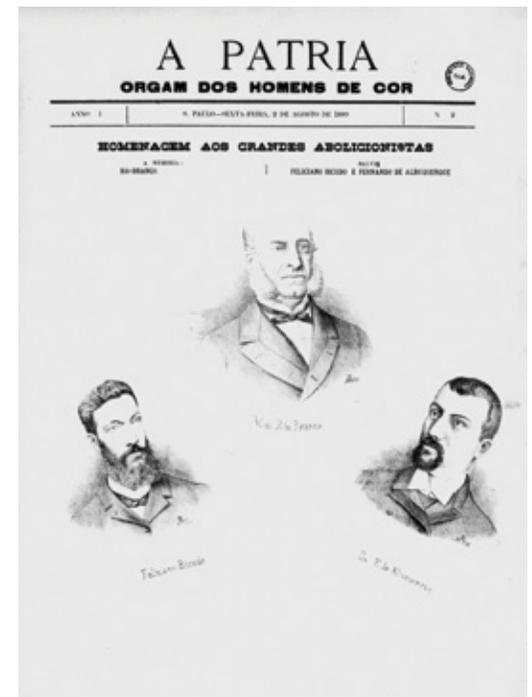
Entrevistas com Lélia Gonzalez e Bryan Stevenson

Bob Marley: o mito como metáfora

A cor da Pena de Morte



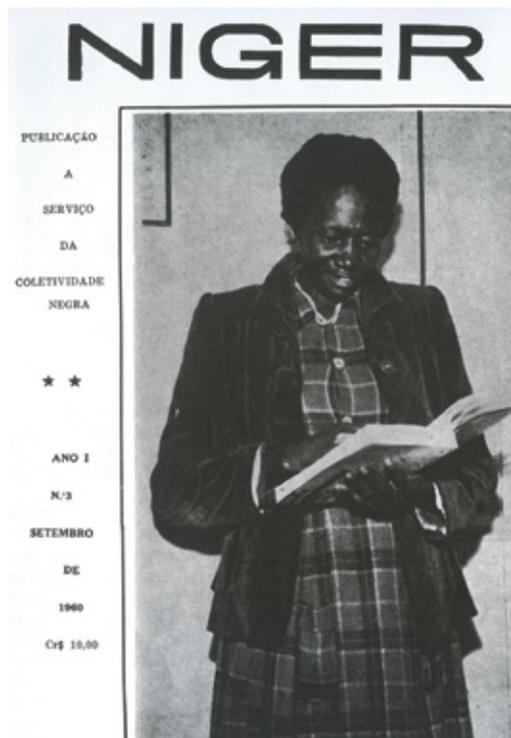
Reaja à violência racial:
"beije sua preta
em praça pública"
(ORD)



Jornal MNU.
Edição 19,
maio/jun/jul, 1991

A Pátria - Organ dos
homens de cor. Edição 02,
2/agosto, São Paulo, 1889

Senzala: revista mensal
para o negro. Edição 01,
janeiro, São Paulo, 1946



Niger.
Edição 03, setembro,
São Paulo, 1960

Árvore das Palavras.
Sem número, maio,
sem data

Versus.
Edição 23, jul/ago,
São Paulo, 1978



Jorneiro.
Edição 05, novembro,
São Paulo, 1978

LITERATURA NEGRA: O DIREITO À IMAGINAÇÃO



O direito à literatura é o direito à imaginação e de transmissão de experiências humanas.

Tão fundamental quanto os direitos à vida, de ir e vir e à liberdade, especialmente criativa. Importante enquanto expressão da diversidade, portanto marcado por classe, gênero, cor. Ao longo de todo o século XX, diferentes gerações de poetas, romancistas, contistas e dramaturgos negros e negras defenderam a existência de uma Literatura Negra, produzida pela autoria negra, com o projeto de narrar a vida de pessoas negras de maneira não estereotipada, não subalternizada.

E, principalmente, uma Literatura Negra em que aquela vida negra seja protagonista, capaz de transmitir experiências complexas, que permita a reflexão sobre a nossa condição humana. A história da Literatura Negra no Brasil é majoritariamente uma história de luta pelo direito à existência e à busca por reconhecimento, autoeditada e autofinanciada, criada muitas vezes no interior de espaços associativos negros. E em franco combate contra o racismo e a discriminação racial. Memórias, romances rurais e urbanos, poemas eróticos, literatura fantástica, literatura negra feminina, projetos coletivos, contos, histórias em quadrinhos, romances gráficos: a literatura negra é o longo fio da busca pela liberdade de expressão e o direito à fabulação negros.

Há uma constante que deve ser observada nessa produção: a sua vontade ininterrupta de querer narrar e ser lida. A autoedição, a publicação por gráficas, faz parte dessa história literária, porque a história editorial brasileira operou de maneira discriminatória para com a produção negra durante décadas. As exceções confirmam a regra.

Dos livros fundamentais de Lino Guedes (1896-1951), um dos primeiros autores negros paulistas publicados em livro no século XX, passando por Oswald de Camargo (1936-), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Carlos Assumpção (1927-), Ruth Guimarães (1920-2014) e os Cadernos Negros (1978-), às novas gerações representadas por autoras e autores como Elizandra Souza, Allan da Rosa, Akins Kinté, Catita, Dinha e Sacolinha, há muitas e muitos que devem ser lidos.

**NEGRO PRETO CÔR DA NOITE,
NUNCA TE ESQUEÇAS DO AÇOITE
QUE CRUCIOU TUA RAÇA.
EM NOME DELLA SOMENTE
FAZE COM QUE NOSSA GENTE
UM DIA GENTE SE FAÇA!
NEGRO PRETO, NEGRO PRETO
SÊ TU UM HOMEM DIREITO
COMO UM CORDEL POSTO A PRUMO!
É SÓ DO TEU PROCEDER
QUE, POR CERTO, HA DE NASCER
A ESTRELLA DO NOVO RUMO!**

LINO GUEDES

Lino Guedes nasceu na cidade de Socorro/SP, em 1896, e faleceu em 1951. Foi um dos primeiros autores negros publicados em livro no século XX. Entre as décadas de 1920 e 1950, publicou livros autoeditados em gráficas e tipografias, trazendo ao público uma poesia em que os negros, no passado e no presente, são os personagens centrais. Entre suas obras, temos *O Canto do Cisne Preto*, *Negro Preto Cor da Noite*, *Urucungo*, *Vigília do Pai João* e outras. Lino Guedes foi também um dos fundadores do jornal *O Getulino*. Atuou como revisor em periódicos importantes em São Paulo, sendo mencionado em notas de jornais como o poeta da raça negra.



Lino Guedes, Novo Rumo, em Negro Preto Cor da Noite, 1936

Negro Preto Cor da Noite. Estabelecimento Graphico Cruzeiro do Sul, 1936

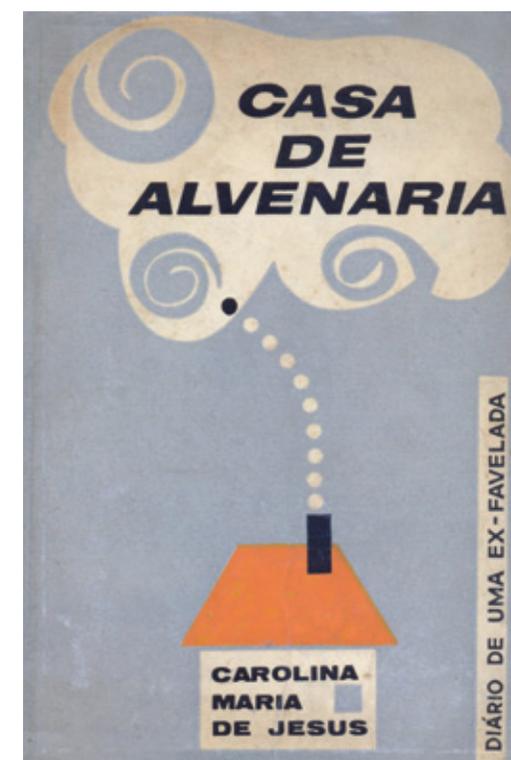
**... EU CATO PAPEL, MAS NÃO GOSTO. ENTÃO
EU PENSO: FAZ DE CONTA QUE EU ESTOU
SONHANDO.**

[...]

**QUANDO ESTOU NA CIDADE TENHO A
IMPRESSÃO QUE ESTOU NA SALA DE VISITA
COM SEUS LUSTRES DE CRISTAIS, SEUS
TAPETES DE VILUDOS, ALMOFADAS DE SETIM.
E QUANDO ESTOU NA FAVELA, TENHO A
IMPRESSÃO QUE SOU OBJETO FORA DE USO,
DIGNO DE ESTAR NO QUARTO DE DESPEJO.**

CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento/MG em 1914, mas passou boa parte da sua vida na capital paulistana, entre a favela do Canindé, Osasco, Santana e Parelheiros. Mulher, negra e trabalhando como catadora de papel, Carolina começou a registrar seu cotidiano na favela nos cadernos que recolhia. O encontro com o jornalista Audálio Dantas, já na década de 1950, possibilitou a reunião dos escritos de Carolina em livro e sua posterior publicação. Em 1960, com o lançamento de *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, Carolina ganhou projeção nacional e internacional, vendendo um número recorde de trinta mil exemplares apenas na primeira edição. Nos anos seguintes, ela lançaria ainda *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fomes* (1963), *Provérbios* (1963) e a publicação póstuma *Diário de Bitita* (1982).



Carolina Maria de Jesus,
Quarto de Despejo, 1960

*Casa de Alvenaria: Diário
de uma ex-favelada.*
Editora Paulo de Azevedo
Ltda., 1961

**JÁ NÃO HÁ MAIS RAZÃO PARA CHAMAR AS LEMBRANÇAS
E MOSTRÁ-LAS AO POVO
EM MAIO.**

**EM MAIO SOPRAM VENTOS DESATADOS
POR MÃOS DE MANDO, TURVAM O SENTIDO
DO QUE SONHAMOS.**

**EM MAIO UMA TAL SENHORA LIBERDADE SE ALVOROÇA,
E DESCE ÀS PRAÇAS DAS BOCAS ENTREABERTAS
E COMEÇA:**

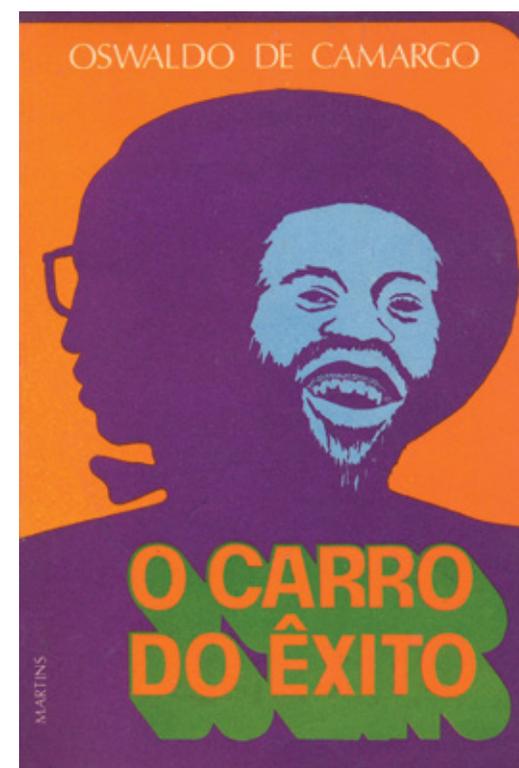
“OUTRORA, NAS SENZALAS, OS SENHORES...”

**MAS A LIBERDADE QUE DESCE À PRAÇA
NOS MEADOS DE MAIO,
PEDINDO RUMORES,
É UMA SENHORA ESQUÁLIDA, SECA, DESVALIDA
E NADA SABE DE NOSSA VIDA.**

**A LIBERDADE QUE SEI É UMA MENINA SEM JEITO,
VEM MONTADA NO OMBRO DOS MOLEQUES
E SE ESCONDE NO PEITO, EM FOGO, DOS QUE JAMAIS IRÃO À PRAÇA.
NA PRAÇA ESTÃO OS FRACOS, OS VELHOS, OS DECADENTES
E SEU GRITO: “BENDITA LIBERDADE!”
E ELA SORRI E SE ORGULHA, DE VERDADE,
DO MUITO QUE TEM FEITO!**

OSWALDO DE CAMARGO

Oswaldo de Camargo nasceu na cidade de Bragança Paulista/SP em 1936. Múltiplo, Oswaldo é poeta, jornalista, crítico e historiador da literatura. Em 1959, já com residência na capital paulistana, passa a atuar como revisor do jornal *O Estado de São Paulo*. Naquele mesmo ano, faz sua primeira incursão na literatura, com a publicação do livro de poemas *Um homem tenta ser anjo*. Em 1972 lançou o volume de contos *O carro do êxito*. Com outras obras na bagagem, Oswaldo de Camargo é considerado um dos grandes nomes da literatura negra no Brasil, além de ter sua trajetória vinculada à militância no movimento negro, com participação ativa na Associação Cultural do Negro e colaboração com jornais da imprensa negra.



Oswaldo de Camargo, *Em maio*, em *O Estranho*, 1984

O carro do êxito.
Martins Editora, 1972

CADERNOS NEGROS

A série *Cadernos Negros*, publicada desde 1978 em São Paulo, é o exemplo mais acabado da perseverança do desejo de publicar, ser lido e formar um público leitor. Criada pelos escritores Cuti, Oswaldo de Camargo, Mário Jorge Lescano e Hugo Ferreira, foi continuada pelo coletivo Quilombhoje a partir de 1982, do qual permanecem à frente da publicação em nossos dias a escritora Esmeralda Ribeiro e o escritor Márcio Barbosa. A série atravessou décadas em um regime de publicação cooperativo dos autores, sem outro apoio editorial que não a própria estrutura do Quilombhoje.



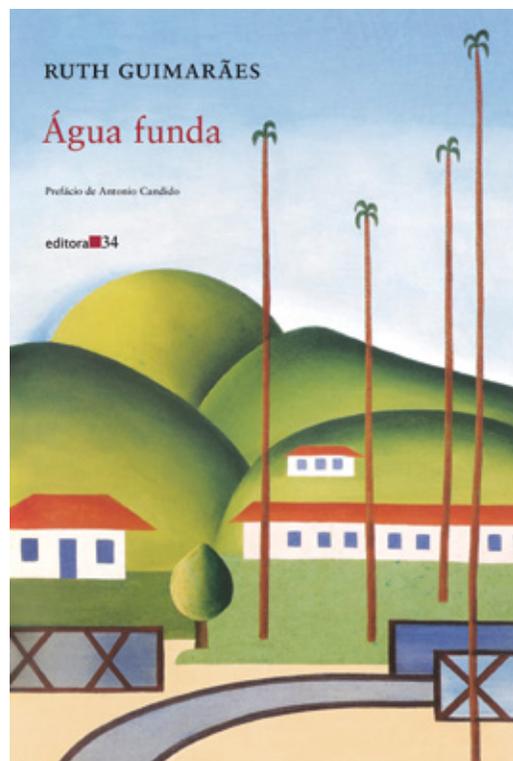
Primeira edição do *Cadernos Negros*, 1978

LUTA EDITORIAL ANTIRRACISTA

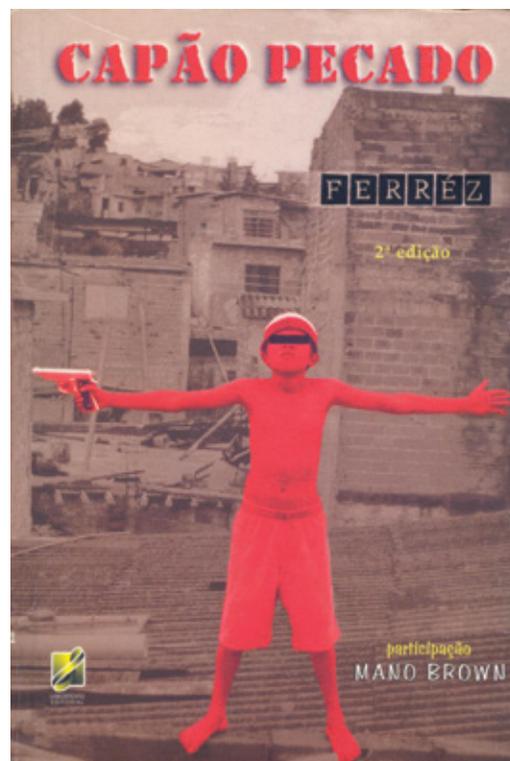
Na última década e, com mais intensidade, nos últimos anos, como fruto das mudanças sociais ocorridas no Brasil e do insuportável silenciamento sobre o antirracismo nos meios editoriais, autoras e autores com uma longa estrada de publicação, bem como escritoras e escritores mais jovens, têm sido redescobertos ou editados pioneiramente num circuito mais amplo, com boa divulgação e distribuição e maior acesso do público a suas obras. Quem ganha com essas edições e reedições somos todos nós, postos diante de um universo mais plural de outras realidades imaginadas e narradas.



85 letras e um disparo, de Sacolinha. Editora Ilustra, 2006



Água funda,
de Ruth Guimarães.
Editora 34, 2018



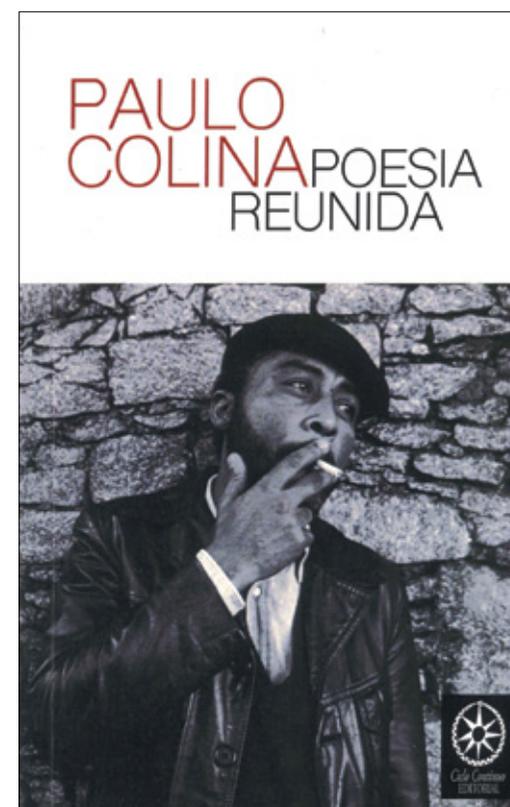
Capão Pecado, de Ferréz.
Labortexto Editorial, 2000

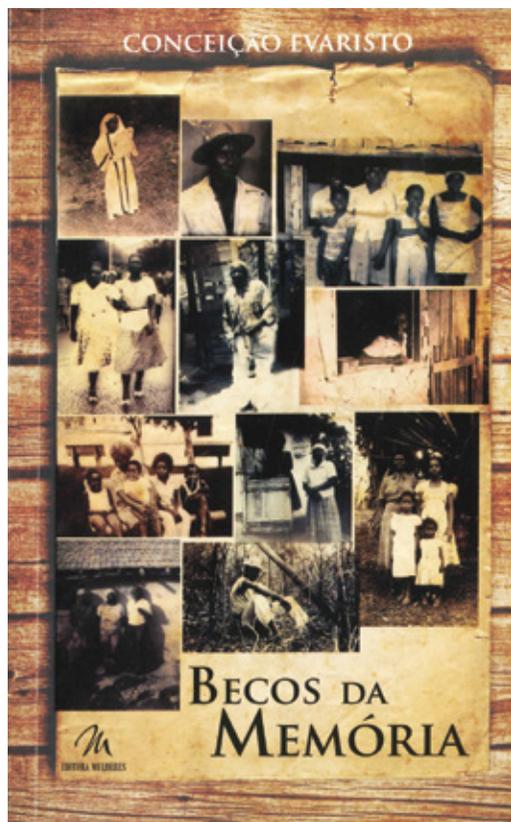


...E disse o velho militante José Correia Leite,
de Cuti. Editora Noovha América, 2007

Angola Janga,
de Marcelo D'Salete.
Editora Veneta, 2017

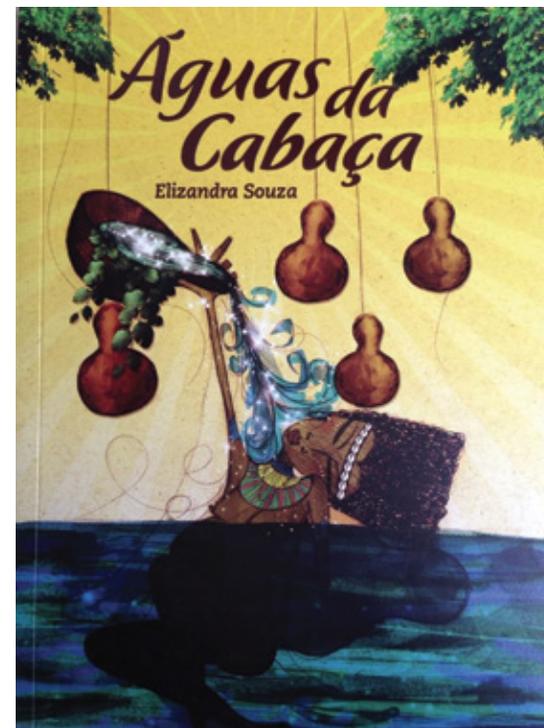
Poesia Reunida - Paulo Colina,
editado por Eunice Souza e Marciano Ventura. Ciclo Contínuo Editorial, 2020



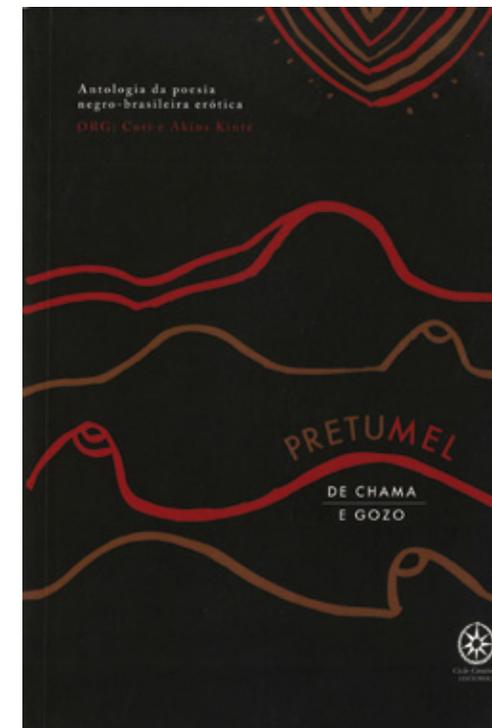


Sobrevivendo no inferno,
de Racionais MC's.
Companhia das Letras, 2018

Becos da Memória,
de Conceição Evaristo.
Editora Mulheres, 2013



Águas da Cabaça,
de Elizandra Souza.
Edição da autora, 2012

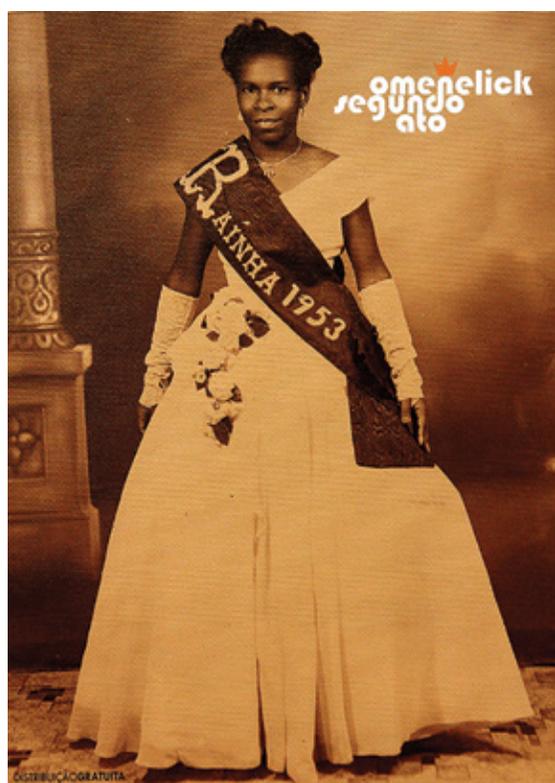


Pretumel de chama e gozo - Antologia da poesia erótica negro-brasileira,
organizado por Cuti e Akins Kintê. Ciclo Contínuo Editorial, 2015



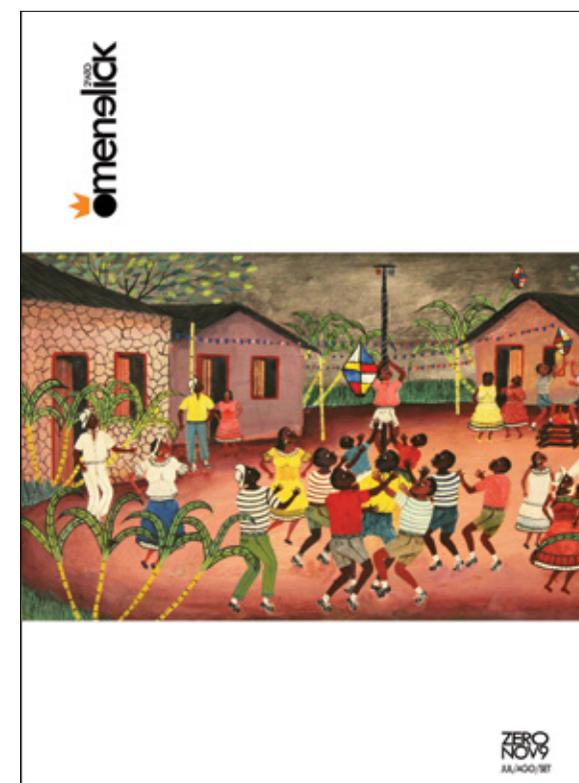
REVISTA O MENELICK 2º ATO

Homenageando em seu nome o jornal *Menelick*, importante título da imprensa negra paulista, a Revista *O Menelick 2º Ato* é uma iniciativa editorial independente criada em 2007 com vistas à reflexão e valorização da produção cultural e artística da diáspora negra e com especial destaque para o Brasil. Desde 2010 já produziu mais de 20 edições impressas, com periodicidade irregular e distribuição gratuita, e segue ativa em sua plataforma digital. Cada edição publicada tem 2.000 exemplares. Atualmente a revista é coordenada por dois de seus membros fundadores, o jornalista e fotógrafo Nabor Jr. e a antropóloga e artista da dança Luciane Ramos.



Edição 10, nov/dez/jan,
2012. Capa com a obra
Super Consciência Negra
(2012), de Renata Felinto

Edição 12, 2014. Capa com
fotografia de Thereza N.
dos Santos, 1953



O Menelick 2º Ato
Edição 9, jul/ago/set, 2012.
Capa com a obra *Festa de
São João* (1961), de Heitor
dos Prazeres

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA: AS RUAS, OS SALÕES E OS PALCOS COMO LUGARES DE DIREITOS



A arte negra é política porque a imaginação e os corpos das pessoas negras em cena, ocupando espaços públicos ou palcos consagrados, são formas de insubordinação e de afirmação de direitos à existência historicamente apartados. A história da capital e de cidades do interior de São Paulo é marcada por diferentes momentos de cerceamento ao direito de ocupar as ruas, de ir e vir em determinadas regiões e horários considerados “nobres”, de comparecer a lugares de fruição do lazer e da arte com frequentadores monocromáticos e pertencentes a classes sociais específicas. Quando atores e atrizes, artistas plásticos, foliões, carnavalescos, dançarinos, congadeiros e vários outros afirmam que essas ruas e palcos também lhes pertencem, cai o pano da discriminação e do preconceito e a luta antirracista ganha a cena.

Cordões carnavalescos; grupos e escolas de samba; teatro folclórico, experimental, feminista; espaços de dança, equipes de bailes blacks e funk; hip hop: As artes negras são plurais e tão diversas quanto a história da expressão negra. Mulheres negras e homens negros nos espaços públicos das cidades paulistas, com seus corpos, cantos, instrumentos musicais, textos e expressões de religiosidade ocupando ruas, barracões, palcos, organizando festivais, competições, lazeres. Também espaços de encontro de visões de mundo, troca de ideias, organização política e reivindicação de direitos.

A historiografia das artes negras incorpora desde os registros das congadas e do samba paulista através das formas do samba-lenço e do tambu, em históricas fotografias das romarias negras em Pirapora do Bom Jesus, passando pelo início do carnaval, com os cordões, até a pouco conhecida história do Teatro Experimental do Negro de São Paulo e do Teatro Popular Brasileiro, antepassados de companhias teatrais contemporâneas como as Capulanas Companhia de Arte Negra ou Os Crespos.

O hip hop paulistano nos anos 1980, nos tempos da estação São Bento, bem como a cena contemporânea composta por grupos como Ilú Obá de Min, reafirmam a rua como o espaço público reivindicado pela vida negra para mostrar sua arte e defender seus direitos. As ruas, os palcos, as galerias, as telas, as cidades: um longo fio da memória de ocupação de espaços de direito e por direitos que não podem ser interditados.

CARNAVAL PAULISTANO

Os desfiles de cordões, blocos carnavalescos e aquelas que mais tarde seriam chamadas de escolas de samba, em São Paulo, têm sua origem no início do século XX, com a fundação do Cordão da Barra Funda por Dionísio Barbosa. Naquele momento, a população que frequentava essas festividades era majoritariamente negra e operária. Entre as décadas de 1930 e 1960, mas ainda sob influência dos cordões e do samba rural paulista, foram surgindo as primeiras escolas de samba, como a Camisa Verde e Branco, Nenê de Vila Matilde, Vai-Vai e Unidos do Peruche.



Escola de Samba Nenê de Vila Matilde em seu quinto ano de desfile, São Paulo, 1953. Registro realizado em frente à casa do Seu Nenê, no bairro da Vila Matilde



Desfile de escolas de samba no Vale do Anhangabaú, São Paulo, 1970



Dona Philomena, 2003

Nenê da Vila Matilde, 2004

**Toniquinho Batuqueiro,
2004**

Carlão do Peruche, 2003

Dona Danga, 2004



Xangô da Vila Maria, 2003 Paulo Portela, 2005

Silval Rosa, 2004

Zelão da Rosa, 2004

Feijoada, 2005



Dionísio Barbosa durante entrevista para a série Carnaval Paulistano, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em sua casa em São Paulo, 1976

Deolinda Madre (Madrinha Eunice) durante entrevista para a série Carnaval Paulistano, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, São Paulo, 1981

Pato n'Água em desfile no Vale do Anhangabaú, São Paulo, sem data

DIONÍSIO BARBOSA

Dionísio Barbosa nasceu na cidade de Itirapina/SP em 1891. Instalado no bairro da Barra Funda, Barbosa fundou em 1914 o primeiro cordão carnavalesco da cidade, o chamado Cordão da Barra Funda. Num momento em que as escolas de samba ainda não existiam, grupos populares saíam às ruas no carnaval para cantar e tocar samba. Além disso, Barbosa introduziu na capital elementos da música que era produzida no interior, como o samba de bumbo.

MADRINHA EUNICE

Deolinda Madre, mais conhecida como Madrinha Eunice, nasceu na cidade de Piracicaba/SP em 1909. Aos 11 anos de idade veio morar na capital paulistana, mais precisamente nas imediações do bairro da Liberdade. Além de Madrinha Eunice ter sido comerciante, sua história guarda estreita relação com a história do samba em São Paulo, já que ela fundou em 1937 a primeira escola de samba da cidade, a Sociedade Recreativa Beneficente Esportiva Escola de Samba Lavapés. Madrinha Eunice morreu aos 87 anos, mas seu legado e memória continuam vivos, seja na permanência das atividades da escola de samba ou na recém-inaugurada escultura de bronze localizada na Praça da Liberdade.

PATO N'ÁGUA

Walter Gomes de Oliveira, popularmente conhecido como Pato n'Água, foi um conhecido apitador de bateria da Vai-Vai, escola de samba criada no bairro do Bixiga, zona central de São Paulo. Em 1969, em plena ditadura civil-militar, Pato n'Água foi assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas. O samba "Silêncio no Bexiga", de autoria de Geraldo Filme, é uma homenagem a Pato n'Água e seu apito que emudeceu.



ILÚ OBÁ DE MIN

Fundado em 2004 pelas percussionistas Beth Beli, Adriana Aragão e Girlei Miranda, o bloco afro Ilú Obá de Min tem como um de seus objetivos divulgar a cultura negra no Brasil, além de promover o empoderamento feminino. Com uma bateria formada exclusivamente por mulheres, o Ilú Obá reafirma a ocupação das ruas de São Paulo como o espaço público reivindicado pela vida negra para mostrar sua arte e defender seus direitos.



Mulheres no comando do berimbau, Bloco Afro Ilú Obá de Min, 2018

Cortejo do Bloco Afro Ilú Obá De Min, São Paulo, 2019



**Cortejo do Bloco Preto
Zumbido AfroPercussivo,
São Paulo, 17/fevereiro, 2018**



**Cortejo do Bloco Afro
Afirmativo Ilú Inã,
São Paulo, 2018**

SAMBA DE RUA EM PIRAPORA DO BOM JESUS

A cidade de Pirapora do Bom Jesus, localizada no interior de São Paulo, é conhecida pelas manifestações culturais e religiosas realizadas ao longo de sua história. Apesar do samba paulista não ter nascido naquele município, Pirapora figurou, no começo do século XX e ao longo desse período, como um importante ponto de encontro e local de sociabilidade para grupos majoritariamente negros oriundos de diversas regiões do Estado de São Paulo. Na década de 1930, esse movimento sistemático chamou a atenção de Mário de Andrade, Mário Wagner Vieira da Cunha e Claude Lévi-Strauss, que elaboraram análises e fizeram a documentação fotográfica das festividades ocorridas em Pirapora para o então Departamento de Cultura de São Paulo. Mais recentemente, a cidade tem sido revisitada como um dos “berços” do samba paulista.



Samba nas ruas de Pirapora do Bom Jesus, 1937

SAMBA-LENÇO EM RIO CLARO

A história e o legado da comunidade negra no interior de São Paulo no pós-abolição estão ligados diretamente à cidade de Rio Claro/SP e suas manifestações artísticas e culturais, como o samba-lenço, onde os sambadores seguravam cada um uma ponta do lenço. Considerada uma das formas do samba rural paulista, o samba lenço, assim como o samba de umbigada, era dançado durante a celebração de festividades, como o 13 de maio. Os escritos no verso de algumas das fotografias apresentadas apontam que os registros ocorreram durante festividade no dia 13 de maio, possivelmente na década de 1940, nas imediações da praça General Antonio Gonçalves Ribeiro (comumente conhecida como praça São Benedito).



Registros de samba-lenço em Rio Claro, sem data

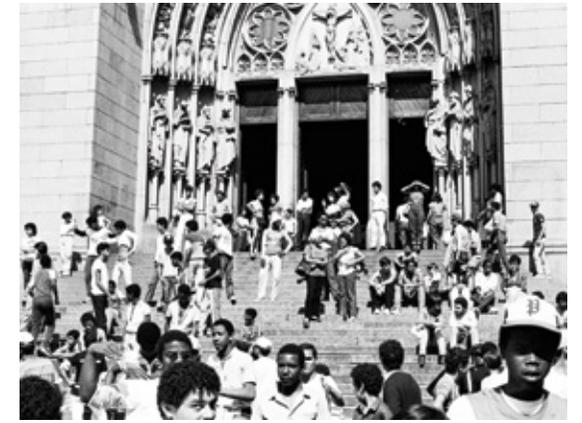


BAILES BLACKS

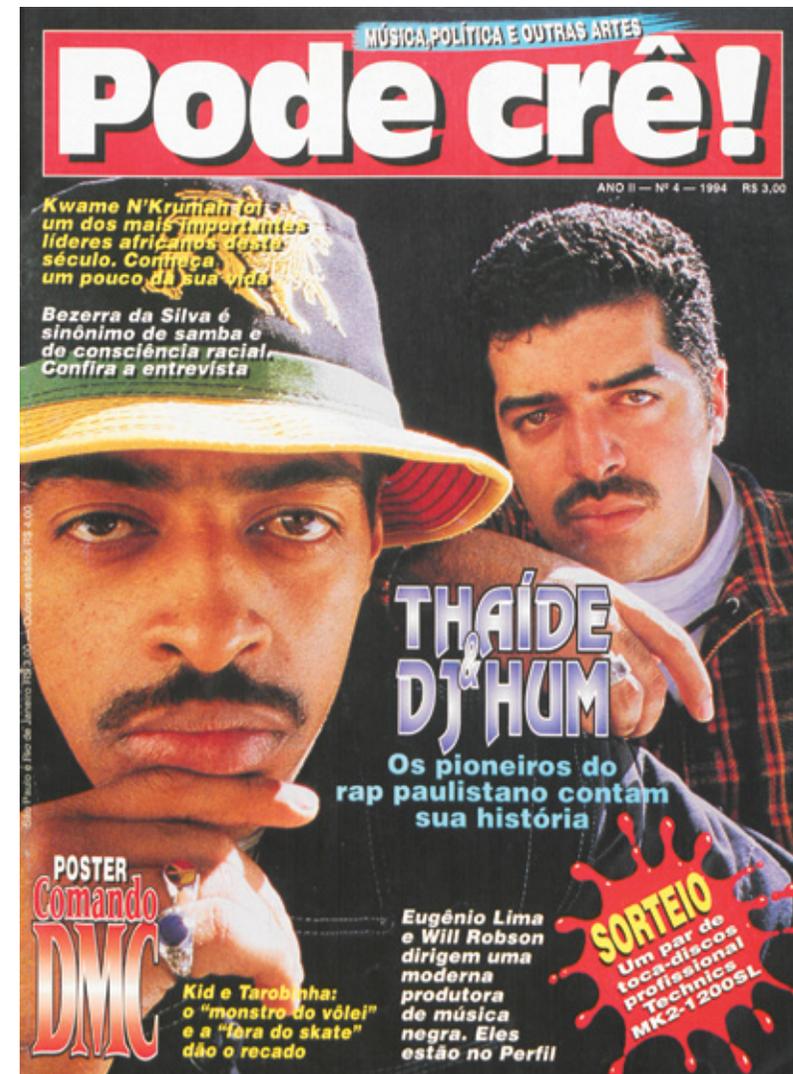
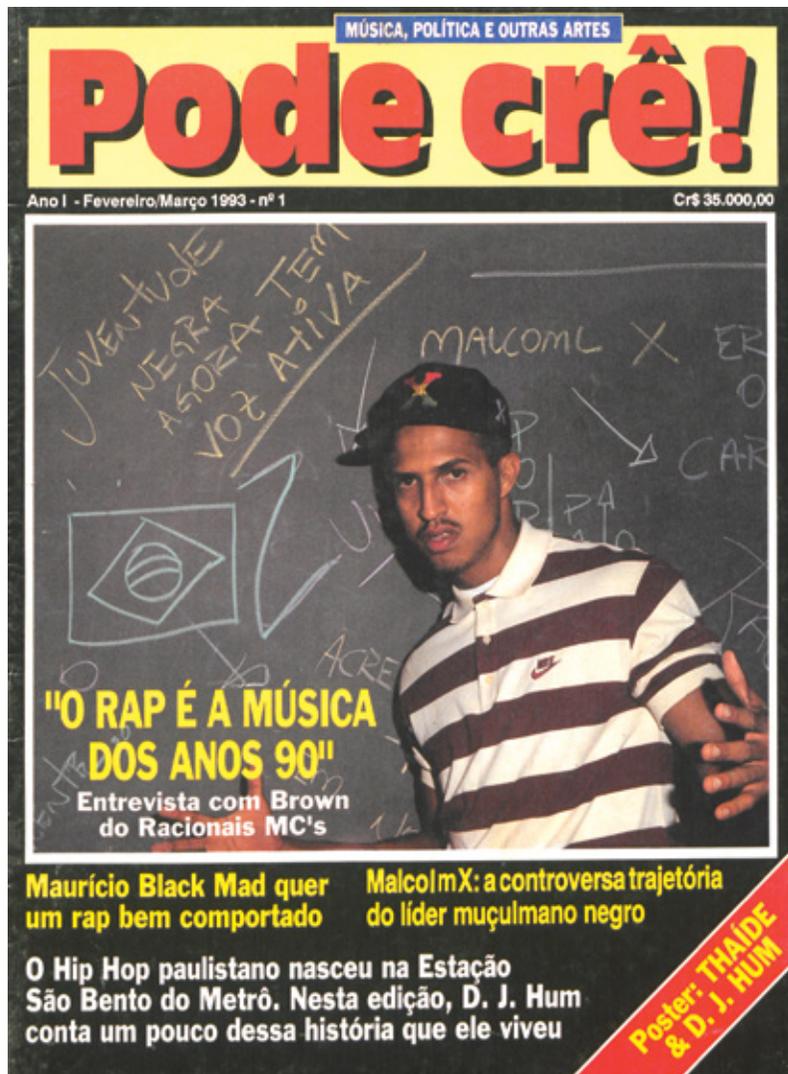
Nas décadas de 1970 e 1980, começaram a se multiplicar na cena musical Rio-São Paulo os chamados bailes blacks. Na capital paulistana destacam-se a Chic Show, Transa Negra, Zimbabwe e Black Mad como grandes equipes produtoras desses eventos. Com uma influência direta dos ritmos da black music norte-americana, esses espaços logo ganharam forte apelo entre a juventude, na medida em que funcionavam como um importante espaço de sociabilidade, resistência e produção e reafirmação de identidades. Em plena ditadura civil-militar, a comunidade de informações e segurança do regime produziu extensos dossiês sobre o caráter “subversivo” desses bailes, e muitos de seus integrantes foram fichados e perseguidos.



Uma noite no
Sambarylove, um Baile
Black contemporâneo,
São Paulo, 2012



Primeiro concurso BREAK
na Praça da Sé,
São Paulo, 1984



Pode crê!
 Edição 01, 1993
 Edição 04, 1994

TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO DE SÃO PAULO

O Teatro Experimental do Negro de São Paulo foi uma companhia teatral menos conhecida que o grupo no qual se inspirou, o Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro, criado em 1944 por Abdias do Nascimento. Dirigido por Geraldo Campos de Oliveira e Dalmo Ferreira, o TENSP (1945-1966) formou e revelou durante duas décadas atores e atrizes negras e negros na cidade de São Paulo, como Áurea Campos, Samuel dos Santos, Dalmo Ferreira e Jacira Sampaio. Apesar das poucas informações e trabalhos sobre o TENSP, não é exagero afirmar que foi uma das mais longevas experiências teatrais negras da história da cidade, com a encenação de peças de dramaturgos nacionais e internacionais.



CAPULANAS

Criada em 2007, a Capulanas Cia de Arte Negra foi formada por ex-alunas do curso de Artes do Corpo da PUC/SP. Desde 2012, sua sede - Goma Capulanas - está localizada na periferia da zona sul da capital. As idealizadoras da Capulanas, Adriana Paixão, Débora Marçal, Flávia Rosa e Priscila Preta, pretendem estabelecer conexões entre os ritos, valores e tradições africanas e a realidade da mulher negra brasileira. O espetáculo da Capulanas não é idealizado para ser apresentado em um palco tradicional, mas sim na sua sede e nos espaços por onde circulam e atuam.

Além desses grupos, há ainda em atividade a Cia Os Crespos, em São Paulo. Foi criada em 2005, exclusivamente por estudantes negras e negros da Escola de Arte Dramática da USP, sob orientação do professor José Fernando de Azevedo. Era integrada inicialmente pelos atores e atrizes Joyce Barbosa, Lucélia Sérgio, Maria Gal, Mawusi Tulani e Sidney Santiago. Estreou em 2007 com *Ensaio para Carolina*, e tem em seu repertório peças consagradas, como *Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas* (2013) e *Cartas a Madame Satã ou me desespero sem notícias suas* (2014). Também foi responsável pela publicação *Legítima Defesa - uma revista do teatro negro*.



Ensaio *O Colar de Coral*, do Teatro Experimental do Negro de São Paulo, 1958. Na foto, os intérpretes José Brochado, Dalmo Ferreira, José Francisco, Gentil de Oliveira, Cintia Bastos, Jacyra Sampaio e Osmar Cabrera

Cena do espetáculo *Sangoma*, 2012, da Capulanas Cia de Arte Negra

REPRESSÃO, VIGILÂNCIA E RESISTÊNCIA, 1930-1980



A vigilância e a repressão aos movimentos negros em São Paulo acompanha a história da polícia política paulista. Entre 1924 e 1983, os agentes repressivos, através do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), acompanharam reuniões, realizaram investigações, produziram fichas e prontuários, prenderam, torturaram e assassinaram homens e mulheres negros não somente em razão de suas convicções políticas, mas também pelo fato de serem pessoas negras e ativistas contra o racismo e a discriminação racial.

A repressão também tomou como alvo as práticas religiosas de matrizes africanas e afro-brasileiras, por meio da Delegacia de Costumes. Autoridades de terreiros de candomblé ou umbanda eram abordadas e presas; os espaços de rituais dessas religiões eram desfeitos de maneira espalhafatosa e noticiada por jornais, com a exposição pública daquelas pessoas – apresentadas como “macumbeiros”, “feiticeiros” ou “curandeiros” – e de seus objetos rituais e práticas, acusando-as de charlatanismo e exploração da fé de ingênuos e ignorantes. A discriminação religiosa contra as religiões afro-brasileiras tem uma longa história, mas a sua capacidade de resistência, a despeito de tudo, também tem.

Apesar disso, os regimes autoritários negavam a existência do racismo e os governos eleitos em intervalos democráticos afirmavam vigorar uma democracia racial. Nenhuma dessas respostas praticadas pelo Poder de Estado foi suficiente para garantir os direitos básicos da cidadania negra paulista ou brasileira.

Esperamos que as experiências cotidianas, as diversas organizações e os diferentes momentos da luta política negra pelos seus direitos de cidadania possam ser conectados não somente por meio da vigilância e da punição, mas também da resistência. A luta contra o autoritarismo brasileiro é uma luta cotidiana de diferentes facetas da experiência negra, que procuramos homenagear nesta parte da exposição.

(Próxima página)
**Manifestação de fundação
do Movimento Negro
Unificado, Centro
de São Paulo, 7/julho, 1978**



POR IGUALDADE RACIAL

VIVA O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO RACIAL



Protesto contra a segregação racial imposta a quatro jogadores do time brasileiro Portuguesa Santista na África do Sul, São Paulo, abril, 1959. A manifestação ocorreu ao redor da Legação da União Sul-Africana

DOCUMENTOS DA REPRESSÃO

Sistematicamente produzidos para controle e vigilância, os documentos do DEOPS compreendem jornais, notas recortadas de periódicos, dossiês de investigação, prontuários policiais e fotografias de atos públicos, reuniões ou momentos de prisão/assassinato. São também uma pequena mostra da repressão à religiosidade afro-brasileira. No fim do Estado Novo surgiu a Associação dos Negros Brasileiros (1945), organização fundada em São Paulo e documentada pela vigilância política; no período democrático houve a criação da Associação Cultural do Negro (1954-1976), por ocasião do Quarto Centenário de São Paulo e por obra de velhos e novos militantes negros, com um posicionamento antirracista explícito. Segundo os órgãos de vigilância e os governos que os sustentavam, denunciar o preconceito e a discriminação nacional e internacional podiam criar um problema inexistente entre nós: “o racismo”. Os encontros de mulheres negras também foram alvo de vigilância, o que não surpreende: no início dos anos 1980, planos de esterilização da população negra eram discutidos no âmbito do governo do estado de São Paulo para garantir a “hegemonia branca” populacional.



Detenção de Pedro Moreira da Silva por policiais da Delegacia de Costumes, São Paulo, novembro, 1949

José Antonio da Silva, conhecido como "Pae José", fotografado pela polícia, sem data



Autuação em flagrante por "curandeirismo" de Albertino Francisco Rocha, responsável pela Tenda de Umbanda de Pai Sereno da Guia, Vila Maria, São Paulo, agosto, 1964

Detenção de Rafael Lourenço de Moura, São Paulo, julho, 1949. Na foto, Rafael explica aos repórteres do jornal *Diário da Noite* e ao investigador o conteúdo das garrafas preparadas



Manifesto da Frente Negra

Convenção Nacional do Negro Brasileiro

186

MANIFESTO À NAÇÃO

PATRICIOS NEGROS:

No momento em que todas as forças vivas da nação se arregimentam e se articulam em prol de sua redemocratização, impõe-se, como dever sagrado tratarmos, num trabalho de conjunto eficiente e construtivo a nossa desafortunada situação de fé e o exposto daqueles que se dedicaram para a glória nos devemos apressar. Nesse sentido, os negros do Brasil, reunidos em Convenção Nacional, examinaram, escrupulosamente e devidamente, a sua situação atual, não somente em face de sua existência no passado, como, sobre tudo, das injunções do presente. Dessa análise verificou-se que mais do que nunca, no instante histórico que se vive, é imperioso realizarmos um trabalho de unificação e coordenação de todos os nossos esforços e anseios para que o ideal da Abolição se torne hoje em dia e para o futuro uma realidade extensiva sob todos os títulos. E é assim que urge formularmos princípios de reivindicações de direitos que, de fato, se nos foram outorgadas por aquele magno acontecimento, não puderam, entretanto, ser concretizados em consequência das condições particulares em que se verificou e dos prejuízos decorrentes não só nos domínios de ordem econômica, como de ordem moral e espiritual.

Temos consciência de nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos, e segundo a nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais, de que devemos estar unidos a todo o preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros, e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos sem consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja. Não precisamos mais de conselhos e aliações para convalidarmos da legitimidade dos nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumplicimento de várias forças interessadas em nos menosprezar e condicionar, mesmo, até o nosso desaparecimento! Eis porque conclamamos a todos vós, políticos ou religiosos, para cerrardes sem distinção de sexo, idade, credo, fileiras em torno deste Grupo de Pioneiros que se propõe conseguir dos poderes competentes, por todos os meios lícitos e segundo os ditames da própria Consciência Nacional, as seguintes reivindicações.

- 1 — Que se torne explícita na Constituição do nosso país a reticência à origem étnica do povo brasileiro, constituída das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.
- 2 — Que torne matéria de lei, no termo da pena da lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça.
- 3 — Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nos termos do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nos institutos de ordem pública e particular.
- 4 — Quando não for tomado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros, negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.
- 5 — Inseção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior a Cr\$ 20.000,00.
- 6 — Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando a elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros.

Auscultando a nossa realidade tiraremos de sua consideração o remédio necessário aos nossos males, negando atenção aqueles que querem "salvar-nos" contra as nossas tradições e contra o Brasil. Tenhamos fé, e esta fé nos indicará o caminho a seguir. Sejamos, cada um de nós, um obreiro desta reação contra o sonheamento dos direitos sagrados do negro e da efetivação dos mesmos; seja cada qual um soldado contra a decadência de nossos costumes, contra a ignorância e protéria dos preconceitos existentes, embora muitos o queiram negar. Sobretudo, mais que tudo, contra a negação do que há feito, pode fazer e quer ainda fazer o nosso sangue, cujo valor foi demonstrado nas artes, nas ciências, na política e na guerra pela identidade do seu destino com o da própria nacionalidade.

São Paulo, novembro de 1945.

Dr. Abdias do Nascimento - Dr. Francisco Lucrecio - Tenente Francisco das Chagas Printes - Prof. Geraldo Campos de Oliveira - Dr. Salatiel de Campos - Prof. Lúcia Leblitz - Dr. José Bento Angelo Abatayguara - Sebastião Rodrigues Alves - Dr. Aquinaldo de Oliveira Camargo - Prof. Manoel Vieira de Andrade - Mestre Epitácio - José Habler - David Soares - Sinval Silva - Dr. José Pomplio da Hora - Paulo Morais - Prof. Sônia Campos Teixeira - Prof. Sebastião Batista Ramos - Benedito Custódio de Almeida - Emílio Silveira Araújo - Célia Ambrosio - Geraldo de Sousa - Mário Vas Costa - Pedro Paulo Barbosa - Alfredo Sutherland White - Dr. Evelyn Martins Silva - René Rossi - José Soares.

Edifício Martinelli - 23.o andar - Sala, 2356 - Fone: 3-7779

Manifesto à nação da Convenção Nacional do Negro Brasileiro em documento de vigilância, 1945

187

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

OBJECTO: COMEMORAÇÃO DE 13 DE MAIO DOS INVESTIGADORES, 32 e 252

Cumpre-nos comunicar-vos que na sede da "Frente Negra Brasileira", realizou-se hontem, á noite, uma sessão comemorativa á data da abolição da escravatura.

Com a presença de avultado numero de socios, a sessão foi aberta ás 22 horas pelo presidente da F. N. B., Sr. Justiniano Costa, que em seguida passou a palavra ao Sr. Francisco Lucrecio, secretario geral.

Em seguida fallou o Sr. Arlindo Veiga dos Santos, que discorreu sobre o valor do negro livre, citando factos historicos allusivos á extincção da escravatura negra no Brasil.

Nessa reunião foram inaugurados tambem os retratos de Luiz Gama e Henrique Dias.

Fallaram ainda alguns membros de menor destaque, sendo os discursos entremeados de numeros litterarios.

A sessão foi encerrada á uma hora da madrugada, sendo em seguida iniciado um programma recreativo.

Saudações

Em, 14/5/37

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA

at. J. de F. Silva

Documento de vigilância sobre atividade de comemoração do 13 de maio na sede da Frente Negra Brasileira, 14/maio, 1937

DA LEGIÃO NEGRA DE SÃO PAULO

(EX - COMBATENTES DE 32)

"A BANDEIRA QUE CONGREGA TODOS OS LEGIONÁRIOS"

AO POVO DE S. PAULO

O Comandante-em-Chefe e os Legionários da LEGIÃO NEGRA DE SÃO PAULO (Ex-Combatentes de 32), a fim de cessar explorações de elementos que, em absoluto, nada representam em relação à situação e destinos dos verdadeiros legionários de 1932, e sim de realizarem os dignos e elevados ideais dos seus ex-combatentes, deliberaram organizar-se em SOCIEDADE CIVIL, BENEFICENTE, CULTURAL, JURÍDICA E FILANTRÓPICA, com o objetivo de proporcionar, por meios legais e democráticos, efetivo amparo a todos os seus componentes, bem como aos seus descendentes e aos que venham a pertencer ao seu quadro social.

Para essa finalidade, elaboraram um programa, definido em seus Estatutos, já registrados e aprovados em reunião realizada nesta Capital, em que foi eleita a primeira Diretoria, que dirigirá os destinos desta entidade, a qual já organizou os Departamentos Jurídico, Médico e Dentário, integrados por profissionais de alto conceito e grande responsabilidade em seus respectivos setores, abaixo enumerados:

DEPARTAMENTO JURÍDICO

A CARGO DOS DRS.:

THEOPHILO BOOKER WASHINGTON
PASQUAL LUIZ CAETANO
ANNIBAL VIEIRA DE BARROS
ROBERTO GRASSI
A. PEREIRA PINTO
ALBERTO ZIBONDI NETTO

DEPARTAMENTO MÉDICO

A CARGO DOS DRS.:

LUCINDA ROMANO WASHINGTON
FERREIRA DIAS
VASCO ELIAS ROSSI
CARLOS AUGUSTO PEREIRA

DEPARTAMENTO DENTÁRIO

A CARGO DOS DRS.:

FRANCISCO LUCHECIO
SYLVIO ANTICO
JOSÉ CASTRO
VIRGINIO MORATO CASTANHO

A LEGIÃO NEGRA DE SÃO PAULO conta com a valiosa colaboração de todos os seus legionários e do Povo em geral, a fim de conseguir o almejado objetivo, que é o de pugnar para a formação sã e elevação dos legionários e seus descendentes, para o amanhã. A Legião Negra de São Paulo é o Baluarte das esperanças futuras, é uma das sentinelas avançadas dos verdadeiros princípios democráticos brasileiros. ★ Sede Provisória: LARGO DO AROUCHE, 39

DIRETORIA:

TTE-CEL. GASTÃO GOULART — PRESIDENTE DE HONRA
CAP. ARLINDO RIBEIRO — PRESIDENTE FUNDADOR
JOÃO MARIANO DE OLIVEIRA — PRESIDENTE
AURELIANO ARAUJO — VICE-PRESIDENTE
FRANCISCO SALGADO — VICE-PRESIDENTE
PLÍNIO DE OLIVEIRA — SECRETÁRIO-GERAL
J. PELLEGRINI — 1.º SECRETÁRIO
STEFANO RIBEIRO — 2.º SECRETÁRIO
BENEDITO PEREIRA — 1.º TESOUREIRO
DEOCLECIANO NASCIMENTO — 2.º TESOUREIRO

CONSELHO FISCAL:

PEDRO PAULO BARBOSA
OSWALDO MARIA MOREIRA
JOÃO PAIVA
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
ALFREDO ROSSI
JOSE VALENTIM
BENEDITO MELO DA SILVA
BENTO BUENO DE PAIVA
OSWALDO DIAS SIMIM
ANTONIO XAVIER DA SILVA

PASSEATA DE PROTESTO

Realizar-se-á amanhã, domingo, uma grande passeata dos homens de cor e do povo em geral, promovida pela Comissão da Federação das Associações Negras do Estado de São Paulo, em sinal de protesto às palavras insultuosas aos negros e brasileiros, proferidas pelo sr. Hugo Borghi.
A marcha terá início na praça da Sé, às 19 horas e percorrerá a rua 15 de Novembro, praça Antonio Prado, av. São João e largo do Arouche. Ao pé da herma de Luiz Gama, no largo do Arouche, far-se-á ouvir, entre outros oradores, o sr. Francisco Moraes, líder do movimento negro do Estado e dr. Paulo Lauro, especialmente convidado.

EM RIBEIRÃO PRETO

Amanhã, às 19,30 horas, na cidade de Ribeirão Preto, realizar-se-á uma passeata-marcha promovida pela "Frente Negra de Ribeirão Preto", com o concurso de todas as entidades de cor daquela cidade, em sinal de repúdio às injectivas do sr. Hugo Borghi, publicadas no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro.

5 AGOSTO 50.-

ESCALA DE SERVIÇO DE POLICIAMENTO DE GUERDA POLÍTICA, PARA AMANHÃ, DIA 6, ÀS 17,00 HORAS, DURANTE A PASSEATA DE PROTESTO PROMOVIDA PELA COMISSÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NEGRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

I-T-I-N-E-R-Á-R-I-O

Praça da Sé, rua 15 de Novembro, praça Antonio Prado, avenida São João e largo do Arouche (aqui, ao pé da herma de Luiz Gama, deverão fazer uso da palavra os srs. Francisco Moraes e Paulo Lauro).

ENCARREGADO: FRANCISCO MACHADO FILHO
PEDRO LEITE DE SÁ
FRANCISCO MUNIZ BARRETO
IVAN DE ANDRADE PRADO
GUILHERME DE ARAUJO RANGEL
DÉCIO RODRIGUES DE MELO
RODRIGO ALVES VIANA
VICENTE D'AGOSTO
LUIZ RODRIGUES
ALBERTO PEIXE

O INSPETOR-CHEFE DE O.POLÍTICA,

Jan
- JOSÉ TEIXEIRA -

R/P.

Arquivo Geral
SP, 7/8/50

sem carga

Folheto da Legião Negra de São Paulo ao povo de São Paulo, sem data

Documento de vigilância referente à passeata promovida pela Comissão da Federação das Associações Negras do Estado de São Paulo, realizada na Praça da Sé, São Paulo, 5/agosto, 1950

06/8/82

No GAP, a proposta: esterilizar a população negra e parda.

O cidadão Benedito Pio da Silva, membro de um dos GAPs (grupos de assessoria e participação) criados por Paulo Salim Maluf quando era governador, acaba de propor ao governo do Estado a esterilização dos negros e mulatos. Justificando sua sugestão, o sr. Benedito Pio da Silva diz que a população negra e parda está aumentando muito e que poderá mandar na política brasileira.

A preocupação do sr. Benedito Pio da Silva está contida num documento que ele assinou e enviou ao governo do Estado, e que foi denunciado ontem, na Assembléia Legislativa, pelo deputado Luiz Carlos dos Santos, do PMDB. Nesse documento, o sr. Benedito Pio da Silva, membro do GAP Bañesp, afirma que "o aumento do índice de natalidade entre negros e pardos ameaça a hegemonia da raça branca" (sic). Eis

um trecho, lido pelo deputado ao fazer a denúncia:

"Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de controlar a natalidade, principalmente nas classes médias e alta, a negra e a parda elevaram seus índices de expansão, em dez anos, de 29 para 38%. Assim, temos 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e um milhão de negros. A manter essa tendência, no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60%, portanto muito superior à branca, e eleitoralmente poderá mandar na política e dominar os postos-chaves."

O deputado completa sua denúncia:

— O que o sr. Benedito Pio da Silva propõe como "solução" nesse relatório, é o controle da natalidade entre negros e pardos, através do Pró-Família, isto é, esterilizando as pessoas dessa cor de pele.

Matéria do *Jornal da Tarde* sobre proposta por parte de um dos GAPs (Grupos de Assessoria e Participação) para esterilização da população negra e parda, publicada em 6/agosto, 1982

MNU • MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

90-c | 44 | 17118

GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Nesta sociedade de classes, a mulher ocupa o posto do mais explorado dos seres, e a mulher negra a mais explorada entre elas, discriminada inclusive pela mulher branca da mesma classe social.

Continuamos no desemprego, no sub-emprego e muitas são empurradas para a prostituição.

Nosso objetivo enquanto grupo, é chamar às nossas companheiras, para discutirmos nossos problemas comuns, para sermos uma frente contra esse processo a que estamos submetidas.

É necessário nos organizarmos para lutarmos contra a exploração racial, sexual e de classe que coloca a mulher negra em condições de inferioridade junto a outros setores oprimidos, e criarmos formas de combate contra a secular exploração.

CONTRA A EXPLORAÇÃO DA MULHER NEGRA
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
CONTRA O MACHISMO
PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NEGRA

Reunião do Grupo de Mulheres do MNU, dia 17 de -
Maio, às 15:00 horas na sede do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

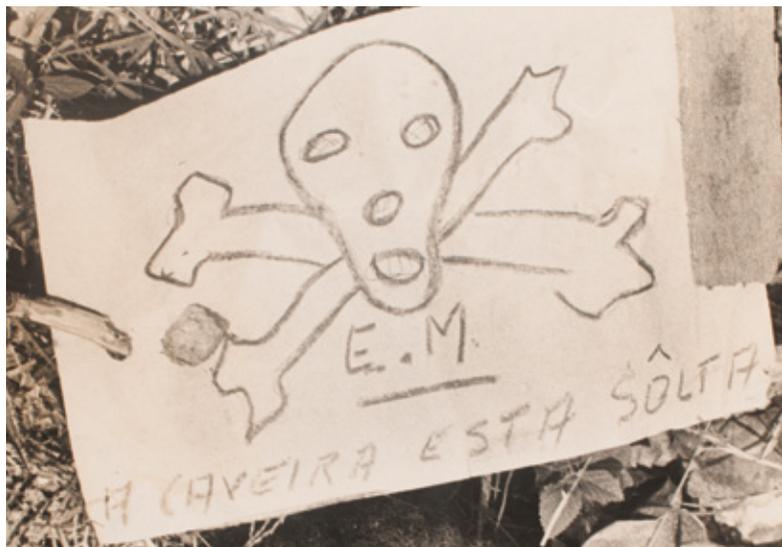
PARTICIPE DO I ENCONTRO EM DEFESA DA RAÇA NEGRA DIA 23 E 24 DE
MAIO NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA-PUC NA RUA MONTE ALEGRE nº 984

Rua Almirante Marques de Leão 518
Beia Vista - CEP - 01330
São Paulo - Capital

Panfleto do Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado em documento de vigilância, divulgando o 1º Encontro em defesa da raça negra realizado na PUC-SP, São Paulo, 23 e 24/maio, sem ano

ESQUADRÃO DA MORTE

No final da década de 1950 e início dos anos 1960 ocorreu o surgimento de grupos de extermínio conhecidos como “Esquadrões da Morte” em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, já no contexto da ditadura civil-militar. Entre seus integrantes havia policiais corruptos que atuavam por interesses diversos, praticando a tortura e o assassinato contra presos comuns e presos políticos, entre eles pessoas negras. Segundo investigação publicada pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, teria saído do Presídio Tiradentes o maior número de presos assassinados por esses grupos de extermínio. Em sua grande maioria, essas pessoas eram torturadas e mortas na periferia com as iniciais “E.M.” O ex-delegado do DEOPS Sérgio Paranhos Fleury foi acusado de comandar o Esquadrão da Morte em São Paulo.



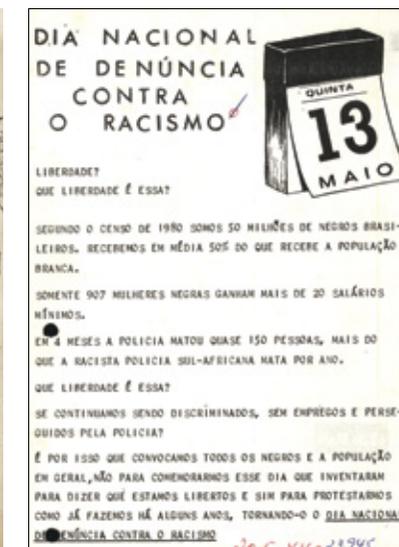
“A Caveira está solta”, desenho de uma caveira com dois ossos cruzados, símbolo do Esquadrão da Morte. Cartaz foi encontrado junto ao corpo de Jorge Lemos da Rosa Sobrinho no bairro do Realengo, Rio de Janeiro, em setembro de 1968

20 DE NOVEMBRO E 13 DE MAIO

Na década de 1970, um importante debate pautou a agenda da militância negra organizada no país: a substituição da data 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura, pelo 20 de Novembro como data nacional de referência para a população negra. Elaborada pelo Grupo Palmares, coordenado pelo poeta Oliveira Silveira, a ideia era colocar o negro no centro do debate, e para isso adotou-se a figura de Zumbi dos Palmares como símbolo de resistência, celebração e reflexão sobre a condição do negro no Brasil.



Panfleto de ato público e debate em ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, 19 e 20/novembro, sem ano



Panfleto de ato público em favor do Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, realizado no Largo do Paissandu, São Paulo, 13/maio, sem ano

Fls. _____
 Registo geral n. _____
 Registo part. n. _____



Photographia tirada em 19.36

Nome: Isaltino Benedito Veiga dos Santos / algo : _____

QUALIFICAÇÃO	CARACTERES CHROMATICOS, ETC.
Filho de <u>João Benedito dos Santos</u>	Cutis : <u>Preta</u>
o de <u>Josephina Veiga dos Santos</u>	Cabellos : <u>Pretos</u>
Nacionalidade : <u>Brasileira</u>	Barba : <u>Feita</u>
Naturalidade : <u>São Paulo</u>	Bigodes : <u>Pretos</u>
Localidade : <u>Itú</u>	Sobrancelhas : <u>Pretas</u>
Idade : <u>(35)</u> Anos	Olhos : <u>Pretos</u>
Estado civil : <u>Casado</u>	Estatura : <u>Regular</u>
Profissão : <u>Jornalista</u>	Corpo : <u>Regular</u>
Grau de Cultura : <u>Secundaria</u>	Signaes : _____

Residência: Rua Mjor Diogo, 836.
 Residencias anteriores : Rua Major Diogo, 541.
 OBSERVAÇÕES: - Detido pela Delegacia de Ordem Política, em 28-11-35

2018

Prontuário de Isaltino Benedito Veiga dos Santos, detido em 1935



Panfleto de ato público em favor do Dia Nacional de Luta contra a Carestia, realizado na Praça da Sé, São Paulo, 27/agosto, sem ano

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA

O Movimento do Custo de Vida ou Movimento contra a Carestia foi criado em 1973 por um grupo de mulheres moradoras da periferia de São Paulo. Contando com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, o Clube de Mães da Zona Sul se reuniu para questionar a alta do custo dos alimentos e exigir o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, além da criação de creches e escolas. Aos poucos, o movimento foi alcançando maior projeção, inclusive com a incorporação de outras entidades e suas demandas. Em 1978, em plena ditadura civil-militar, o Movimento do Custo de Vida conseguiu reunir na Praça da Sé cerca de 20 mil pessoas.

ISALTINO BENEDITO VEIGA DOS SANTOS

Isaltino Benedito Veiga dos Santos nasceu na cidade de Itú/SP em 1901. Atuou como jornalista e foi um importante ativista do movimento negro em São Paulo, participando da fundação do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra Brasileira, onde assumiu o cargo de Secretário Geral. Em função da projeção alcançada, Isaltino Veiga dos Santos teve suas atividades constantemente vigiadas pela polícia política. Segundo registros do DEOPS, Isaltino permaneceu preso entre novembro de 1935 e dezembro de 1936 no presídio Maria Zélia, em São Paulo. Durante esse período, escreveu uma série de cartas às autoridades policiais negando seu envolvimento com atividades comunistas ou consideradas "subversivas".

CARLOS MARIGHELLA

Carlos Marighella nasceu em Salvador/BA em 1911. Em 1946, foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro; no entanto, o governo de Eurico Gaspar Dutra colocou o partido na clandestinidade e ele perdeu seu mandato. Na década de 1960, já na ditadura civil-militar, Marighella decidiu fundar a Aliança Libertadora Nacional, uma das principais organizações guerrilheiras em atuação no país naquele momento. Considerado o inimigo número um dos militares, não demorou para que a estrutura repressiva do regime empenhasse seus esforços na sua captura. Em novembro de 1969, Marighella foi assassinado numa emboscada na Alameda Casa Branca, região central de São Paulo, em uma ação coordenada pelo delegado do DEOPS Sérgio Fleury.

Registo Geral Numero 525.138



Photographia tirada no mez de Junho de 1939

Nome: CARLOS MARIGHELLA **Vulgo:** "OSWALDO"

QUALIFICAÇÃO	MARCAS PARTICULARES
Filho de Augusto Marighella	
e de Maria Rita Marighella	
Nacionalidade: brasileira	
Naturalidade: Salvador - Bahia	
Localidade: Salvador	
Edade Nascido em 5/12/911 annos	
Estado civil: solteiro	
Profissão atual: professor	
Sabe lêr e escrever? Sim	
Residência atual: Rua da Abolição, 380	
Residências anteriores:	
Nomes das pessoas que o conhecem e as respectivas residências:	
Nomes dos inspectores que o conhecem:	

*Pront. 2819 Vol 2
F. 137*

Cutis	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Cabelos	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Bigode	Ficha n.º = <u>ESMERALDO SOARES TARQUÍNIO DE CAMPOS FILHO</u> =	
Olhos H. SALLES	Data : <u>5.11.75</u> - Vulgo : <u>VIDE VERSO</u>	
Estatura	Prontuário Delegacia n.º = <u>145.975</u> =	
Marcas	Prontuário geral n.º	
	Atividade :	
Filiação - Pai: <u>Esmeraldo S. Tarquínio de Campos</u> Mãe: <u>Iracy Moura de Campos</u>		
Idade: <u>48</u> anos. Nascido em <u>12</u> de <u>Abril</u> de 1927 Sexo: <u>Masculino</u> -		
Nacionalidade: <u>Brasileira</u> Natural de <u>São Paulo São Vicente</u>		
Estado civil: <u>Casado</u> Profissão: <u>Advogado</u> -		
Ordenad.: Cr\$. Local de trabalho:		
Residência :		
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar:		



ESMERALDO TARQUÍNIO

Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho nasceu em São Vicente no dia 12 de abril de 1927. Além de ter sido advogado e jornalista, Esmeraldo Tarquínio também teve sua trajetória marcada por importantes passagens na carreira pública: em 1959 foi eleito vereador da cidade de Santos pelo PSB. Em 1962, foi eleito deputado estadual na mesma cidade. Já em 1968, Tarquínio seria eleito o primeiro prefeito negro, também pela cidade de Santos; no entanto, seus direitos políticos foram cassados pela ditadura civil-militar e ele foi impedido de tomar posse. Em 2017, quase 50 anos após a suspensão dos seus direitos políticos, Esmeraldo Tarquínio foi declarado prefeito de Santos em uma cerimônia simbólica.

Cutis	30 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Cabelos	DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Bigode	Ficha n.º Nome: <u>HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH</u>	
Olhos	Data: <u>7.11.68</u> Vulgo: <u>VIDE VERSO</u>	
Estatura	Prontuário Delegacia n.º <u>145.085</u>	
Marcas	Prontuário geral n.º	
	Atividade: <u>LEI DE SIG. NACIONAL</u>	
Filiação: - Pai: <u>ADALBERTO DE ASSIS NAZARETH</u> Mãe: <u>EUTALIA R.S. NAZARETH</u>		
Idade: <u>24</u> anos. Nascido em <u>11</u> de <u>JANEIRO</u> de 1944 Sexo: <u>FEMININA</u>		
Nacionalidade: <u>BRASILEIRA</u> Natural de <u>CERQUEIRA CÉSAR-SP</u>		
Estado civil: <u>SOLTEIRA</u> Profissão: <u>ESTUDANTE</u>		
Ordenado: NCr\$. Local de trabalho:		
Residência: <u>RUA ROBERTSON, 633- CAMBUÍ</u>		
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar:		



HELENIRA RESENDE

Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu em 1944 na cidade de Cerqueira César/SP. Líder estudantil, ex-vice-presidente da UNE, militante do Partido Comunista do Brasil e integrante da Guerrilha do Araguaia, Helenira teve uma trajetória marcada pela luta e resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Entre 1967 e 1968, Helenira foi presa três vezes e passou pelo Presídio Tiradentes, DEOPS e Presídio de Mulheres do Carandiru. Às vésperas do AI-5, a família conseguiu libertá-la através de um habeas corpus. Helenira é considerada desaparecida política desde 1972. Naquele ano, aos 28 anos de idade, foi assassinada na região do Araguaia.

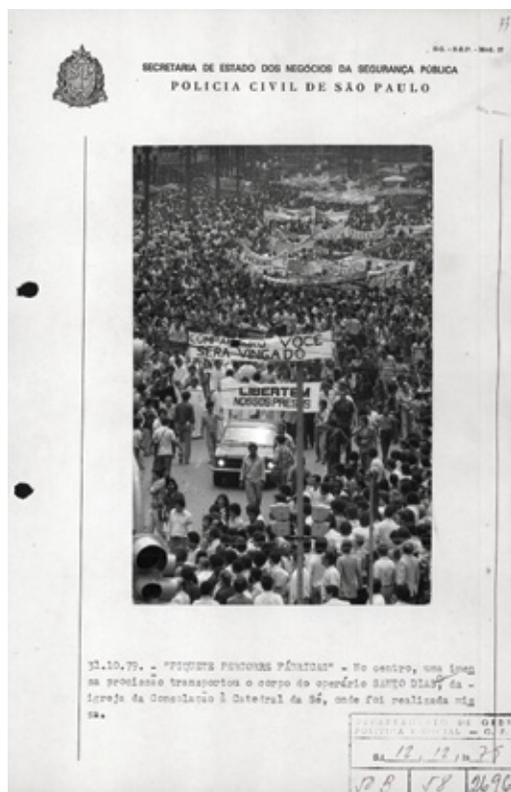
Ficha do DEOPS de Esmeraldo Tarquínio, 1975, e foto datada de 1965

Ficha do DEOPS de Helenira Resende de Souza Nazareth, 1968



SANTO DIAS DA SILVA

Santo Dias da Silva nasceu em 1942 na cidade de Terra Roxa/SP. Operário e membro da Pastoral Operária, foi assassinado em outubro de 1979 pelo policial militar Herculano Leonel, enquanto fazia piquete de greve em frente à fábrica Sylvania, na zona sul de São Paulo. O velório de Santo Dias foi realizado na Igreja da Consolação e contou com a presença de milhares de pessoas. Enterrado no cemitério Campo Grande, a poucos metros da extinta fábrica em que foi assassinado, ainda hoje familiares e amigos prestam homenagem com a seguinte inscrição no asfalto: "Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva no dia 30-10-1979 pela polícia militar". Além dessa homenagem, a memória do operário vive no Comitê Santo Dias e nas muitas ruas, praças, escolas e pontes que levam seu nome.



Panfleto com convocatória para caminhada em memória de Santo Dias da Silva na Igreja da Consolação, São Paulo, 1/novembro, 1980

Fotografias em documento de vigilância do DEOPS do cortejo fúnebre do líder operário Santo Dias, São Paulo, 31/outubro, 1979



COMPANHEIRO VOCE
SERÁ VINGA DO

QUINZENA DO NEGRO

A Quinzena do Negro da USP, realizada em 1977, foi organizada pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira (1923-1980), último presidente da Associação Cultural do Negro. Em plena ditadura civil-militar, foram organizadas palestras, rodas de conversa e exposição de jornais da Imprensa Negra paulista, além de uma mostra sobre o negro na filmografia brasileira. Esse evento foi um importante momento de reunião de militantes, estudiosos e ativistas da luta antirracista e contou com nomes como Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Hamilton Cardoso, José Correia Leite, Milton Barbosa e Sueli Carneiro, entre outros.

JORNEGRO

Criado em 1978, o *Jornegro* foi uma publicação vinculada ao Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Naquele momento, em plena ditadura civil-militar, a criação de jornais independentes como o *Jornegro* funcionou como importante instrumento para a denúncia da permanência da violência policial e do racismo sofridos pela comunidade negra, mesmo após a abolição da escravatura.

ASSASSINATO DE ROBSON DA LUZ

Em 1978, o jovem negro Robson Silveira da Luz, de 21 anos, foi preso e encaminhado para o 44º Departamento de Polícia de Guaiunazes, zona leste da São Paulo. Segundo reportagem publicada no jornal *Folhetim* e registrada em documento do DEOPS, o delegado Luiz Abdala teria proferido a seguinte frase: "Negro tem que ir pro pau." Sob a acusação de que teria roubado frutas, Robson foi barbaramente torturado e morreu dias depois. Esse episódio é emblemático para a história do movimento negro no Brasil em razão da sua repercussão, e também porque motivou a criação do Movimento Negro Unificado em julho daquele mesmo ano.

QUINZENA DO NEGRO
 — 22 de Maio a 8 de Junho —
 USP - Auditório de Psicologia - Butantã - 21.00 hs. (Cidade Universitária)

FILMES - O NEGRO NA FILMOGRAFIA BRASILEIRA
 Museu da Imagem e do Som - Avenida Europa, 158

A Imprensa Negra de São Paulo - 1910-1960
PINACOTECA DO ESTADO
 Avenida Tiradentes, 241

Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo
 Pavilhão de História - Cidade Universitária



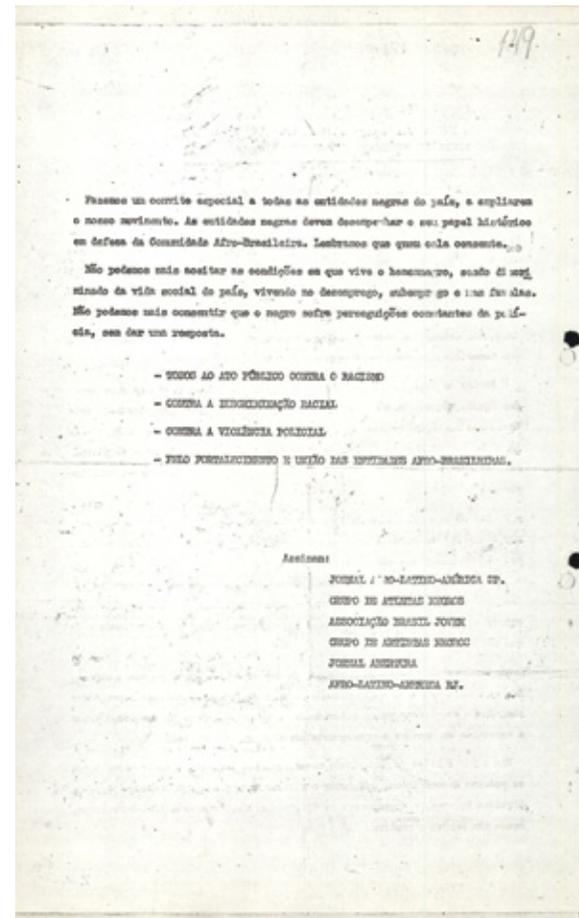
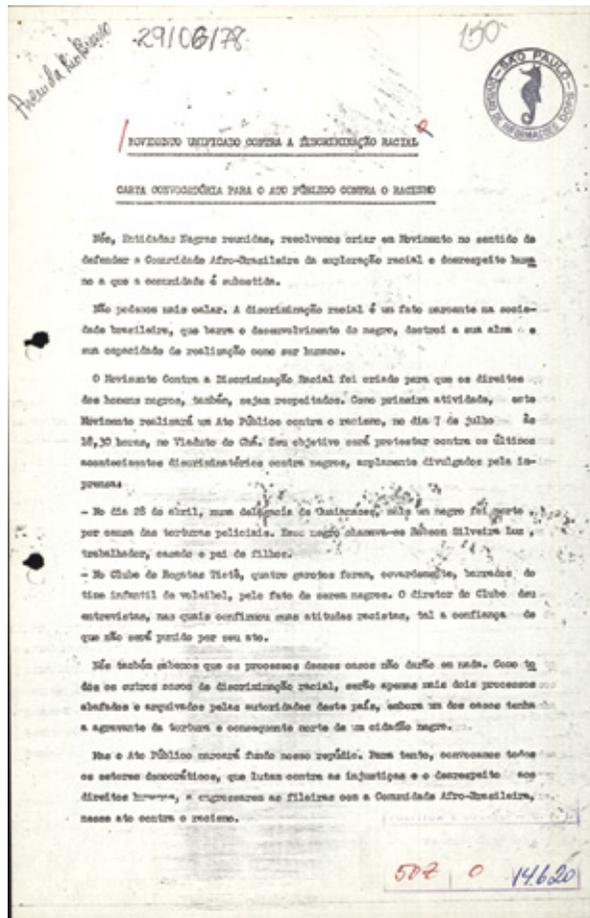
Cartaz da Quinzena do Negro, São Paulo, 22/maio a 8/junho, 1977



Jornegro Edição 09, São Paulo, 1980 Edição 11, São Paulo, 1981

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Em 1978, em plena ditadura civil-militar, alguns episódios emblemáticos marcaram a comunidade negra: o assassinato de Robson da Luz; a discriminação sofrida por quatro jogadores negros dentro do Clube Regatas do Tietê; e o assassinato do operário Newton Loureiro, no bairro da Lapa. A reação imediata foi a criação e articulação do Movimento Negro Unificado (MNU). No dia 7 de julho daquele mesmo ano, cerca de 2 mil pessoas marcharam em direção ao Teatro Municipal, em São Paulo, em um ato público contra o racismo e os recentes episódios de violência contra a população negra. A história do MNU está relacionada às demandas do passado, mas também do presente, já que, com mais de 40 anos de existência, a entidade contribuiu - e ainda contribui - para pautar o debate público sobre a importância do movimento negro na Assembleia Constituinte, a demarcação de terras quilombolas ou mesmo o ensino de história africana nas escolas.



Carta convocatória em documento de vigilância, assinada pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, para Ato Público contra o racismo a ser realizado no dia 7/julho de 1978. O evento entraria para a história como o ato de fundação do MNU



**De camisa branca,
Milton Barbosa discursa
durante manifestação de
fundação do Movimento
Negro Unificado nas
escadarias do Teatro
Municipal, São Paulo,
7/julho, 1978**



Jornalista Hamilton Cardoso discursa durante manifestação de fundação do Movimento Negro Unificado, São Paulo, 7/julho, 1978



Manifestação do Movimento Negro Unificado contra a Lei Afonso Arinos e Caminhada por Zumbi nas ruas do centro, São Paulo, 1980



Manifestação de fundação do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, São Paulo, 7/julho, 1978



Manifestação do Movimento Negro Unificado contra a Lei Afonso Arinos e Caminhada por Zumbi nas ruas do centro, São Paulo, 1980

REDEMOCRATIZAÇÃO E NOVA REPÚBLICA: A DEMOCRACIA É UMA LUTA NEGRA



A luta pela redemocratização no Brasil é uma componente fundamental da agenda da experiência política negra. Contar a história da cidadania e do retorno à democracia sem tratar do ativismo e da resistência política de movimentos negros variados é um grave equívoco que incorre na prática social do esquecimento e da invisibilidade motivados pela história única.

O longo fio da memória negra e sua luta coletiva por direitos em São Paulo alcança o início dos anos 1980 e diferentes agendas de mobilização política de movimentos negros organizados, intelectuais e ativistas, homens e mulheres comprometidos com o retorno à vida democrática e o direito ao voto, mas sem esquecer a necessária crítica ao mito da democracia racial, ao racismo e a diferentes formas de violência que atravessam a experiência negra.

A mobilização pela memória coletiva girou em torno do Memorial a Zumbi dos Palmares, aliado à sustentação do Dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Os quilombos também são um componente distintivo dessa luta, sendo comum ver em cartazes a figuração de quilombolas guerreiros, conclamando ao orgulho, conectando o passado e o presente à luta.

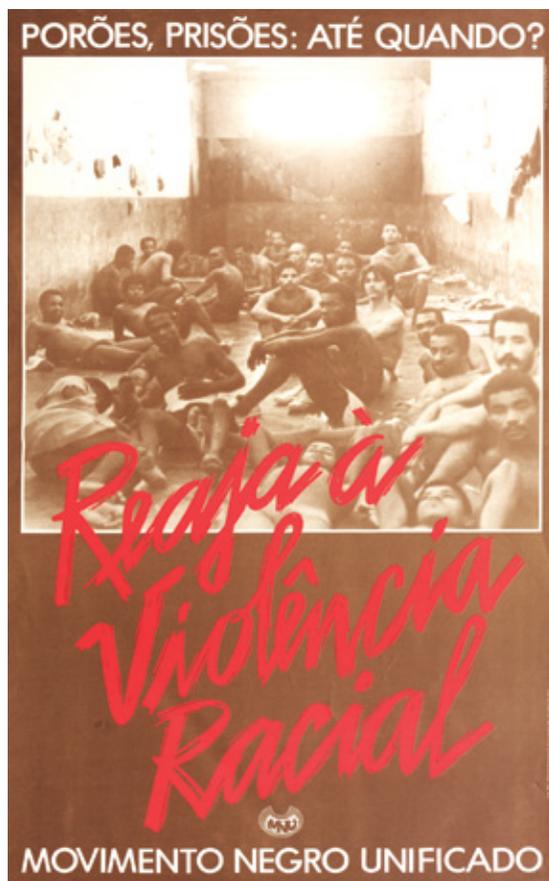
A pauta da violência racial foi central na luta antirracista do final dos anos 1970 e da década seguinte, tanto quanto a atuação na Constituinte (1986-1988) e na Constituição (1988), com protagonismo dos movimentos negros, junto da crítica ao Centenário da Abolição (1988).

Desemprego e discriminação no mercado do trabalho; políticas antirracistas de educação e o tema da saúde da população negra; a AIDS e a anemia falciforme; a necessidade de fortalecer a solidariedade interna ou internacional são temas recorrentes no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A Marcha Nacional pelos 300 anos de Zumbi, em 1995, é um momento importante, assim como a Conferência de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001.

Ainda assim, a violência do racismo persiste, explicando a mobilização de mais de 250 movimentos negros contemporâneos que desde 2019 se organizaram na Coalizão Negra por Direitos. Seu lema sintetiza o projeto e a demanda secular: "Enquanto houver racismo, não haverá democracia".



Ato público nacional pelo "Fora, Bolsonaro", contra o racismo e todas as formas de opressão, promovido pela Coalizão Negra por Direitos, São Paulo, 7/setembro, 2021



LUTA NEGRA NA REDEMOCRATIZAÇÃO

A pauta contra o racismo e a violência policial foi central na luta antirracista do final dos anos 1970 e da década seguinte. Favelas, prisões, porões; desaparecimentos, assassinatos, chacinas; fome, desemprego, indignidades da cidadania negra: o que a Nova República, a partir de 1985, teria a oferecer de melhor para a população negra? A Assembleia Constituinte (1986-1988), a promulgação da Nova Constituição (1988) e a crítica ao Centenário da Abolição (1988) possibilitaram conquistas importantes no cenário político, no debate público e na nova carta constitucional: a criação da Fundação Palmares, a criminalização do racismo, a inclusão das terras de quilombos como áreas de proteção e a valorização da cultura afro-brasileira.

A necessidade de fortalecer a solidariedade interna mostra-se presente nos muitos cartazes da época. O Festival Comunitário Negro Zumbi, o Feconezu e os encontros nacionais e internacionais, a denúncia do apartheid na África do Sul e da pena de morte e o apoio à liberdade de Nelson Mandela são temas recorrentes do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A Nova República, convulsionada por mudanças políticas, continuava devendo respostas mais incisivas do Estado ao racismo. A mobilização do movimento negro alcança o governo Fernando Henrique Cardoso por meio da Marcha Nacional pelos 300 anos de Zumbi, em 1995. Em 2001, em paralelo com a participação do Brasil na Conferência de Durban contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, inicia-se um período marcado por uma série de conquistas dos movimentos negros, como o início das ações afirmativas para pretos e pardos nas universidades (2002), a Lei 10.639/2003 para o ensino de história africana e afro-brasileira e o Estatuto da Igualdade Racial (2010).

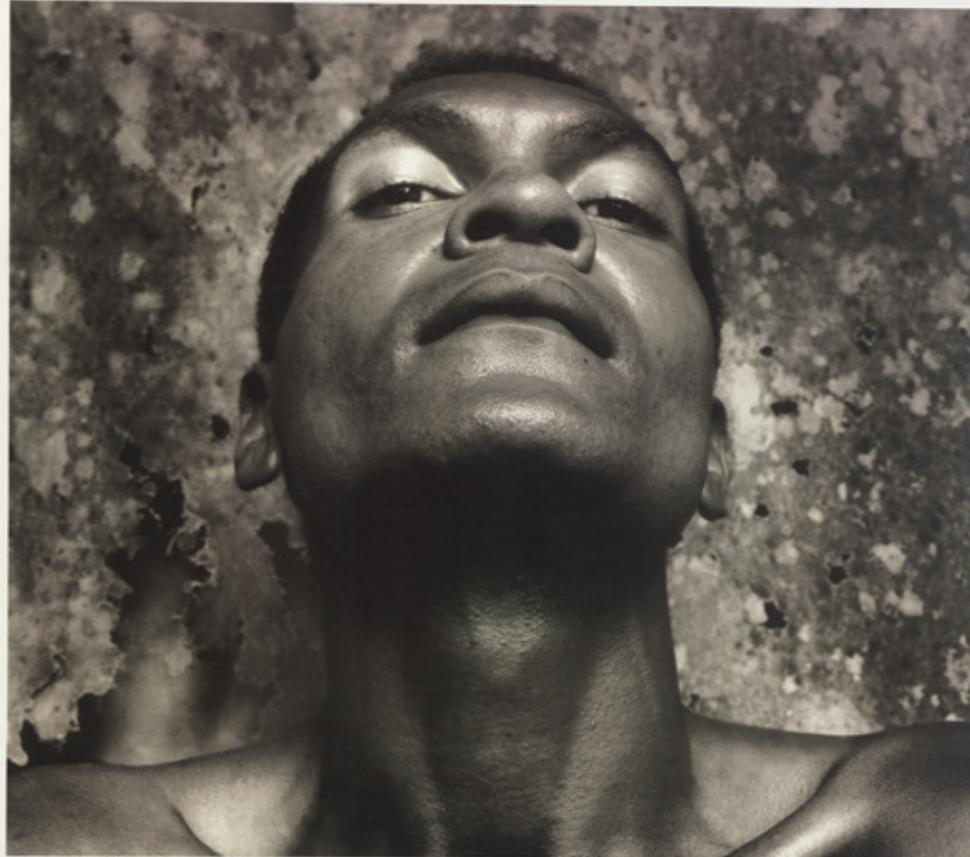


FOTO MARCO ORNATO NETO BATINI, ROBERTO - SALVADOR, BA 1997

“Fale alto!
Sou negro e tenho orgulho
de ser negro”.

Steve Biko
1946-1977

20 de novembro - dia nacional da consciência negra

Participe da semana da consciência negra:
de 17 a 21 de novembro de 1997

Informações: (011) 3115-1355 ramal (2022)



MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
19 ANOS DE LUTA

Apoio Cultural



LANÇAMENTO DO CONVÊNIO PARA
Vítimas de Racismo

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
E INSTITUTO DO NEGRO PADRE BATISTA

Dia: 26/09/00 - 19 Horas

Local: Auditório da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo
Av. Ipiranga, 1.267, 2º andar - Centro - SP

Informações: (11) 3106-7051

13 DE MAIO
DIA NACIONAL DE DENÚNCIA
CONTRA O RACISMO
PROTESTE:

MARCHA CONTRA O RACISMO E A EXPLORAÇÃO
CONCENTRAÇÃO LARGO DO PAISSANDU ÀS 13:00 HORAS
ATO PÚBLICO NA PRAÇA DA SÉ ÀS 17:00 HORAS
COMITÊ POPULAR DE QUESTIONAMENTO AO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO
END. RUA DAS CARMELITAS, 149 - FONE : 37.8438

120 ANOS DE ABOLIÇÃO ?

1
8
8
8

2008

Parceiros:

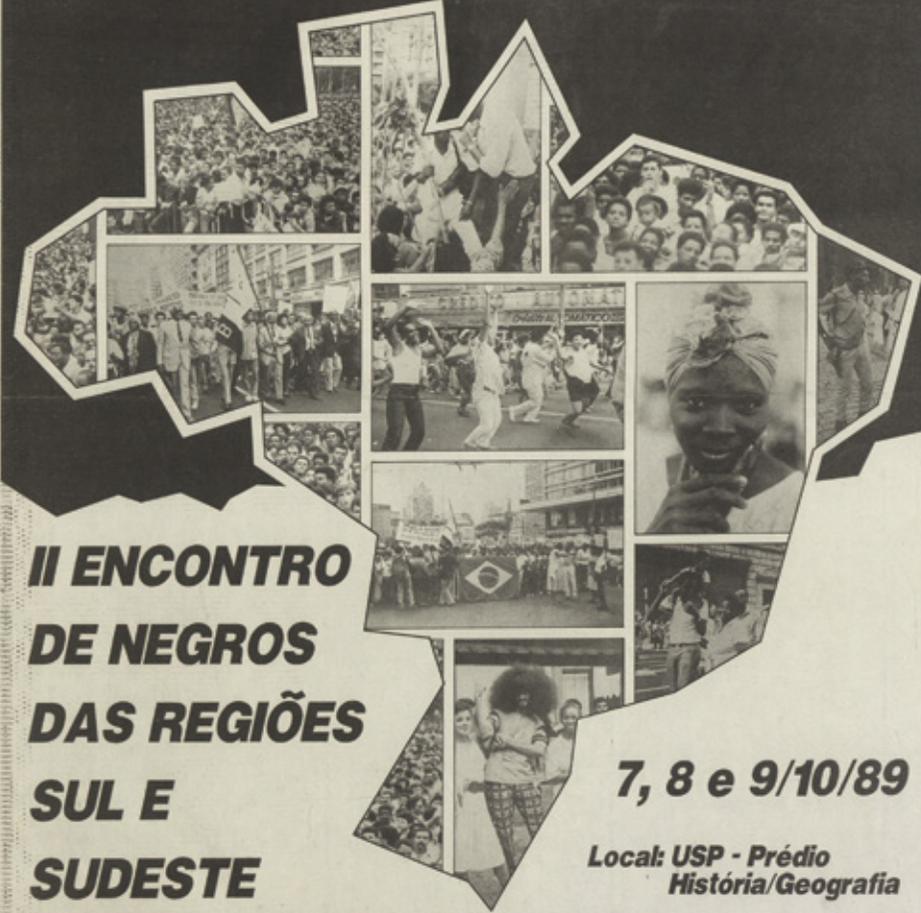
Patrocinador:

Presidência da Comissão de São Paulo:

Organizar e transformar

O Brasil que o negro quer

Relembrando Palmares



**II ENCONTRO
DE NEGROS
DAS REGIÕES
SUL E
SUDESTE**

7, 8 e 9/10/89

**Local: USP - Prédio
História/Geografia**

INFORMAÇÕES:

Centro Comunitário do Menor
Av. Liberdade, 345 - CEP 01503
São Paulo - Capital
Fone: (011) 270-3530, das 10 às 19h.

ORGANIZAÇÃO:

Entidades Negras das
Regiões Sul e Sudeste

A PRINCESA ISABEL ASSINOU "A LEI ÁUREA" SÓ ESQUECEU DE ASSINAR NOSSAS CARTEIRAS DE TRABALHO !

Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

APOIO: **UNEGRO**

NÃO A PENA DE MORTE

Debate com Dr. Bryan A. Stevenson,
do Alabama Capital Representation Resource Center, EUA.

LOCAL
Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Pedroso Horta,
Viaduto Jacaré, 100 - F andar

DATA
23 de Abril de 1991 - 19:30 horas

REALIZAÇÃO
GELEDÉS - SOS RACISMO
Associação Jurídica em Caso de Discriminação Racial

IX Feconezu

IX FESTIVAL COMUNITÁRIO NEGRO ZUMBI
21 - 22 - 23 novembro 86 JUNDIAÍ - SP

APOIO: CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA

**MARCHA ZUMBI DOS PALMARES
CONTRA O RACISMO
PELA CIDADANIA E A VIDA**



BRASÍLIA - 20 DE NOVEMBRO DE 1995

APOIO - SINDICATO DOS URBANITÁRIOS/RJ - SINTTEL/RJ - SINDICATO DOS BANCÁRIOS/RJ - SINDSPREV/RJ - SENGE/RJ - CUT/RJ
REALIZAÇÃO: COMANDO NACIONAL DA MARCHA

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES (1995)

A Marcha Zumbi dos Palmares foi fruto da organização de diferentes movimentos negros que participaram, desde 1978 e especialmente após a redemocratização, da vida cívica brasileira. O ano de 1995 foi escolhido para relembrar os 300 anos da morte de Zumbi, mas também para discutir a atualidade da luta antirracista e a demanda por direitos. Naquele momento, cerca de 30 mil ativistas negros e negros marcharam pela Esplanada dos Ministérios com lemas como "Reaja à violência policial", "Negro também quer poder", "Zumbi vive, racismo, não". O saldo conquistado foi a criação do GTI - Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.

Cartaz da Marcha Zumbi dos Palmares, 1995



**Ato público nacional
13 de maio de lutas, com
o lema "Nem bala, nem
fome, nem covid. O povo
negro quer viver",
São Paulo, 13/maio, 2021**

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS

Criada em 2019, a Coalizão Negra por Direitos é uma organização que reúne mais de 234 movimentos negros contemporâneos. Desde sua fundação, organiza uma agenda de atividades e mobilizações de abrangência nacional e internacional que recupera a longa história de luta por direitos da população negra, no passado e também no presente. No contexto da pandemia de covid-19 no Brasil, a Coalizão organizou campanhas de distribuição de alimentos para famílias carentes, além de reivindicar a permanência do auxílio emergencial.

ENQUANTO HOVER RACISMO, NÃO HAVERÁ DEMOCRACIA.



Nós, população negra organizada, mulheres negras, pessoas faveladas, periféricas, LGBTQIA+, que professam religiões de matriz africana, quilombolas, pretos e pretas com distintas confissões de fé, povos do campo, das águas e da floresta, trabalhadores explorados, informais e desempregados, em Coalizão Negra por Direitos, viemos a público exigir a erradicação do racismo como prática genocida contra a população negra.

O Brasil é um país em dívida com a população negra – dívidas históricas e atuais. Portanto, qualquer projeto ou articulação por democracia no país exige o firme e real compromisso de enfrentamento ao racismo. Convocamos os setores democráticos da sociedade brasileira, as instituições e pessoas que hoje demonstram comoção com as mazelas do racismo e se afirmam antirracistas: sejam coerentes. Pratiquem o que discursam. Unam-se a nós neste manifesto, às nossas iniciativas históricas e permanentes de resistências e às propostas que defendemos como forma de construir a democracia, organizada em nosso programa.

Esta convocação é ainda mais urgente em meio à pandemia da Covid-19, quando sabemos que a população negra é o segmento que mais adoecer e morre, que amplia as filas de desempregados e que sente na pele o desmantelamento das políticas públicas sociais. Em meio à pandemia de Covid-19, o debate racial não pode mais ser ignorado.

Neste momento, em que diferentes setores se unem em defesa da democracia, contra o fascismo e o autoritarismo e pelo fim do governo Bolsonaro, é de suma importância considerar o racismo como assunto central.

“Estamos vindo a público para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra.” Este trecho, retirado do manifesto de fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, de julho de 1978, é a prova de que jamais fomos ouvidos e de que sempre estivemos por nossa própria conta.

Essa é uma luta que não começa aqui, mas que se materializou no pensamento e na ação de homens e mulheres que, em todos os momentos históricos em que a brutalidade foi imposta ao povo negro, levantaram suas vozes e disseram: NÃO!

Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento do movimento negro como sujeito político que congrega a defesa da cidadania negra no país. Não há democracia sem enfrentar o racismo, a violência policial e o sistema judiciário que encarcera desproporcionalmente a população negra. Não há cidadania sem garantir redistribuição de renda, trabalho, saúde, terra, moradia, educação, cultura, mobilidade, lazer e participação da população negra em espaços decisórios de poder. Não há democracia sem garantias constitucionais de titulação dos territórios quilombolas, sem respeito ao modo de vida das comunidades tradicionais. Não há democracia com contaminação e degradação dos recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural. Não há democracia sem o respeito à liberdade religiosa. Não há justiça social sem que as necessidades e os interesses de 55,7% da população brasileira sejam plenamente atendidos.

O racismo deve ser rechaçado em todo o mundo. O brutal assassinato de George Floyd demonstra isso, com as revoltas, manifestações e insurreições nas ruas e a exigência de justiça racial. No Brasil, nos solidarizamos com essa luta e com esses protestos e reivindicamos justiça para todos os nossos jovens e para a população negra. E, entre muitos que não podemos esquecer, João Pedro presente!

Em nosso passado, formamos quilombos, forjamos revoltas, lutamos por liberdade, construímos a cultura e a história deste país. Hoje, lutamos por uma verdadeira democracia, exercício de poder da maioria, e conclamamos aqueles e aquelas que se indignam com as injustiças de nosso país.

Porque a prática é o critério da verdade.



Manifesto Enquanto Houver RACISMO, Não Haverá DEMOCRACIA, 2018

I Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos: Brasil, Estados Unidos, Equador, Colômbia e África do Sul, São Paulo, 29/novembro, 2019

Ato público nacional Vacina para tod@s, combate à fome, o povo negro quer viver, São Paulo, 18/fevereiro, 2021

Ato público organizado pela Coalizão Negra por Direitos em várias cidades do país exigindo a saída do presidente Jair Bolsonaro do cargo de Presidente do Brasil, São Paulo, 3/julho, 2021

ENFRENTANDO A TRIPLA OPRESSÃO – O SÉCULO XXI É NEGRO, FEMININO E NOSSO



O feminismo negro e diferentes movimentos de mulheres negras estão, teórica e politicamente, entre os temas mais pujantes no debate contemporâneo, sendo cada vez mais comum, felizmente, a presença de intelectuais negras nacionais e internacionais em debates, publicações e no mercado editorial, inspirando a criação de coletivos de mulheres não negras e da juventude negra em geral. A política da memória retoma trajetórias, projetos e obras de mulheres negras pioneiras e suas continuadoras.

Além de um ato de justiça histórica, esta é uma forma de demonstrar que elas e outras mulheres anônimas “sempre estiveram lá”, lado a lado com seus parceiros homens negros e, por vezes, à revelia deles, uma vez que a solidariedade antirracista não exclui historicamente a dimensão do machismo e da misoginia no movimento negro. Por outro lado, o reconhecimento de uma agenda comum no movimento feminista com as mulheres não negras, na luta contra o patriarcalismo como forma de poder e suas consequências, como o machismo, o feminicídio, a desigualdade no mercado de trabalho etc., não elimina a especificidade da pauta das mulheres negras e as maneiras da experiência de discriminação. Assim, os movimentos de mulheres negras e o feminismo negro incorporam em sua agenda uma tripla articulação por gênero, raça e classe.

Este é um percurso longo que acompanha todos os momentos desta exposição, não nos deixando esquecer que as mulheres negras são protagonistas históricas das lutas por direitos no Brasil.

A exposição realiza uma série de homenagens a tais experiências, que têm como núcleo o acervo de cartazes e documentação textual de Geledés - Instituto da Mulher Negra, fundado em São Paulo em 1988 e atuando desde então em agendas importantes: saúde da população negra; violência contra mulheres; direitos reprodutivos, o direito ao aborto seguro e a luta contra a esterilização negra; a ameaça da AIDS; o direito à diversidade sexual e de gênero; assistência jurídica às vítimas de violência racial; os direitos da maternidade, da infância e da juventude negras; e as ações afirmativas. O acervo de cartazes de Geledés demonstra como também essa organização funciona como um lugar de memória das lutas antirracistas nacionais e internacionais. E como elas afirmaram, em 1997: “O século XXI é negro, feminino e nosso. Basta apenas tomá-lo em nossas mãos”.

Edi
to
rial

CPV

04 AGO 1998

Sector de Documentação

Gelefax



N.º Zero - fevereiro de 1997 - Edição Especial
Geledés - Instituto da Mulher Negra

Demorou mas chegou.

Foram oito anos de espera por um informativo do Geledés.

Estivemos naquela fase em que havia tanto para se fazer, que não havia espaço para dizer sobre o que estávamos fazendo. Não deixamos de fazer, apenas temos certeza de que não é mais possível adiar a feitura de um veículo de expressão da entidade, sob pena de perdermos a memória do nosso fazer ao longo desses oito anos.

A cada Gelefax estaremos mostrando um pouco de que cada Projeto ou Programa vem fazendo para ampliar a cidadania e auto-estima da população negra, para denunciar e punir atitudes e ações discriminatórias; enfim, para projetar e valorizar o segmento mais marginalizado da sociedade brasileira, que são as mulheres negras.

Também estaremos promovendo intercâmbio de informações através da difusão dos eventos locais, nacionais e internacionais; da denúncia de qualquer violação de nossos direitos e na socialização de informações sobre os Protocolos assinados pelo governo brasileiro para a implantação da Plataforma de Beijing, garantindo que essas políticas tenham recorte racial.

Esperamos que o Gelefax seja mais um instrumento de potencialização do nosso movimento enquanto um veículo de intercâmbio, diálogo e integração das mulheres negras em nível nacional e também internacional.

Esperamos, por fim, estar contribuindo para o avanço da nossa organização política, que venha representar os interesses do conjunto das mulheres negras brasileiras, respeitando as diferentes visões e tendências que compõem o Movimento, hoje.

O desafio está lançado.

Que lemanjá nos ilumine nesta tarefa.

Odo yá

O século XXI é nosso



Mário Espinosa

A segunda metade da década de 80 representou um marco no avanço da luta das mulheres negras no Brasil, que passaram a ter maior visibilidade no cenário político nacional, com o surgimento de grupos organizados de mulheres negras e a realização do seu I Encontro Nacional.

A década de 90 vai testemunhar o esforço da organização e uma intervenção mais ampla na sociedade, ampliando as discussões sobre machismo no movimento negro e racismo no movimento feminista.

O resultado desse esforço tem sido a absorção das variáveis de raça e etnia nos documentos que expressam os consensos do movimento de mulheres no Brasil em relação às políticas necessárias para a melhoria da condição feminina na nossa sociedade, demonstrado em todos os documentos produzidos pelo Governo brasileiro e movimento de mulheres para a IV Conferência da Mulher - Beijing'95.

Enegrecer o movimento feminista e feminizar o movimento negro tem significado a ampliação das perspectivas de combate ao racismo; da integração do tema saúde que vem explicar aspectos desconhecidos da mortalidade e morbili-

dade da população negra; da redefinição do conceito de violência contra a mulher, do questionamento da desqualificação estética exercida pelos meios de comunicação; da afirmação de nossa identidade de mulheres negras.

Muitos são os espaços possíveis para nossa atuação, e muitos outros podem ser ainda construídos.

Apesar de representarmos o segmento mais marginalizado socialmente, podemos constatar que, a despeito de toda nossa fragilidade organizativa, temos dado passos importantes para o avanço de nossa temática específica na sociedade brasileira.

Ao longo dos últimos anos brigamos por espaço, por autonomia política, soltamos nossa voz.

Se enfrentamos uma série de barreiras, também é verdade que obtivemos importantes conquistas.

Nossa tarefa agora é assegurar que essas conquistas se traduzam em políticas, e sejam definitivamente incorporadas à nossa realidade de mulheres negras. afinal o século XXI é negro, feminino e nosso.

Basta apenas tomá-lo em nossas mãos.

MULHERIO

Publicado entre 1981 e 1989, o *Mulherio* foi um jornal feminista criado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas interessadas em discutir temas que envolviam a condição feminina no Brasil, como saúde da mulher, creche, moradia e participação na política e no mercado de trabalho. Além disso, funcionou como um importante instrumento de intercâmbio de ideias com outros centros de estudos, cujo objetivo era debater o descaso do poder público no combate à desigualdade de gênero. Em suas fileiras, o *Mulherio* contou com mulheres de diferentes áreas de atuação, como Eva Alterman Blay, Ruth Cardoso, Maria Rita Kehl e Lélia González, a única intelectual negra a participar do jornal. Em seus artigos, Lélia denunciava a ausência do quesito raça nos debates feministas e a condição da mulher negra.



Gelefax. Edição 0,
fevereiro, São Paulo, 1997

Mulherio. Edição 03,
set/out, São Paulo, 1981

25 de julho

DIA da MULHER

NEGRA da

AMÉRICA LATINA

e do CARIBE

Mulher Negra Yabá

Local • Rua Mem de Sá, 37 Hora • 17h00

Informações • (021) 220-9819

Apoios • c IPDH

Produção

Realização • Instituto da Mulher Negra

GELEDÉS

Fundado em 1988 por um grupo de mulheres, o Geledés - Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que atua na luta por direitos da comunidade negra, denunciando o racismo e o sexismo como elementos estruturadores da sociedade brasileira. Com sede na cidade de São Paulo, o Geledés encontra-se ainda em atividade, dialogando, em âmbito nacional e internacional, com os dilemas e desafios do mundo contemporâneo no combate às formas de discriminação contra minorias como mulheres, negros e população LGBTQIA+. O acervo de cartazes do Geledés, sob guarda do AEL/Unicamp, funciona como um importante registro histórico da atuação dessa organização e de suas conexões com organizações que já deixaram de existir. Também é importante notar a inserção internacional das intelectuais, participando dos Encontros de Mulheres na América Latina e Caribe, de organismos internacionais como a ONU e das importantes Conferências de Beijing e de Durban. A aproximação com a juventude negra deu origem à revista *PodeCrê*, nos anos 1990, e ao projeto Rappers. Os eixos sobre direitos, saúde, educação e juventude organizam a atuação do Instituto.

Ao longo das últimas décadas, o Geledés - Instituto da Mulher Negra tem denunciado que, historicamente, o tema da saúde da mulher negra tem sido objeto de descaso do poder público. Algumas doenças como diabetes, hipertensão e anemia falciforme, por exemplo, causam impacto muito maior na população negra em comparação à população branca e, por isso mesmo, carecem de políticas de saúde de modo a garantir condições dignas de atendimento. Essa luta envolve, ainda, o direito ao aborto legal e seguro como questão de saúde pública, a luta contra a esterilização da população negra, a ameaça da AIDS e os direitos à vida e à diversidade sexual e de gênero.

(próximas 6 páginas)
**Cartazes pertencentes
 ao acervo do Geledés -
 Instituto da Mulher Negra**

LÉLIA GONZALEZ
★ 1935 - 1994 †

APESAR DE TRAVARMOS
GRANDE EMBAITE
E NESTA ARTE
SERMOS
PARA LEGOS
SICOMENTO ANÔNIMO

APESAR
DE CONSTITUÍRMOS
UMA FORÇA
E IRÁ QUEM TORÇA
PARA QUE
DO RACISMO
NÃO SEJAMOS
ANTÔNIMO

APESAR DE TUDO
CONTINUAREMOS
ENFRENTANDO OS MALES
A EXEMPLO
DE LÉLIA GONZALEZ
NOSSO SINÔNIMO

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
SEÇÃO - DF



CRIOULA
10 ANOS
de AXÉ



20 DE NOVEMBRO
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
Por um mundo de igualdade para as mulheres negras



10 Anos

SEMPRE

Instituto da Mulher Negra

www.geledes.com.br

e-mail: geledes@geledes.com.br

tel: (011) 3105-3869/3106-9901



DE 19 AL 25 DE JULHO DE 1992
HOTEL CERVANTES

INFORMACION:
Casimiro de Moya 104, Gazcue
Santo Domingo, REPUBLICA DOMINICANA
☎ (809)686-6744

PRIMER ENCUENTRO DE MUJERES NEGRAS LATINOAMERICANAS Y DEL CARIBE



NÃO

a Violência contra a Mulher



PLP 2.0 é uma plataforma para auxiliar qualquer mulher em situação de violência doméstica, familiar ou sexual e é integrado a uma rede de suporte que cadastrava pessoas e serviços de emergência que podem atender caso a caso, e disponibiliza uma linha de apoio 24 horas para pessoas cadastradas ou regiões de segurança pública.

Plataforma de combate a violência contra a mulher

www.plp20.org.br

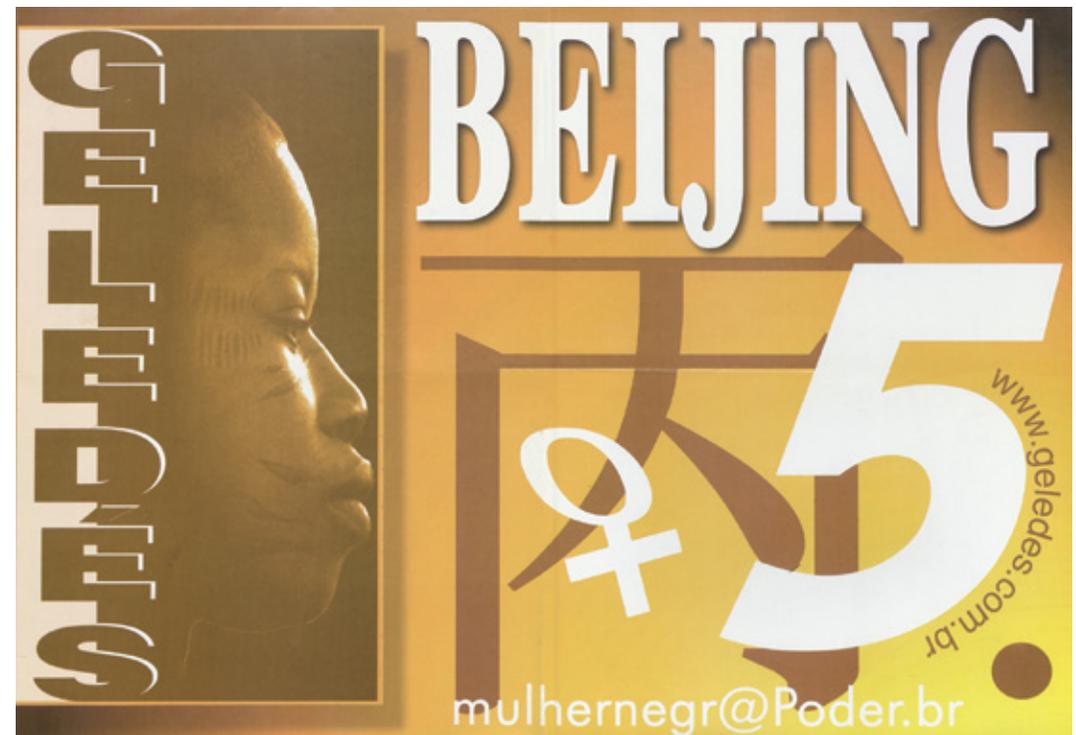
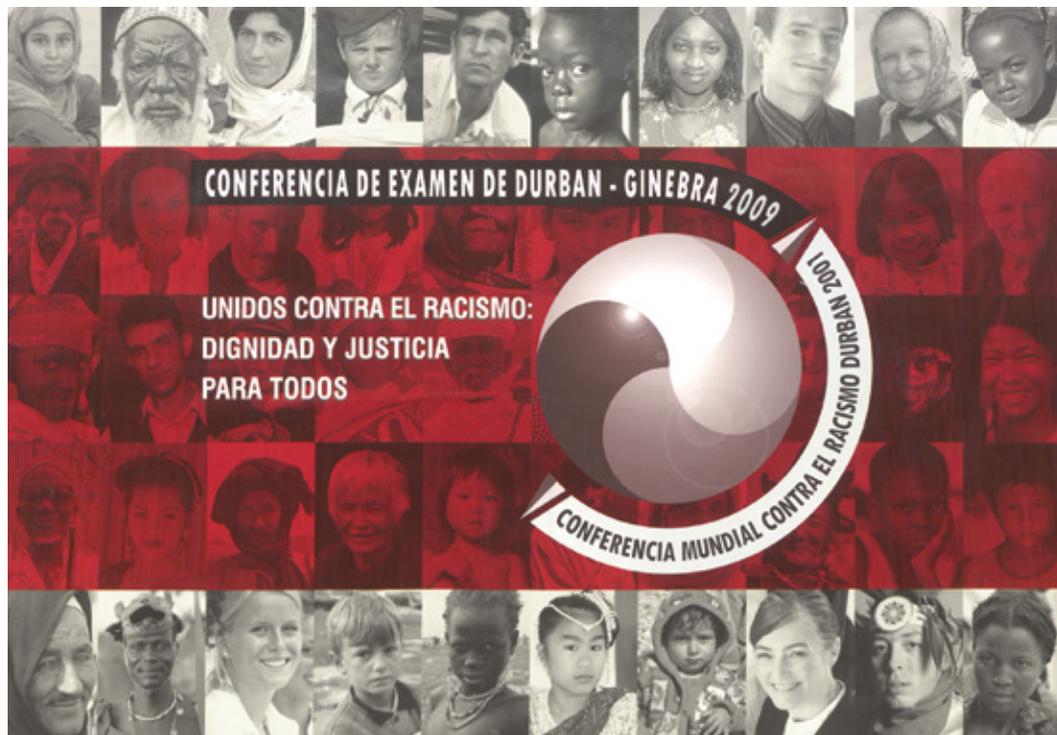
Geledés Instituto da Mulher Negra - Tema: Justiça e Direito

Violência contra a Mulher: Uma Questão de Saúde Pública



II Encontro Nacional de Organizações Populares
De 28 à 31 de Maio de 1997 - Santos - SP

Coordenação:
• Casa de Cultura da Mulher Negra
• União de Mulheres de São Paulo
• Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual (Subregião Brasil)



ESTERILIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL



Debate com Edna Roland (Geledés)
Elza Berquó (CEBRAP/NEPO)
Isabel Baltar da Rocha (NEPO-UNICAMP)

DIA 11 DE JUNHO DE 1991

Horário:
19:30 horas

Local:
Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Pedroso Horta - Viaduto Jacareí, 100 - 1º andar

Realização:
Geledés - Instituto da Mulher Negra
Programa de Saúde

SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Debate com Byllye Avery
do National Black
Women's Health Project
(Projeto Nacional de
Saúde das Mulheres
Negras)



Local: Auditório Pe. Lebrez
Av. Paulista, 2198 - térreo
Data: 6 de abril - 1990
sexta-feira - 19:30hs

Realização:
Geledés - Instituto da Mulher Negra
Apoiar:
Coordenadoria Especial da Mulher
Programa de Saúde da Mulher da Prefeitura Municipal de SP
Secretaria Municipal de Planejamento

**O FUTURO SERÁ
O QUE
FIZERMOS JUNTOS**

Frase incluída em cartaz
do "1 Encontro Estadual em
Defesa da Raça Negra".
Revista MNU, n. 03, 1981

PARA SABER MAIS

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto (editores). *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto SocioAmbiental, 2013.

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão (orgs.). *Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas*. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. *Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

FERREIRA, Abilio (org.). *Tebas: um negro arquiteto na São Paulo Escravocrata (abordagens)*. São Paulo: IDEA: CAU, 2018.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

Materiais de pesquisa da exposição Memórias do Futuro: Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2022. Disponível em: www.memorialdaresistencia.org.br/exposicoes/memorias-do-futuro

SÃO PAULO (Estado). Relatório. Tomo I - Parte I - Repressão Política: Origens e Consequências do Esquadrão da Morte. In: *Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva*. São Paulo: ALESP, 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Direito à Memória e à Verdade - aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Brasília, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Terreiros Tombados em São Paulo: Laudos e Reflexões sobre a Patrimonialização de Bens Afro-brasileiros*. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 2021.

ACERVO MEMORIAL: COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS

Realizado desde 2008, o Programa Coleta Regular de Testemunhos reúne entrevistas de diversos atores sociais sobre os processos de repressão e resistência vividos durante a ditadura brasileira. Essas entrevistas compõem a coleção de história oral do acervo do Memorial da Resistência e fazem parte do Centro de Referência da instituição.

Aqui você lê a transcrição de trechos das entrevistas com Ana Dias, Milton Barbosa e Neusa Pereira. Para a publicação, as transcrições passaram por um processo de tratamento técnico, suprimindo vícios de linguagem e oralidade – características de uma conversa – visando uma maior fluidez de leitura. As entrevistas na íntegra podem ser conferidas no Centro de Referência do Memorial.

ANA DIAS

A gente descobriu que a política no nosso país, naquele momento, era uma coisa perigosa. Enquanto éramos a Ana e o Santo Lá da igreja, não tinha perigo nenhum. Mas a partir do momento que a gente lia, estudava, descobria, conhecia, entendia e intervinha, a gente começou a ser vigiado. Então foi a partir de todos esses conhecimentos que a gente chegou até a Praça da Sé. A gente que era lá da periferia, pra chegar na Praça da Sé não foi só, assim, chegar. Era um ir diferente.

O primeiro encontro que teve da Carestia foi na periferia e nasceu do grupo que eu participei. O grupo nasceu lá no Nakamura, na região Sul, depois da Vila Remo, lá na periferia da periferia de São Paulo, chamado Clube de Mães do Nakamura. Não só nesse grupo, mas em todos os outros, a gente tinha dois momentos. Pra você não dizer pra mulher: “Vá lá que a gente vai discutir política”, que você assustava, você dizia: “Vá lá aprender costura, bordado, bater papo, conhecer amigos”. Então era através desse diálogo que a gente conseguia trazer as mulheres pra dentro de casa.

(...)

Essas discussões que a gente tinha nos grupos foi através do quê? Qual é o preço do arroz, do feijão? Que preço estava o ano passado? E agora? Como a gente vai fazer com que isso que nós estamos falando aqui entre 10, 12 mulheres chegue até as autoridades? Então era um grãozinho de areia que a gente discutia com as mulheres. Mas a discussão não ficava só ali. A gente levava pra coordenação e a coordenação levava para os grupos políticos. Tinha muito grupo político na nossa época, porque os estudantes não tinham lugar onde podiam atuar, então eles atuavam nos nossos grupos. Não é que eles fossem infiltrados, eles nos ajudavam, porque politicamente eles tinham conhecimento, então eles traziam esse conhecimento e a Igreja, naquele momento, tinha uma abertura que fazia com que eles participassem com a gente e a gente também levava o nosso conhecimento, então era uma troca. Essa troca era uma ida e

uma volta, porque a gente ia até os grupos pequenos, levava aquilo que a gente discutia na coordenação nos grupos grandes, e voltava pro nosso grupinho pequeno. Então nascia um abaixo-assinado, nascia uma reivindicação, nasciam grupos de estudo, porque tudo a gente estudava. Imagina uma mulher sair, ficar o dia todo fazendo um estudo sobre economia? Quando você chegasse pra dona Maria: "Oh, dona Maria agora nós vamos estudar economia". Ela ia falar: "Você tá louca". Mas dentro de todo o processo, a gente sentia que era necessário ter um estudo, ter conhecimento e esse conhecimento saía da base. Aí a gente começava a ensinar os nossos filhos, nossos vizinhos, nossos amigos, a gente dizia que ouvir o repórter era importante, porque a mulher achava que, na hora do repórter, quem tinha que estar na sala era o marido e ela podia ir pra cozinha. Então, de repente, ela se sentia interessada em ler e em ouvir uma notícia. Nós, nesse momento, éramos também notícia de jornal. Essa notícia da carestia foi um grupo que nasceu lá no Nakamura, mas que, de repente, estava num grupo maior e que chegava nas fábricas. Na fábrica, chegava no chefe, e do chefe chegava no patrão. O patrão chamava aquele homem que levou aquele abaixo-assinado e perguntava: "De onde veio isso? Quem fez isso?". Era uma discussão ferrenha. Então, a mulher tinha que estar preparada pra hora que saísse aquela discussão, ela ter resposta, sem comprometer ninguém, nunca citar nome. É sempre o grupo. A gente tentava sempre trabalhar no conjunto. Eu me lembro uma vez em que nós fomos onde era a rodoviária antiga. Saíram umas 40 mulheres com pranchetinhas pra pegar abaixo-assinado, mas antes da gente sair do bairro, a gente dizia pra elas: "Ó, esse abaixo-assinado é porque a gente gostaria que abaixasse o arroz e o feijão". Aí a gente saía. Eram mulheres analfabetas, donas de casa que nunca tinham saído de casa, mas todas acreditavam que, naquele abaixo-assinado, elas iam dar um grito pra serem ouvidas. Essa era a maneira delas se entrosarem na política.

A gente era muito perseguido, então quando chegamos lá na rodoviária, ficou combinado: se alguém for detido, uma avisa pra outra e não deixa a pessoa sozinha, porque pra desaparecer com a pessoa era fácil, então a gente ficava de olho. Eu me lembro que um dia pegaram uma. A gente se encontrou e fomos atrás. O cara nos per-

guntou: "Quantas têm aqui?". "Ah, tem umas 200". Imagina, não tinha 200 não, mas a gente falou 200. Ele falou assim: "Vocês sumam daqui agora, porque senão vocês vão tudo pro DOPS". A gente saiu, mas não levaram ninguém preso. Quando saía de lá, a gente avisava "Olha, antes de vir embora, a gente confere pra ver se está todo mundo em casa". E algumas diziam: "Por favor, primeiro me tira da cadeia pra depois avisar meu marido." Porque muitas eram presas. Não foi uma, nem duas que foram presas ou que sumiram. Então é uma coisa que hoje a gente conta e o pessoal não acredita. Mas é a história, e que foi vivida pela gente. Eu sei que a gente fazia esses abaixo-assinados, passava nas fábricas, passava na rua, passava nas praças, passava na igreja, passava nas escolas. E muitos movimentos nasceram desse Movimento da Carestia. Eu acho que o Movimento da Carestia foi o pai de toda a luta operária que teve na periferia. Tanto em nível do homem, da mulher, da família, da Igreja, do sindicato. No período de 1972, 73 até 75 foi uma época muito pesada. Teve pessoas que tiveram que sumir, que mudaram de nome porque depois a gente soube que não podiam usar o nome verdadeiro, que era perigoso. Depois, em 76, nasceu a segunda etapa. A primeira etapa a gente conseguiu levar até o Congresso. Imagina, naquele tempo que não podia abrir a boca, uma carta lida lá no Congresso? Foi uma coisa, assim, que abalou as estruturas. Só que teve muita gente, também, que pagou caro, apanhou, sofreu, foi reprimido por causa disso. Quando a gente passou pra segunda etapa, a gente não ficou só em nível de periferia de São Paulo. Ficou em nível da Grande São Paulo, depois do estado de São Paulo e depois do Brasil. Então teve lançamentos que eu fui no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Bahia. Teve lançamento da Carestia em todos os estados. Foi um movimento que cresceu. Em 27 de agosto de 1978, na Praça da Sé, nós levamos um milhão de pessoas. Como não podia reunir na Praça, nós fomos falar com os bispos e os bispos brigaram com a gente, porque não era todo bispo que era a nosso favor. Tinha uns que queriam metralhar, porque nós éramos comunistas, e achavam que nós estávamos usando a Igreja. Mas a Igreja tinha que ser usada, porque a gente sabia que ela também escondia a cara, ficava mais do lado do opressor do que dos oprimidos. Então nós fomos lá. Imagina essas mulheres irem lá falar com os bispos do Brasil. "Ah, por favor, nós viemos aqui porque nós queremos nos reunir pra fazer o lançamento do abaixo-assinado

da Carestia, mas pra que isso aconteça, nós não temos liberdade de usar a Praça. Nós já pedimos em todos os lugares e ninguém libera". Porque, naquele tempo, era proibido qualquer manifesto em praça. Então o Dom Paulo, que era o mais aberto, que dava mais espaço pra nós, falou assim: "Vocês vão reunir na escadaria da Sé. Depois, se houver uma grande repressão, vocês entram pra Catedral". Só que os militares fizeram uma parafernália. Eles fecharam todas as ruas, porque vinha gente de Campinas, Piracicaba, São Paulo. De todos os lugares, estavam vindo muitos ônibus, e quando eles viram aquilo, eles armaram a Praça da Sé com cachorro, bomba, militares. Era aquele negócio infernal e ninguém podia ficar parado em nenhum lugar, que eles: "agita, agita, agita". E o que que aconteceu? O Dom Paulo abriu a igreja pra gente ficar lá dentro. Só que como não coube todo mundo, ficou gente na escadaria, mas tinha pessoas nossas e pessoas do lado dos policiais. Então eles atentavam os policiais, pra eles jogarem bomba. Quando jogavam bomba, todo mundo ia preso. E quem eram os provocadores? Os próprios mandantes da ditadura que estavam lá. Eu me lembro que tinha um cara que saiu no jornal no outro dia e ele estava atacando a polícia e depois ele estava pegando um dos nossos pelo cabelo e jogando dentro do camburão. O mesmo que atacava era o mesmo que prendia.

Então a Praça da Sé foi um marco na minha vida de vários momentos. Esse momento da Carestia; o momento da coleta de assinaturas, porque era um dos lugares em que mais a gente ficava; o ato de agosto; a morte do Santo. Algumas missas de anos depois também foram na Praça da Sé. Então toda hora que eu passo na Praça da Sé, é aquela coisa que volta na minha memória. Coisa que a gente viveu, porque a gente passou ali momentos bons, momentos difíceis, momentos de dor. Mas eu acho que era um momento que a gente viveu e que marcou. Marcou pra mim. Eu vejo a hora que chegou o enterro, eu vejo a hora que a gente apanhou da polícia, vejo a hora que a gente levou as pessoas pra dentro da igreja. Então teve momentos que eu acho que são muito fortes na minha vida. A Praça da Sé é uma marca que vai ficar enquanto eu viver. E mesmo depois que eu morrer, é uma presença que fica.

(...)

A gente sabia que o cerco estava apertando, mas a gente achava que ia ser preso, nunca que ele fosse assassinado. Dizem que foi porque ele era uma liderança e o pessoal estava querendo acabar com a liderança, porque acabando com ela, acabava com o movimento. E foi o contrário, porque aí ficou pior, mas começaram a prender muita gente e acabaram conseguindo dismantelar.

(...)

O Santo estava sendo perseguido, e já estava andando acompanhado. Sempre alguém junto. Porque desde que aconteciam essas prisões, eles procuravam sempre as pessoas que estavam sozinhas pra não ter testemunha. Se você está em dois ou três, você tem testemunha, porque muitas vezes aquela pessoa que está junto eles não têm interesse de levar. Então andando acompanhado, ele não corria tanto risco de ser preso.

Quando o Santo chegou na Capela do Socorro, eles ligaram lá da MWM e disseram que estava tendo um piquete, tinha pouca gente e que precisavam de pelo menos um reforço. E o Santo foi. Ele chegou lá 1h15, mais ou menos, que era a turma das duas que ia entrar. Quando deu 1h30, ele já estava morto. Naquela época era o Maluf. Foi ordem dele e da ditadura, que era pra acabar com quem estava fazendo a greve. Foi quando ele foi assassinado. Ele saiu da Capela do Socorro, foi pra MWM, que é do lado da Sylvania, aquela fábrica de lâmpadas. Depois de lá, já morto, ele foi enviado pro Hospital das Clínicas. De lá já teve manifesto, fomos pra Praça da Sé e foi tudo assim, nesse movimento.

(...)

O dia da morte dele, mesmo antes da morte, teve uns três dias de greve. Eu estava de pé desde às quatro da manhã, porque a gente tinha que ir muito cedo pra distribuir panfleto na porta das fábricas. Quase fui presa também. Eu me lembro que no último dia, ele falou assim pra mim:

– Leva a blusa que tá frio.

E eu falei:

– Será que vai esfriar? Ele falou:

– Leva, porque se você for presa, eu não posso ir lá, porque eu também fico. E eu me lembro que aquela noite passamos velando ele. Ele foi morto às duas da tarde e a blusa que eu levei foi a blusa que eu usei à noite no velório.

(...)

Mas é isso, a história não acaba. A luta continua. A gente falava isso na rua, e fala hoje. A luta tá onde? Está naquele que ainda acredita, que ainda briga pela luta e pelo direito do povo trabalhador, do povo brasileiro. Então eu acho que a luta continua.

MILTON BARBOSA

Quando eu entrei na USP, em 1973, eu cheguei com um cabelão black power, na influência dos Panteras Negras e, quando fui me inscrever, veio aquele monte de estudante querendo rapar a minha cabeça, naquela coisa de trote e eu disse: “Ah, não, eu não sou aluno. Eu só vim inscrever o filho do meu patrão”, e eles saíram fora. O que eu fiz? Eu passei uma procuração pra minha tia e ela me inscreveu. Isso me marcou muito, porque no primeiro dia de aula os caras estavam todos carecas e eu cheguei com meu black power, nervosão, olhando feio, e eles não vieram com onda comigo. Achei legal isso, mas é fogo, é preciso muita força mental. E eu guardo isso comigo.

Pouco depois, nós começamos a participar de discussões políticas. Uma vez nos falaram que o mimeógrafo elétrico do Centro Acadêmico, que estava no Crusp, foi tomado pelos seguranças. Eu achei um absurdo, porque nós usávamos o mimeógrafo pra fazer o *Árvore das Palavras*, que distribuíamos no Viaduto do Chá, que era o lugar onde a negada fazia os bailinhos e as curtições toda sexta-feira à noite. Aí eu pressionei os estudantes: “Nós temos que ir lá recuperar”, e deu certo. Nós saímos num grupinho de estudantes e fomos lá pro Crusp. Os seguranças, quando nos viram chegando num bolo, se avoaram e nós recuperamos tudo. Então, eu avalio que essa ação foi interessante, porque deu uma noção de força, de conjunto. A partir daí, a Economia, que é uma escola conservadora hoje, foi uma das que começou a ocupar o campus, sair de dentro da sala de aula. Teve, também, na sequência, uma assembleia em frente à ECA. Eu lembro muito bem que a gente ficava cabreiro com os caras fotografando lá de cima. Mas a coisa rolou e os estudantes começaram a ir pra rua. Depois veio o caso do Vladimir Herzog [em 1975], que teve aquelas missas campais na Sé e as manifestações públicas. Então foi um processo interessante, em que eu acho que houve uma interação na ação prática.

Nesse contexto, começaram também as discussões sobre o negro dentro da Universidade de São Paulo. Tinha o Eduardo de Oliveira, que era da sociologia da USP, e foi um dos intelectuais com quem a gente

começou a fazer discussões mais profundas. Ele foi um dos que nos trouxe a discussão sobre o marxismo. Também começamos a participar e fazer discussões com os negros velhos do Clarim d'Alvorada, que tinham sido da Frente Negra Brasileira, mas que passaram a fazer oposição a ela quando ela ficou meio integracionista. Era o José Correia Leite, o Henrique Cunha e o Jayme Aguiar. Como eles já faziam um trabalho de contestação, nós tivemos muitas discussões com eles. Depois tomamos contato nas ações de movimento negro, antes do MNU, com Clóvis Moura e Florestan Fernandes. Teve um período em que eu e um amigo, o Rafael Pinto, tínhamos conversas sistemáticas com Florestan Fernandes. Nós aprendemos muito com ele, mas ele também aprendeu com a gente, porque ele deu uma mudada no rumo da obra dele. Ele começou a colocar coisas mais contundentes e percebeu o quanto a população negra era importante. Chegou ao ponto dele colocar num dos livros que não haveria possibilidade de revolução sem os trabalhadores negros, por exemplo.

Em 1978, houve a prisão, tortura e morte do Robson Silveira da Luz, que era um trabalhador, pai de família, que foi preso no 40º Distrito Policial de Guaianases por Alberto Abdalla. Ele veio a morrer em função da tortura. O Robson era primo do Rafael Pinto, que é uma das figuras com quem a gente fazia essas discussões. Também teve o caso da discriminação de dois garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê. Então foram esses os motivos imediatos que nos levaram a marcar uma reunião, no dia 18 de junho de 1978, na sede do Cekan [Centro de Cultura e Arte Negra]. Ali decidimos criar o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial e fazer um ato no 7 de julho. Quando nós estávamos preparando o ato, a PM matou o operário Newton Lourenço, na Lapa. Então esses foram os motivos imediatos de criação do MNU.

Quando criamos o MNU, montamos uma estratégia pra juntar várias entidades, fossem de esquerda, centro, ou direita, para fazermos as reuniões. Tinham entidades que exigiram que nós fôssemos conversar sobre o ato público com o Erasmo Dias, que era o secretário de Segurança Pública. Então nós formamos uma comissão dos "nego véio" e mandamos eles conversarem com o Erasmo Dias, enquanto eu, o Rafael [Pinto] e mais um outro fomos conversar com o Boris

Casoy, que era o editor da Folha na época. Na conversa deles, eles entregaram uma carta pro Erasmo Dias e acho que foi o que garantiu a manifestação, porque eles não impediram a gente de ocupar [as escadarias do Theatro Municipal]. Eu coordenei o ato, porque tinha que ser um negócio extremamente centralizado. A gente sabia que ia ter provocação, e se precisasse iríamos pro enfrentamento. Tinha um pessoal, quadros incríveis, que estavam lá coordenando nossa ação também, e houve muita provocação. A gente foi morrendo de medo, mas fomos. Chegamos lá, ocupamos a escadaria com nosso ato público e percebemos que depois que nós ocupamos, eles devem ter se arrependido, e começaram a provocar. A polícia passava lá e falava: "Aqui só tem prostituta e ladrão", mas a negada se segurou, não foi pra cima, então foi garantido. Pra nós era muito importante que o ato fosse vitorioso e estourasse no Brasil inteiro. A própria imprensa burguesa noticiou. Saiu em tudo quanto é canto, porque interessava pra eles fragilizar a Ditadura Militar. Eles já não estavam mais financiando, já estavam contra. Então houve toda uma articulação política e uma análise do que tinha que ser feito. Nós conversamos com setores progressistas da Igreja, fizemos uma articulação internacional. Por exemplo, aquele ato do 7 de julho estourou no Brasil inteiro, mas também no mundo. As pessoas vinham dos Estados Unidos, da Europa, da África, aqui da América do Sul e comentavam que se arrepiaram de nos ver naquele ato, no 7 de julho, no Theatro Municipal. Então foi um negócio que mexeu com o país e com o mundo e a discussão racial ganhou um outro patamar no Brasil

(...)

No 13 de maio, tinha uma atividade que acontecia na estátua da Mãe Preta [no Largo do Paissandu]. E na Ditadura tinha todo um discurso sobre democracia racial no Brasil. No 13 de maio, iam os políticos dos partidos burgueses, de terno e gravata, e faziam onda com a negada e com a Mãe Preta. Tinha o Ico Penteadado, que fazia umas atividades, a Bonequinha do Café, Miss Negra, mas todas com cabelo esticado, com aquela roupinha querendo ser como a burguesia branca. Então isso fazia parte dum determinado momento de recepção da população negra e nós entrevistamos. Acho que isso foi em 1978, um pouco antes da fundação do MNU. Nós fomos até o Largo e criticamos a Mãe Preta, que era mãe dos brancos [risos], já que não beneficiava

em nada os negros, e começamos a questionar e denunciar esses papéis simbólicos duma sociedade racista. Nós fomos lá de madrugada e pintamos a Mãe Preta de branco. Quando a negada chegou pra fazer as atividades do 13 de maio tomou um choque. Aí nós fizemos a manifestação, distribuimos panfleto, aquela velha estratégia.

Mas a ditadura estava preocupada. Eles diziam que nós estávamos querendo criar o racismo no Brasil. Eles tentavam inverter a coisa e tinham o maior pavor dessa discussão, por isso eles não nos reprimiram diretamente. Um exemplo: eu lembro que uma vez eu estava na Vai-Vai e apareceu uma mulher linda, que ficou de ti-ti-ti comigo. Aí fomos pro HO e ela me pediu cocaína, mas como eu não tinha, esfriou e acabou o clima. Outra vez, eu estava em Curitiba e veio uma loira alta, bonita e aconteceu a mesma coisa. Ficou de papo comigo. Aí, de repente, queria maconha. Eu, que estava a fim de ficar com ela, disse: “Eu não tenho, mas eu arrumo” [risos]. Tentei arrastar pro HO, ela pulou fora também. Aí que caiu a ficha. Os caras queriam me pegar na armação. No esquema da cocaína e depois com o papo da maconha. Se eu apresentasse, eles me prendiam. Queriam me criminalizar, não queriam prender por estar fazendo atividade política contra o racismo, no movimento negro. Depois, analisando, eu fui entendendo o que aconteceu. Foi armação, cara! Os caras queriam dar um flagrante, mas de droga. Era muito sério.

Queriam me pegar como traficante, ladrão, essas coisas. É que nós não demos chance, não demos motivo, né? O Nininho do Baruê sofreu com 14 anos de prisões. Hoje a gente entende que foi uma armação. A polícia, na realidade, estava acompanhando e agindo. No nosso caso, eles não conseguiram porque a gente não mexia com essas coisas. E tudo isso é algo muito louco! Muito louco mesmo! Anos depois, quando eu comecei a fazer o levantamento do processo de reparação da Anistia, eu fui no Deops pegar material e descobri que a polícia tinha fotos das reuniões que a gente fazia no Centro de Cultura e Arte Negra. A gente era muito rígido, todo mundo se conhecia, mas a gente não deixava ninguém tirar foto. A gente não tinha foto nossa, mas a polícia tinha.

(...)

No início da década de 1980, o Delegado Wilson Richetti prendia negros, travestis e prostitutas na Boca do Luxo. Então nós fizemos uma reunião e decidimos fazer um ato no Theatro Municipal. Juntou o movimento negro, os homossexuais, que estavam iniciando a organização do movimento deles, mulheres, todo mundo, e saímos do Theatro Municipal em passeata. Os gays começaram com os gritos de ordem: “A bicha unida jamais será vencida”. Os negão começaram a se avoar, correr, largar as faixas [risos]. Aí eu tive que ir atrás: “Não! Nós vamos conversar pra não usarem palavras de ordem específicas, só gerais. Vamos fazer um acordo”. Aí os negão voltaram, pegaram as faixas, mas não adiantou. “A bicha unida jamais será vencida”. Aí falamos: “Ah, vamos!”. Aí os negão foram segurando as faixas e tal. Passamos lá na Júlio Mesquita, em frente ao 69, e gritamos pras prostitutas: “Desce, desce!”. Elas desceram, e fomos lá pra Boca do Luxo. Paramos na rua Marquês de Itu e tinha uma marquise, e estava uma prostituta com um velhinho. Ela só de baby doll e ele de camiseta e cueca samba-canção. Eles subiram na marquise e ficaram lá pulando. Nós terminamos a manifestação nessa marquise. Aí os gays gritavam assim: “Maravilhosa! Maravilhosa!”. Foi muito legal! Todo mundo gritava: os gays, as mulheres, o pessoal do movimento negro, todo mundo: “Maravilhosa!”.

(...)

Sabe, essa é uma das críticas que eu faço à esquerda. A gente sempre cobrou. Quando a gente começou a tomar consciência das coisas, a gente dizia que uma das prioridades tinha que ser os marginalizados, a população negra que é vítima do racismo, que é a maioria da população pobre, mas não se investia discussão nisso. Isso foi o grande fracasso da esquerda, que acabou sendo derrotada, e hoje nós estamos caminhando pra barbárie. Eles ficam nervosos quando eu falo sobre isso, mas foi grave.

Marighella era negro. Agora o Racionais Mc’s fez uma homenagem ao Carlos Marighella. Aí você imagina, se lá na frente a negada tivesse descoberto essa coisa? Já pensou? Eu conheci caras que entraram pro crime, que tinham muita atitude, mas o negro é empurrado para o crime. Eu conheci pessoas incríveis, que poderiam ter sido um ganho pra causa, mas não foram. Então a coisa se perdeu.

NEUSA PEREIRA

Meu pai me arrumou uma bolsa e eu fui estudar no Mackenzie, justamente naquela época em que tinha uma briga entre o Mackenzie e a faculdade de filosofia da USP, na Maria Antônia. Eu tinha, na época, uns 15 ou 14 anos e achava a minha situação no meio daquela briga muito estranha, mas eu não entendia bem o porquê. Depois, com o tempo, é que eu pensei que eu deveria estar do lado de lá [da Filosofia], mas eu não sabia de nada, então ficava no centro.

Veja, eu era uma negra estudando no Mackenzie e lá só tinham dois negros naquela época: eu e um outro menino que fazia engenharia. Eu ouvia algumas coisas bem ruins. Eu me lembro que, uma vez, eu estava com uma blusa amarela, passaram dois estudantes, e um também estava de blusa amarela. Eles eram da área de engenharia, e engenharia no Mackenzie era um curso bem machista e racista. Aí eu passei e um falou: “Olha, você tá vendo esse tipo com uma blusa igual a sua?”. E o outro falou: “Nossa, vou jogar fora essa blusa”. Depois, com o tempo, é que eu fui assimilando que isso era uma demonstração de racismo terrível.

Mas os colegas da classe (eu fiz o finzinho do curso clássico) nunca me trataram mal. Eu me lembro só de um menino que era, inclusive, participante de um conjunto famoso, e uma vez eu escutei ele falar no meu ouvido: “Macaca foo, foo, foo”. Tinha uma música que chamava Macaca foo, foo, foo, e eu escutei ele falando isso no meu ouvido. Mas, de modo geral, eles nunca me agrediram, nem os professores. Depois, como eu repeti latim, meu pai resolveu me tirar de lá. Mas eu lembro que, pra mim, dar conta de estudar no Mackenzie era uma coisa muito pesada, porque era um reduto de pessoas da alta burguesia. Não é como o Mackenzie agora, que é uma escola mais normal, porque as condições financeiras do país foram caindo e eles tiveram de baixar um pouco as condições dos alunos que entram lá. Na minha época não. Na minha época, era só a alta burguesia, todos desce de holandeses, de alemães, e desde os quatro anos de idade eles já estudavam inglês. Imagina eu, vindo da periferia. Apesar de eu vir de uma escola muito boa, eu não tinha fluência em

inglês. Aí eu fui pra lá, fui obrigada a fazer curso de alemão, porque eu não tinha inglês fluente, então eu pensei, o alemão vai começar do abc, então passei pro alemão, que era uma língua terrível, mas até que eu consegui me sair mais ou menos. Eu hoje penso que foi uma coisa bastante perversa. O meu pai, tadinho, pensava: “Eu quero que a minha filha vá pro melhor colégio, vá fazer medicina”. Mas é uma coisa perversa você ir pra uma escola com 99,99 por cento de alunos brancos e alunos da alta burguesia que viajavam nas férias pra Europa, e eu nas férias ficava aqui no Jaconã. Mas hoje, já na maturidade, eu penso que foi um aprendizado bom.

(...)

Quando eu cheguei no *Versus*, cheguei tímida, morrendo de medo, porque eu já tinha levado alguns nãos. Levei o texto que eu tinha escrito, que chamava “Pela Mulher Negra”, e o editor falou: “Deixa aí, vou ler primeiro, ver o que é, e depois você passa aí”. Eu pensei: “Meu Deus! Isso aí não vai pra frente, não vai dar certo”. Porque é um jornal de esquerda, com os melhores jornalistas do país, os mais intelectualizados, no qual poucas mulheres escreviam. Bom, passei depois de dois dias e eles aceitaram o texto. Aí publicaram, mas só publicaram o meu texto, que não foi bem uma matéria, era mais um manifesto, porque eu escrevi com raiva. Eu já estava sentindo todo esse racismo e era escrevendo que eu conseguia dar vazão à raiva e lutar contra isso.

A minha maior arma de combate ao racismo era escrever, mesmo que talvez as pessoas não fossem ler. Mas o Marcos Faerman, que era um visionário, já tinha se dado conta de que era preciso dar voz aos negros, que os negros precisavam escrever nos jornais de esquerda, mostrar o que estavam pensando do próprio país. Por uma coincidência, eu levei o meu texto lá quando ele já estava pensando nisso, e como o texto foi muito pujante, eles publicaram. Mas os primeiros momentos foram meio complicados dentro do *Versus*, porque eu me sentia um peixe fora d'água. Eu não tinha toda a formação intelectual que eles tinham. Eu era mulher e negra num reduto masculino, mas, mesmo assim, aquilo ali era uma porta da liberdade. Todo mundo estava lá. Você via Geraldo Vandré, Plínio Marcos, um monte de gente. Então, ninguém estava preocupado se eu era negra,

se eu era mulher. Eu acho que eu também ficava meio que invisível. Eu entrava lá e ficava convivendo, ouvindo a conversa deles. O Licínio Rodrigues tinha recém-chegado da Guiné-Bissau e eu ficava ouvindo o que ele estava contando de lá. Depois ele até lançou o livro dele *Diário da libertação*, no Sindicato dos Jornalistas. Então eu ficava lá mais ouvindo e percebendo o ambiente. Uma vez o editor, o Omar de Barros Filho, e mesmo o Marcos Faerman me falaram: “Você não conhece mais jornalistas negros?”. Eles não conheciam um jornalista negro. E isso por causa do racismo. As pessoas não tinham emprego. Esse pessoal que trabalhou na imprensa negra, muitos não eram jornalistas, mas muitos que tinham formação, nunca trabalharam como jornalista ou ficavam só na revisão. Então eles não conheciam nenhum jornalista negro e me perguntaram: “Você não conhece nenhum jornalista negro? A gente quer dar umas páginas pra vocês”. A gente quer dedicar a vocês, pra vocês escreverem, as quatro últimas páginas do jornal. Aí eu falei: “Bom, conheço”. Eu já conhecia, logo de cara, dois, que eram meus amigos. O Hamilton Cardoso e o Jamu Minka. Eles eram poetas e escreveram no Quilombhoje. Aí eu fui atrás deles e o Hamilton não queria vir. Falou: “Não, nós não vamos fazer nada lá. É um jornal de maioria branca, intelectuais”. Mas acabou que eles vieram.

A minha vida se divide em antes e depois do *Versus*, porque lá no *Versus* eles nos ajudaram muito com nossa formação intelectual. Eles nos deram muito livro pra ler, eu li Frantz Fanon, eu conheci o Augustinho Neto, as escritas da Angela Davis, do Samora Machel, do próprio Malcolm X, o que escreveu *Homem invisível* [Ralph Ellison]. Então era como se a gente estivesse fazendo uma faculdade de negritude quando a gente criou a Seção Afro Latino América. Porque a gente teve que dar conta do que estava acontecendo no movimento negro no mundo todo, além de dar conta do que estava acontecendo aqui. Então era um trabalho insano, mas foi muito bom porque a gente começou a dar voz pras pessoas de periferia, para o que os negros estavam fazendo. A gente começou esse trabalho que hoje se faz na periferia, da inclusão, de mostrar o trabalho artístico da periferia, de mostrar o que eles estavam fazendo, de denunciar assassinatos, de denunciar situações de racismo, de falar desses líderes negros. A gente conheceu negros de Cuba, e aí a gente viu que mesmo o socialismo não acabaria com o racismo, porque os negros

em Cuba lutaram contra o Fulgêncio [Batista], participaram da luta armada, e na hora de distribuir a fatia do poder, eles não receberam poder algum, continuavam sendo discriminados, e o pior, sem poder denunciar, sem liberdade de expressão. E nós demos um passo à frente porque estávamos denunciando. De uma forma ou de outra, o *Versus* permitiu que nós denunciássemos a situação racial, como viviam os negros dentro do Brasil. O que eles estavam fazendo? Eles escreviam? Eles cantavam? Eles estavam no candomblé? Qual era a religião dos negros? Então a gente teve essa oportunidade que nenhuma imprensa oficial e nem de esquerda deu pra gente fazer. Foi um momento bastante significativo na minha vida, que me melhorou muito intelectualmente, me deu as condições objetivas pra eu entrar na questão do socialismo, de Trotsky, e era um espaço muito aberto pra pensamentos de esquerda liberal, sem ser uma coisa ditatorial. Toda pessoa que quisesse uma transformação social de fato e lutasse pela igualdade tinha voz dentro do *Versus*.

(...)

A gente também participava de escola de samba. Eu participei de um monte de baile da Chic Show. Eu fui num baile do James Brown, no Chic Show, que eram bailes que eram dados pra a comunidade negra. Era a época dos Beatles, mas o que acontecia? O negro foi totalmente marginalizado com essa época dos Beatles, que eu gosto, mas eu prefiro os Rolling Stones. Porque o Rolling Stones tinha essa consciência da negritude. Foram eles que botaram o Bob Marley na fita, que trouxeram de novo a Tina Turner pro mundo do rock, o Peter Tosh, então é outro barato. O Rolling Stones está mais junto comigo. Mas todo mundo era Beatles e o Beatles era branco. Então quando a música do James Brown, que era também um músico ativista negro, chegou no Brasil, o que aconteceu? Os negros abarcaram, porque tinha identidade. Podia não ser a identidade da língua, porque quase ninguém falava inglês, mas tinha a identidade do visual, aquele cabelão, a identidade do ritmo. O James Brown veio várias vezes aqui no Brasil. Eu vi ele na USP uma vez. E ele tinha essa questão de negritude bastante discutida. Ele lutava contra o racismo e pelos direitos civis nos Estados Unidos. Então os negros se encontraram no mundo. A Chic Show já era um movimento que estava surgindo desse pessoal de DJ, mas era baile para negros. Baile Black. Então a gente fre-

quentava não só porque a gente gostava, porque a gente era negro e era jovem, mas porque isso nos dava um maior conhecimento do que estava acontecendo no mundo negro, o que a juventude negra estava fazendo, o que estava querendo, onde estava. A gente era daqui da Zona Norte e tem os negros da Zona Leste, da Zona Sul, e esses bailes eram um encontro.

Como a gente ia saber que o Robson foi assassinado? Como a gente ia saber que os meninos foram discriminados? A imprensa não dava. Eu mesma já trabalhei nuns jornais que não me deixavam fazer nenhuma matéria a respeito de racismo. Tinha racismo em algum lugar, eles mandavam o repórter branco, e me falavam: "Você vai ser muito parcial". Como se existisse jornalismo imparcial. Mas eles me deixaram fazer Carnaval, porque Carnaval, pra eles, "é coisa de preto". O pessoal de Carnaval é tudo de extrema direita, ninguém quer falar nada, então me mandavam pra lá porque não ia ter problema nenhum. Mas matéria sobre racismo eles publicavam pouquíssimo, porque tinha essa ideia de que "a gente vive numa democracia racial, então se a gente vive numa democracia racial não tem racismo". A imprensa era o braço direito dessa ideologia e dessa forma de pensar. Ela era o braço escrito, ideológico. Então a gente tinha que ir pra depois fazer a matéria sobre como era essa questão da discriminação. Aí você vê como os negros eram oprimidos e como esses movimentos musicais eram informação e eram uma forma de marcar: "Eu existo, eu posso, eu sou bonito".

Outro movimento que eu também participava era todas às sextas-feiras, quando os negros se reuniam ali em frente do Mappin, na Praça Ramos. Aqueles negros todos se arrumavam, todos com chapéu, com aquelas "coisas Jimi Hendrix", era uma apoteose na sexta-feira, e eu adorava, porque eu gosto dessas coisas de moda. O Nelsão, que é um representante daquele período, foi o primeiro DJ. Eu lembro que ele punha um rádio enorme perto da Barão de Itapetinga, já quase na Xavier de Toledo, com aquele cabelão, ficava dançando funk ali, mas funk negro, do ramo da soul music. Não tem nada a ver com o de hoje. Então ele ficava ali com o pessoal dançando, criando aqueles passos. Já quando o James Brown veio aqui pro Brasil cantar, foi uma apoteose. Era no campo do Palmeiras. Eu não

sei de onde saiu tanto negro, com cabelo daquele tamanho, com as roupas igual ao James Brown. Eu frequentava todos esses lugares, só não frequentava muito porque o meu pai, com o preconceito que tinha da sociedade, achava que era um reduto de pessoas sem ocupação: maconheiro, desempregado e "mulher de vida fácil". Era a ideia que se tinha, mas hoje, pra você entrar numa escola de samba, você tem praticamente que pagar. Onde foram parar os negros nas escolas de samba? Estão carregando alegoria lá atrás, empurrando o carro pesado, porque as artistas brancas tomaram conta. É como a música negra baiana, que hoje é uma música branca. Por quê? Porque tudo que dá visibilidade pro negro, depois é tomado. Quer dizer, o negro dá toda a infraestrutura e não ganha nada.

(...)

No Brasil não existe democracia racial e nós temos que lutar contra o racismo.

Essa era uma bandeira: desmistificar a democracia racial no país e lutar para que as pessoas soubessem que não existe democracia racial. O Brasil é um país racista, que mais matava jovens negros, um país que tinha muita discriminação contra a mulher negra e que tinha, principalmente, o racismo na questão profissional. A gente encontrava muita dificuldade para arrumar emprego. A gente tinha uma cidadania de segunda classe. Éramos cidadãos de segunda classe.

(...)

A imprensa brasileira é ainda uma imprensa racista, mesmo com o avançar do tempo, porque os jornalistas não têm força. Eles representam os interesses da classe dominante. O jornalismo hoje é uma empresa, não vai fazer revolução. Então ele representa a classe dominante, e a classe dominante é racista e eles não querem negros lá dentro, principalmente negros que escrevam. E mais ainda que escrevam nas páginas opinativas.

Até hoje é muito difícil você ver um negro fazendo comentário de política na televisão, de economia, sobre Direitos Humanos, qualquer coisa que seja opinativa. Existe ainda na sociedade aquela ideia de

que o negro não pensa. Eu acho que isso é só pra manter um determinado gueto, que é o gueto branco, de classe média alta, porque você vê artista de televisão escrevendo nas páginas opinativas do jornal, mas não vê quase nenhum negro escrevendo nos editoriais. Eu comecei a perceber: "isso é puro racismo". Eu me lembro que no *Diário Popular* tudo era uma competição terrível, e eles me deram uma coluna de Carnaval. Eu nunca tinha feito Carnaval na vida, mas, pra azar deles, eu me saí muito bem. Eu tinha primos que foram do Carnaval, do Camisa Verde, da Vai-Vai, pessoas que eram da organização do Carnaval. Eu tinha um irmão que era jogador de futebol, então eu entendia também um pouco de futebol, e com isso eu me saí muito bem, mas a coluna não era assinada. Eu tenho toda a coluna na minha casa, mas ela não é assinada. Eu trabalhei num outro jornal em que a gente fazia a matéria e o editor assinava. Trabalhei também um tempo na revisão, onde eu conheci um pessoal maravilhoso. Porque onde eles colocavam negro no jornalismo? Na revisão, que não tem visibilidade alguma. Você fica corrigindo texto dos outros, e qualquer erro que passa você é mandado embora. Teve uma época que trabalhei na revisão da *Folha Metropolitana*. Lá tinham uns negros, todos super ativistas na questão racial, e eu aprendi muito com eles, não só português, como também aprendi a ficar mais informada de como combater o racismo, e conheci os escritores negros: Luís Gama, Lima Barreto, Cruz e Souza. Aí eu fui conhecendo o mundo negro. Sempre através da educação, da literatura. É isso que a massa negra precisa tomar conhecimento. Conhecimento é poder, educação é poder. Se você não tem educação, se você não tem um colégio que te incita à crítica, se você não está num grupo que te mostre outro cenário intelectual, você vai ser totalmente dominado pelo que tá aí, pela mediocridade, pela geleia geral. Então você vai ter vergonha de si mesmo, você vai ter um embate com você mesmo, você não é branco, não é preto, você não é cidadão, você é meio isso, meio aquilo, você não tem opinião. Então você precisa da educação.

A EXPOSIÇÃO



MEMÓRIAS
CIDADANIA NEGRA, ANTIRRACISMO E RESISTÊNCIA
DO FUTURO













CRÉDITOS

IMAGENS

Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp guardas e págs. 42, 43 (abaixo), 51, 52, 54 (acima, direita), 55, 92, 93, 123 (acima), 136, 138-142, 150, 152, 154-159

Fotos de Jesus Carlos págs. 6, 12, 98, 99, 126-131

Arquivo Público do Estado de São Paulo págs. 16, 36, 45 (abaixo), 48, 100, 102-112, 115, 116, 118, 120, 121, 123 (abaixo), 124

Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo págs. 21 (foto 1), 22: autoria desconhecida pág. 21 (fotos 2-5): fotos de Militão Augusto de Azevedo pág. 23: foto de Aurélio Becherini pág. 27 (direita): foto de Márcia Inês Alves

Acervo de Pesquisas - Mário Medeiros págs. 25 (acima), 33, 43 (acima), 44

Cortesia Acervo Movimento Cultural Penha pág. 25 (centro): foto de Nayara Rodrigues pág. 25 (abaixo): autoria desconhecida

Foto de Gabrielagk/Wikipedia pág. 27 (esquerda)

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil págs. 26, 50, 53, 151 pág. 45 (acima): foto de I. Wessel

Cortesia UPPH–CONDEPHAAT págs. 30, 31: fotos de Adda Alessandra P. Ungaretti

Extraído do livro *...E disse o velho militante* pág. 54 (acima, esquerda)

CEMAP/CEDEM UNESP pág. 54 (abaixo)

Cortesia Revista *O Menelick 2º Ato* págs. 70, 71

Acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo pág. 74: autoria desconhecida pág. 80 (acima): fotos de Paulo Pereira Barbosa

USP Imagens pág. 80 (abaixo)

Arquivo Nacional págs. 75 (BR_RJANRIO_PH_O_FOT_03710), 95 (acima BR_RJANRIO_PH_O_FOT_01023)

Fotos de Wagner Celestino págs. 76-79, 90, 91

Foto de Mônica Cardim pág. 82 (acima)

Cortesia Ilú Obá de Min pág. 82 (abaixo): foto de Vanderlei Yui

Foto de Tiago Alexandre pág. 84

Foto de Mariana Ser pág. 85

Arquivo IEB–USP, Fundo Mário de Andrade pág. 86: fotos de Mário de Andrade (MA-F-1819, MA-F-1817)

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro pág. 87: fotos de autoria desconhecida, Coleção Rio Claro de Fotografia

Fotos de MANDELACREW pág. 88

Cortesia Capulanas Cia de Arte Negra pág. 95 (abaixo): foto de Chaia Dechen

Cortesia Coalizão Negra por Direitos págs. 134, 144, 147 (acima e abaixo): fotos de Caio Chagas págs. 147 (centro): foto de Phelipe Nunes

Fotos da exposição: págs. 184-196, 198: fotos de Isabella Matheus págs. 197, 199: fotos de Julio Kohl [acervo Memorial da Resistência de São Paulo]

OBRAS

Bruno Baptistelli
São Paulo, SP, 1985

Linguagem, 2015

serigrafia sobre papel colado sobre placa de poliestireno Acervo Pinacoteca de São Paulo. Doação da Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC, 2017

João Pinheiro
São Paulo, SP, 1981

A caminho da escola, 2015

Comunidade da paz, 2016

Espere a Primavera, 2021

Universo gueto, 2019

da série *Quebrada*
bico de pena e nanquim sobre papel
Cortesia do artista

Moisés Patrício
São Paulo, SP, 1984

Sem título, 2014

da série *Aceita?*
impressão digital sobre papel algodão
Acervo Pinacoteca de São Paulo. Doação da
Coleção Otávio e Gustavo Cutait Abdalla

No Martins
São Paulo, SP, 1987

De praxe, 2017

giroflex e acrílica sobre ferro
Acervo Pinacoteca de São Paulo. Doação da
Coleção Otávio e Gustavo Cutait Abdalla

Vilão, 2017

acrílica sobre tela
Acervo Pinacoteca de São Paulo. Doação da
Coleção Otávio e Gustavo Cutait Abdalla

Renata Felinto
São Paulo, SP, 1978

A escola do esquecimento, 2001

Matriarcas, 2001

Proseguir, 2001

Sem título, 2001

da série *Re-Existindo*
decalque, lápis dermatográfico e incisões
sobre papel cartão
Cortesia da artista

Sidney Amaral
São Paulo, SP, 1973 – 2017

Identidade, 2015

óleo sobre tela
Acervo Pinacoteca de São Paulo. Doação da Coleção Otávio e Gustavo Cutait Abdalla

Soberana Ziza
São Paulo, SP, 1989

Fio da Memória, 2022

acrílica sobre parede
Obra comissionada para a exposição Memórias do Futuro:
Cidadania Negra, Antirracismo e Resistência

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RODRIGO GARCIA
Governador

SÉRGIO SÁ LEITÃO
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

ROGÉRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
Secretário Executivo de Estado de Cultura e Economia Criativa

FREDERICO MASCARENHAS
Chefe de Gabinete de Estado de Cultura e Economia Criativa

PAULA PAIVA FERREIRA
Coordenadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo

Carla Gilbertoni Carneiro
Paulo de Tarso Vannuchi
Eduardo Ferreira Valério
Mário Augusto Medeiros da Silva
Luciana Cesar Guimarães
Jerá Guarani
Sheila Santana de Carvalho

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA

Diretor-geral
Jochen Volz

Diretor administrativo e financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de relações institucionais
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Coordenadora
Ana Pato

Coordenadora da Ação Educativa
Aureli Alves de Alcântara

Educadores
Alexia Sayuri Hino
Ana Carolina Ramella Rey Ammon
Daniel Augusto Bertho Gonzales
Guilherme Bertolino Nunes
Marcus Vinicius Freitas Alves

Centro de Referência
Julia Cerqueira Gumieri
Vanessa Miyashiro

Ação Cultural
Carolina Faustini Junqueira

Comunicação
Bruna Caetano de Deus
Daniela Campos (estagiária)

MEMÓRIAS DO FUTURO

Curadoria e pesquisa
Mário Augusto Medeiros da Silva

Assistência de curadoria e pesquisa
Carolina Faustini Junqueira
Pâmela de Almeida Resende

Projeto Expográfico
Isabel Xavier
Alice Schmitx
(assistente)

Design gráfico
Mariana Afonso
(comunicação visual e tratamento de imagens)
João Pinheiro
(desenhos)

Ação educativa
Equipe do Programa Educativo

Produção
Angela Gennari
Barbara Ivo de Freitas

Montagem
Jonatas Biet
Cleiton dos Santos
Gala Art Installation

Assessoria de imprensa
Si Comunicação – Silvana Inácio

Revisão e tradução
Editorial Estrela da Manhã – Marcelo Cipolla

Realização
Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)

Arquivos e organizações parceiras:
Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Capulanas Cia de Arte Negra
Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/PUC-SP
Coalizão Negra por Direitos
CONDEPHAAT
Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas
Museu da Cidade de São Paulo
Museu da Imagem e do Som de São Paulo
Ilú Obá De Min
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP
Revista O Menelick 2º Ato

Agradecimentos
Adda A. P. Ungaretti, Adriana Pereira da Paixão, Ana Barone, André Paulilo, Aza Pinho, Daniel Arroyo, Elisabete Mitiko Watanabe, Julio Marcelino, Marcelo D'Saete, Marciano Ventura, Nabor Júnior, Noemi Andreza da Penha, Oswaldo de Camargo, Patricia Freire, Patricia Toni, Reginaldo Bispo, Ricardo Santos, Rogerio Cavalheiro, Silvana de Souza Nascimento, Taina Silva Santos, Vagner Gonçalves da Silva

CATÁLOGO

Coordenação editorial
Carolina Faustini Junqueira
Pâmela de Almeida Resende

Design gráfico
Mariana Afonso

Desenhos
João Pinheiro

Revisão
Editorial Estrela da Manhã – Marcelo Cipolla
Louise Azevedo (Coleta Regular de Testemunhos)

Apoio:

Realização:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Cultura

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

Medeiros, Mário.

Memórias do futuro : cidadania negra, antirracismo e resistência [recurso eletrônico] / Mário Medeiros -- São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo : Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2022.

208 p. : il.

ISBN 978-65-89070-19-1

Edição em português.

Modo de acesso: World Wide Web

1. Democracia. 2. Negros. 3. Cidadania negra. 4. Antirracismo. I.

Memorial da Resistência de São Paulo.

CDD 321.8

Os personagens desenhados pelo artista João Pinheiro que compõem a comunicação visual foram livremente inspirados nos conteúdos de pesquisa desta exposição.

Em atenção à lei 9610/1998, todos os esforços foram feitos para localizar os detentores dos direitos das obras aqui expostas. Em caso de possíveis omissões, por favor entre em contato com faleconosco@memorialdaresistencia.org.br.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert (FES)

Impressão e distribuição:

Fundação Friedrich Ebert no Brasil

Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313

01311-931 São Paulo - SP, Brasil

Christoph Heuser, representante da FES no Brasil

Jaqueline Lima Santos, diretora de projetos

Contato: fesbrasil@fes.org.br

Realização:

Memorial da Resistência de São Paulo

Largo General Osório, 66

01213-010 São Paulo - SP, Brasil

Contato: faleconosco@memorialdaresistencia.org.br

